

MENSAGEM

APRESENTADA AO

CONGRESSO NACIONAL

POR OCASIÃO DA ABERTURA DA SESSÃO LEGISLATIVA DE 1948

PELO

GENERAL EURICO GASPAR DUTRA

PRESIDENTE DA REPÚBLICA



RIO DE JANEIRO

1948

**SENHORES MEMBROS
DO CONGRESSO NACIONAL:**

Pela segunda vez e em cumprimento a preceito constitucional, venho dar-vos conta da situação do país e solicitar as providências julgadas convenientes à boa marcha dos negócios públicos.

Desejo expressar a esperança, compartilhada pela Nação, de que a sessão legislativa de 1948, ora iniciada, será de grande proveito para o bom ordenamento da nossa vida legal e para a administração federal.

Tendes em mãos grande cópia de projetos, indo de leis complementares da Constituição a providências de caráter administrativo, todos de relevante significância para a completa estruturação do regime e para o trato das questões que importam à vida nacional, tanto as de interesse imediato quanto as que equacionam, a longo prazo, os nossos problemas fundamentais.

Para a sua elaboração ponderada e serena, encontrais ambiente político em que se fazem sentir os primeiros efeitos do entendimento interpartidário, que teve como seu propósito primacial, precisamente, o propiciar-vos, e ao Governo, a tranqüilidade imprescindível para o prosseguimento de uma obra inadiável de recuperação política e econômica.

Certo da dedicação com que vos empenhais nas vossas tarefas, congratulo-me convosco, pelo início de mais uma etapa legislativa, cujos frutos a opinião nacional aguarda com expectativa confiante.

Tanto no âmbito político, quanto no econômico-financeiro, foi sensível o terreno conquistado no transcurso dêste ano de trabalho.

**Saldo
orçamentário**

De acôrdo com as contas que, em detalhe, vos serão oportunamente remetidas, a execução orçamentária, no exercício passado, encerrou-se com um saldo de 460 milhões de cruzeiros. O esforço demandado, para que se chegasse a êsse resultado, pode ser avaliado atentando-se à circunstância de que a absorção do último aumento de vencimentos, concedido aos servidores federais, determinara, apenas no ano anterior, o "deficit" sem precedentes de 2 bilhões e 600 milhões de cruzeiros. Se aproximamos essas duas cifras, é mais com o propósito de prevenir-vos contra qualquer tendência a um otimismo que não se justifica. Precisamos, ainda, consolidar o que já foi obtido, indubitavelmente com o sacrifício de muitas iniciativas e atividades, proveitosas para o país, mas que nos vimos na contingência de reduzir ou suprimir. Os recursos do erário federal crescem em proporções muito menores do que as suas necessidades, excluída qualquer sombra de largueza ou veleidade suntuária na apreciação que delas se faça.

**Paralisação
das
emissões**

Essa execução orçamentária estrita nos permitiu estancar o fluxo emissionista, de que o país padecia há muitos anos. Com exceção de 100 milhões de cruzeiros, emitidos em dezembro passado, para atender sobretudo às necessidades de numerário que se acentuam nessa época do ano, nada foi lançado à circulação nos outros onze meses. Em 31 de dezembro, o montante em circulação era mesmo inferior ao de um ano antes. Concorreu para êsse resultado o alívio da pressão exercida, no sentido inflacionista, pelo constante excesso das exportações

sôbre as importações. Ainda aí, no entanto, uma palavra de cautela: não desapareceu, de todo, a necessidade do financiamento da nossa produção exportável. Como acentuei em discurso pronunciado no último dia do ano, a venda em moeda arbitrável de tudo o que exportamos só poderá ser obtida através de medidas de ordem internacional, escapando, em boa parte, à nossa alçada. Por outro lado, não podemos nos ausentar de mercados que se recompõem, e sempre mantiveram, com o Brasil, intercâmbio grande e mutuamente proveitoso. É de esperar que a reconstrução dos países talados pela guerra e o seu restabelecimento económico e político façam sentir, progressivamente, os seus benéficos efeitos.

Contudo, conheceis os obstáculos deliberada e artificialmente opostos a êsse processo de recuperação, para os quais — contingência infeliz de que também não estamos imunes — concorreu a cumplicidade de nacionais de cada um dos países interessados. É êsse apenas um aspecto da disputa que se trava entre os que desejam a normalidade e visam à paz, para toûos os povos e com tôdas as nações, e os que, com apoio em um movimento aparentemente internacional, se propõem a estabelecer a supremacia e o domínio incontrastável de uma delas. Não poderemos, ainda que o queiramos, fugir às vicissitudes de uma vida internacional que se caracteriza pelo abuso e pela incerteza. Elas nos atingem na nossa economia e nos ameaçam pelo simples fato da nossa posição geográfica. Temos, pois, o dever de colocar no primeiro plano das nossas cogitações a preservação do nosso país, tal como o recebemos dos que vieram antes de nós: uno e senhor dos seus destinos, disposto à colaboração, no plano internacional, e até a aceitar as restrições daí decorrentes, mas reservando-se agora, como sempre o fêz, a apreciação e deliberação no que concerne aos seus interesses.

Poupança de
recursos

Peço considereis estas palavras como uma advertência, para nosso próprio uso: devemos poupar severamente os nossos recursos — orçamentários e oriundos do comércio exterior — para aplicá-los, preferentemente, no que concorra para fortalecer o Brasil — econômica, política e militarmente — incluindo-se nesse conceito tudo o que sirva para aumentar o bem-estar do seu povo e estreitar, entre nós, os liames da solidariedade social.

Colaboração
interpartidária

Foi para servir a êsse intento que me empenhei, no ano findo — com a mesma sinceridade e pertinácia com que o faço desde que a Nação me concedeu a honra insígne da sua escolha — em alcançar uma base para a colaboração dos partidos democráticos e nacionais, em tôrno do superior objetivo da preservação nacional e do encaminhamento dos problemas que dizem de perto com a vida do nosso povo. Logrando obtê-la, graças à compreensão e ao espírito patriótico dos líderes dos maiores partidos, desejo exprimir a convicção de que ao povo brasileiro caberá a colheita dos seus frutos. Não me moveram, quando busquei êsse entendimento, propósitos egoísticos: convém, mesmo, que se mantenha vivaz a crítica aos atos do Govêrno. É ela necessária para que melhor se aperceba das necessidades do país e das reações da opinião pública, podendo assim retificar o seu curso, sempre se haja êle desviado do objetivo constante do maior bem para o maior número. Tinha em vista, a par dos maiores riscos que advêm, hoje em dia, da convivência internacional, a circunstância, de geral assentimento, de estar o Brasil atravessando período de transição: economicamente, para atingir a nível de maior produtividade e diferenciação nas suas atividades; politicamente, para reatar e aprimorar uma tradição secular de govêrno constitucional.

Esse reatamento, ademais, faz-se em bases bem diversas e mais amplas do que as anteriormente vigorantes, quando, se não havia o partido único — pois as oposições foram uma constante da vida republicana — poderia afirmar-se, sem fazer violência à realidade, a existência do “governo único”, tal o complexo de interesses recíprocos que se formara entre os detentores dos postos de mando, nos vários níveis de governo. Daí ter procurado, na primeira Mensagem que vos dirigi, despertar a atenção do país para a experiência, inédita entre nós, da coexistência de governos de diversa procedência partidária, na União, nos Estados e nos Municípios. Criava-se, assim, um problema de relações entre os governos das diversas unidades que, em todos os graus, compõem a fisionomia política da Nação. Essa diversidade podia atingir ainda — questão que abordarei, mais adiante, sob outro prisma — os poderes eletivos da mesma unidade de governo, dando surgimento a segundo aspecto, comum na origem, daquele problema de relações, desta vez entre poderes constitucionais. Nessas condições novas, o acôrdo interpartidário pode e deve ter um efeito: o de educar para a convivência e para a colaboração, no sentido em que as impõem o bem comum, os mandamentos constitucionais e a natureza mesma do regime democrático e federativo. Este, se estrutura os poderes independentes, também os quer harmônicos; nem por terem definidas a sua jurisdição territorial e competência administrativa, deixam a solidariedade e a cooperação entre as unidades de governo de ser inerentes à Federação e condição da própria existência nacional.

Todavia, nenhum estatuto político será mais sábio nas suas disposições, do que o faça a sabedoria da coletividade que por ele se rege e, do mesmo passo, lhe infunde vida e vigor. Na perspectiva dos meses transcorridos,

Relações
entre
Governos
e entre
Poderes

Ação moderadora do
Governo
federal

consagrados e resguardados na Constituição federal, não podem, nem devem ser alterados ao sabor de conveniências ocasionais. As tentativas feitas nesse sentido podiam ainda acarretar, potencialmente, a revisão, à sua revelia, do pronunciamento do eleitorado, por ocasião do pleito para a escolha dos governadores — a que nenhum candidato concorreu, nem o povo o escolheu, com outra presunção que não fôsse a de se indicar o concidadão que, por prazo predeterminado, deveria efetivamente ficar à frente do Governo.

Trazida a controvérsia ao julgamento do Egrégio Supremo Tribunal Federal, restabeleceu êle, pela unanimidade dos votos dos seus juizes, a supremacia da Constituição Federal e a unidade do regime, em todo o país. Não se poderiam superestimar os benefícios causados à estabilidade da ordem jurídica e os conflitos evitados por essa decisão, em que aquela Córte exerceu a sua elevada função de arbitramento constitucional. Nesse, como em outros casos da mesma natureza, não foi preciso levar às últimas conseqüências o processo, previsto na Constituição, para assegurar a observância dos princípios constitucionais da União. O geral acatamento aos arestos proferidos constituiu-se, da parte de todos, em demonstrações de cultura política, que collocam em elevado plano os processos de governo em nosso país.

Missão histórica do Supremo Tribunal Federal

Não foi diverso o proceder do Governo federal, quando lhe foi diretamente submetida, pelo então Interventor em Pernambuco, hipótese versando dispositivos da Constituição estadual, em vésperas de ser promulgada. Tratava-se da passagem do governo, por êsse seu delegado, ao Presidente da Assembléia Legislativa, na qualidade de substituto do Governador e enquanto êste não era diplomado. Deferindo o seu conhecimento à mais alta autoridade judiciária do país, comuniquei ao Interventor que,

pcde dizer-se que a experiência dessas relações, entre governos e entre poderes, depõe a favor da maturidade política da Nação. As exceções havidas, longe de infirmar, vêm dar apoio a essa assertiva, pois os desajustamentos ocorridos acabaram por se resolver, sem necessidade do recurso aos meios facultados pela Constituição, para assegurar a primazia dos seus princípios e a do interesse nacional. Graças à presença e à atuação suasória de representantes do Governo federal, puderam ser removidas as dificuldades que se manifestaram em Alagoas, entre o Poder Judiciário e o Executivo, e entre éste e o Legislativo, no Piauí. Os bons ofícios assim interpostos, por duas vézes no último Estado, foram bem recebidos e reconhecidas a imparcialidade e a correção com que se houveram aquêles enviados. Mais recentemente, foi deliberada a ida de um observador a Goiás, o que se fez, não só com o assentimento, mas por solicitação dos interessados. É em virtude da equidistância sempre mantida, com respeito ao objeto mesmo das diferenças surgidas, ou em relação às parcialidades políticas nelas empenhadas, que tem podido o Governo federal exercer tal ação moderadora. Reveste-a de autoridade moral a certeza — que já deve ter penetrado todos os espíritos — de que a move o propósito único de conciliar todos os brasileiros e de que a guia, invariavelmente, o respeito à lei.

Preeminência
da
Constituição
Federal

E foi esse mesmo respeito, aliado ao dever de assegurar a preeminência da Constituição Federal, que ditou as palavras que proferi em Pôrto Alegre, maio passado, quando parecia ganhar corpo, em alguns Estados, a tendência de estruturar os poderes, nas respectivas Constituições, em bases diversas das prescritas pelo Estatuto da União. Era um aspecto extremo daquele problema de relações entre os poderes, pois se olvidava que o delicado equilíbrio e as inter-relações, da essência do regime,

após o seu pronunciamento, deveria "transmitir o Governo a quem (fôr) por ela reconhecido com os atributos legais para assumi-lo". E assim se fêz, funcionando normalmente o mecanismo do regime.

Legislação
eleitoral

Requer êle, no entanto, ajustamentos que lhe permitam, em certos casos, mais expedito e eficaz funcionamento. O ensejo parece o apropriado, por exemplo, para uma completa revisão da legislação eleitoral, expurgando-a dos senões que possibilitam a fraude e favorecem a chicana. É forçoso eliminar do cenário nacional o espetáculo pouco edificante do inconformismo eleitoral tentando a revisão judiciária dos pleitos ou a procrastinação dos seus resultados. A repressão dos crimes eleitorais, por outro lado, vem sendo obstada, desde a promulgação da Constituição, pela falta de lei que regule o seu processo, bem como indique os órgãos que, dentro da Justiça Eleitoral, dêles devam conhecer (Constituição, art. 119, n.º VII). Encareço ao Congresso a sua urgente votação, para que a Lei não continue a ser desmoralizada pela falta de punição aos que a transgridem. Contamos já com a experiência de três eleições sucessivas e só em 1950 haverá novo chamamento generalizado às urnas. Amortecidas as paixões dos últimos pleitos e enquanto não se iniciam as campanhas para o seguinte, pode o legislador dedicar-se, com o auxílio dos entendidos e natural apêlo à experiência da Justiça Eleitoral, à tarefa de dotar o país de um sistema eleitoral sensível à vontade popular e capaz de apurá-la com rapidez e exatidão. Também neste caso, é de toda conveniência a sua elaboração no mais breve prazo, pois nas eleições isoladas, acaso a realizar antes de 1950, poderiam os seus dispositivos sofrer a prova da experiência.

Não se limitam, porém, à matéria eleitoral as necessidades de organização da vida pública brasileira. É preciso conquistar para os partidos o mesmo conteúdo democrático que pelo voto secreto se infundiu ao processo eleitoral. Já na minha primeira Mensagem anual, assinalo o mister acabar com o monopólio do uso das legendas partidárias, a impedir a renovação de quadros e a incentivar o renitente personalismo que se manifesta em agrupamentos políticos. Esse personalismo, pelo testemunho uniforme dos fatos, faz-se responsável pelas divisões e subdivisões dos partidos e pela sua proliferação. Há legendas a que dificilmente se poderia emprestar outro caráter, e cujo valor, politicamente, é da mesma natureza do que se atribui, na vida comercial, a marcas e nomes nela utilizados. Cabe à lei reprimir formações artificiais e coibir-lhes o surgimento, mas, do mesmo passo, assegurar expressão às correntes dentro dos partidos, sujeitos todos à regra da maioria. Justificam-se tais medidas, não só pelo papel legalmente desempenhado pelos partidos, mas ainda pelas conseqüências advindas da demasia de legendas disputando a preferência pública e concorrendo para a confusão do eleitorado.

Tendo em mente o problema, antes versado, das relações entre os poderes, foi que recentemente pleiteei, em Curitiba, uma lei eleitoral e um estatuto de partidos, que pusessem o povo brasileiro "a salvo dos sobressaltos oriundos da fragmentação das representações nos corpos legislativos, e do paradoxo de as mesmas eleições originarem Executivos e Legislativos de diferentes parcialidades, encontrando-se governos locais na dependência de agrupamentos instáveis", o que sucede, por não terem, frequentemente, os chamados partidos majoritários maioria própria, que lhes permita governar. Bem se pode imaginar

como isso se converte, sobretudo nas comunidades de opinião menos esclarecida ou menos vigilante, em motivo de corrupção política, custeada, em última análise, pelos contribuintes. Pedindo a atenção do país e dos seus homens públicos para os males da pulverização partidária e para a necessidade de organização da vida política, quero acentuar que não venho formulando julgamentos pessoais, mas simplesmente recordando lições de uma experiência de validade universal, monótona na regularidade dos seus desastrosos resultados.

Municipa-
lismo

Nenhum aspecto da obra de organização nacional sobreleva, no entanto, ao revigoração necessário do municipalismo. Estimaram-no, com sabedoria, os Constituintes de 1946, quando facultaram ao Município recursos mais amplos para o desempenho das suas tarefas de unidade de governo, a mais próxima do povo, assegurando, ao mesmo tempo, a sua autonomia. Já no corrente ano e, na sua integridade, a partir de 1949, ser-lhes-á entregue a parte do impôsto de renda que lhes foi atribuída pela Constituição. Metade da importância recebida deverá ser aplicada, por força do próprio mandamento constitucional, em benefícios de ordem rural, cláusula cujo sentido cumpre seja fixado na lei complementar, ora em elaboração. Estabelecida, como foi, uma restrição — de ordem constitucional — à livre disposição do que tór entregue pela União a cada Município, — parece-me ter o Congresso autoridade para fazer fiscalizar o seu cumprimento. Para êsse fim, lembro a possibilidade de serem utilizados, sem desvirtuamento das suas atribuições normais, as delegações do Tribunal de Contas, junto às Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional, e o sistema do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O reforço trazido pela Constituição às finanças municipais corresponde à mesma ordem de preocupações que determinaram a reserva constitucional de percentagens da renda da União, para a valorização econômica de determinadas áreas do território brasileiro. Representa um esforço pela organização nacional, causa, como nenhuma outra, digna de inspirar o entusiasmo das novas gerações. Que elas comecem dedicando-se à reforma da vida municipal, tirando-lhe o estéril e mesquinho caráter de disputas facciosas. Concitem-se os homens ditos prestigiosos a medir a sua influência pelos serviços prestados à coletividade e não pelo grau de impunidade que cerque os seus abusos. Ajam as autoridades municipais na persuasão de que todos os seus munícipes têm o mesmo direito aos seus cuidados. Seja assegurada a igualdade dos contribuintes perante o fisco, tanto para pagar o devido, como para não lhes ser exigido o indevido. Tenham as autoridades policiais como seu primeiro dever garantir o exercício dos poderes municipais — sem considerações de partido — bem como a segurança, a liberdade e a propriedade dos seus jurisdicionados, não importando se “correligionários” ou “adversários”.

No dia em que êsses objetivos estiverem atingidos, as energias libertadas para a iniciativa, a atividade criadora e o trabalho — em todo o Brasil — constituirão, só por si, a melhor garantia do nosso progresso. Convoco os homens públicos dêste país, sobretudo os atuais administradores estaduais, para que nos empenhemos todos na obra da reforma da vida municipal, ponto de partida para a organização nacional.

POLÍTICA INTERNA

No ano findo, o Tribunal Superior Eleitoral considerou o Partido Comunista incurso na proibição do § 13, do art. 141, da Constituição. Em consequência, aprovou o Congresso uma lei que considerou extintos os mandatos dos representantes eleitos sob a legenda daquele Partido, em todos os corpos Legislativos: da União, dos Estados e dos Municípios. Fêz o Poder Executivo cumprir os termos daquela decisão judiciária, o que não originou qualquer incidente de monta.

E' possível, e estou propenso a crer, que nem tôda a opinião do país compreendesse, na sua inteira extensão, a natureza real e os propósitos últimos do Partido Comunista. Diante do que se vem passando em todos os países europeus incluídos na órbita militar soviética e, sobretudo, depois do ocorrido na antes modelar democracia tcheca, parece, no entanto, não poder restar dúvidas a qualquer espírito, não perturbado pelo fanatismo, sôbre o caráter antidemocrático e antinacional daquele Partido. Os fatos se encarregaram de comprovar o flagrante acêrto do que foi deliberado pelo Tribunal Superior Eleitoral, quando considerou o seu programa e a sua ação contrários ao regime democrático, "baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem". A ditadura de um só partido e a supressão total e impiedosa dêsses direitos seguiram-se, invariável e imediatamente, aos golpes engendrados e levados a efeito pelas respectivas agências nacionais dessa agremiação estrangeira. E' de reconhecer a corajosa clarividência com que os juizes do Tribunal Superior Eleitoral resguardaram a ordem democrática brasileira, com base em dispositivo de defesa da Constituição, criado pela sabedoria previdente dos seus elaboradores.

Permanece o Govêrno na firme disposição de reprimir e legalmente punir, assim as tentativas de desobediência ao aresto judiciário, como tôda atividade conspiratória a que se queira dedicar o núcleo dirigente e de inspiração estranha que orientava o partido de registro cancelado.

**Estruturação
do regime**

Circunstâncias do conhecimento geral não permitiram que atingíssemos, em 1947, a plena normalidade na execução do regime instituído.

Há representantes do povo, no desempenho de funções executivas e legislativas, cuja liquidez de exercício está dependendo de recursos pendentes de julgamento na Justiça Eleitoral. No que dependeu de providências do Poder Executivo, nada foi poupado no sentido de acelerar a proclamação dos resultados, sendo de justiça acentuar que a magistratura eleitoral trabalhou arduamente no mesmo sentido, tendo, de sua parte, o Poder Legislativo colaborado eficazmente com a chamada Lei Eleitoral de Emergência.

**CONSTITUIÇÕES
ESTADUAIS**

De qualquer forma, porém, é certo que, votada em 1946 a Constituição da República, o ano de 1947 se marcou como o das Constituições Estaduais. No seu curso, foram elas promulgadas, nas seguintes datas: Paraíba, em 11 de junho; Rio de Janeiro, em 20 de junho; Ceará, em 23 de junho; Pará e Rio Grande do Sul, em 8 de julho; Alagoas e São Paulo, em 9 de julho; Mato Grosso, em 11 de julho; Paraná, em 12 de julho; Amazonas e Minas Gerais, em 14 de julho; Sergipe, em 16 de julho; Goiás, em 20 de julho; Santa Catarina, em 23 de julho; Pernambuco, em 25 de julho; Espírito Santo, em 26 de julho; Maranhão, em 28 de julho; Bahia, em 2 de agosto; Piauí, em 22 de agosto; e Rio Grande do Norte, em 25 de novembro, tudo de 1947.

**ELEIÇÕES
MUNICIPAIS**

Complementando a constitucionalização dos Estados, já tôdas as unidades federais, com exceção do Rio Grande do Norte, procederam a eleições municipais, integrando, assim, os municípios na órbita constitucional. Convém deixar aqui fixadas as datas de realização dessas eleições que foram as seguintes: Rio de Janeiro, em 28 de setembro; Paraíba, em 12 de outubro; Sergipe, em 19 de outubro; Pernambuco, em 26 de outubro; São Paulo, Mato Grosso e Paraná, em 9 de novembro; Rio Grande do Sul, em 15 de novembro; Amazonas, em 16 de novembro; Minas Gerais, Goiás e Santa Catarina, em 23 de novembro; Espírito Santo, em 30 de novembro; Ceará, em 7 de dezembro; Bahia, em 21 de dezembro; e Maranhão, em 25 de dezembro, tudo também de 1947.

Ultrapassaram a casa de 1947 as eleições do Pará e de Alagoas, ocorridas em 11 de janeiro; do Piauí, em 29 de fevereiro, estando a realizar as do Rio Grande do Norte, em 21 de março, tudo já de 1948.

Conhecendo de representações da Procuradoria Geral da República, formuladas por solicitação de autoridades estaduais, sobre as Constituições dos Estados do Ceará, Rio Grande do Sul, São Paulo, Piauí, Pernambuco e Paraná. — o Supremo Tribunal Federal retificou as quatro primeiras, invalidando-as nos pontos em que se afastavam dos princípios constitucionais fixados no art. 7.º, n.º VII, da Lei Magna.

AS CONSTITUIÇÕES DOS ESTADOS EM FACE DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Foi mais um relevante serviço que a nossa Côrte Suprema prestou ao país, no desempenho do seu alto papel de guarda vigilante da Constituição.

Ficaram assim resguardados, na órbita estadual, os princípios fundamentais que estruturam a organização federal, mantido o sistema presidencialista, asseguradas, nos devidos termos, a independência e a harmonia dos poderes, preservada na sua plenitude a competência legislativa da União e garantida a autonomia municipal.

Representou o Governador do Estado contra dispositivos da sua Constituição, que considerava contrários à Constituição Federal:

Constituição do Ceará,

O Supremo Tribunal Federal, na espécie, teve oportunidade de considerar a arguição de inconstitucionalidade da eleição indireta do primeiro Vice-Governador, arguição que julgou improcedente, por entender o dispositivo como análogo ao da Constituição Federal, sobre o assunto; e a arguição da inconstitucionalidade do dispositivo que permitia à Assembléia Legislativa aprovar a nomeação de Prefeitos, o qual foi julgado inconstitucional, por não respeitar o princípio da independência de poderes.

O Governador do Estado representou contra dispositivos da Constituição Estadual que pretendiam inaugurar no Rio Grande do Sul o sistema parlamentar.

Constituição do Rio Grande do Sul

O Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucionais tais disposições, que afastavam do regime presidencial a organização dos Poderes naquele Estado.

Constituição
de
Pernambuco

O Interventor Federal levantou dúvida sobre a disposição constitucional que determinava que, promulgada a Constituição, o presidente da Assembléia Legislativa assumisse o Governo como substituto do Governador. Consultava o Interventor Federal sobre se suas funções somente terminariam com a posse do Governador eleito. Nesse sentido, dirigiu-se ao Presidente da República, que deferiu a solução do caso ao Poder Judiciário, tudo nos termos dos telegramas a seguir transcritos :

“Presidente General Eurico Dutra — Rio — 12-7-47. Levo ao conhecimento de Vossa Excelência que deverá ser proclamada, até o dia 25 do corrente, a Constituição do Estado, e, como de acôrdo com o art. 59 do projeto caberá ao Presidente da Assembléia assumir o Governo enquanto não diplomado o Governador, peço instruções a Vossa Excelência de como poderei proceder, caso pretenda aquêle titular tomar posse do cargo. O art. 59 aludido diz: “Substitui o Governador do Estado, no caso de impedimento ou falta, e assumirá o Governo, enquanto não se expedir o diploma respectivo, o Presidente da Assembléia Legislativa”. Estabelece ainda o art. 20 das Disposições Transitórias o seguinte: “Se após a promulgação desta Constituição não houver sido diplomado o Governador, assumirá o Governo do Estado o Presidente da Assembléia Legislativa.” Respeitosas saudações. Amaro Gomes Pedrosa, Interventor Federal”.

“Dr. Amaro Gomes Pedrosa — Interventor Federal Pernambuco — Recife — 14-7-47. Acuso o recebimento da vossa consulta sobre como deveis proceder, caso o Presidente da Assembléia pretenda assumir o cargo de Governador do Estado, ainda não preenchido por não ter ocorrido a diplomação do eleito. Nesta data, estou remetendo vossa consulta ao Ministro da Justiça para ser provocado o pronunciamento da mais alta autoridade judiciária competente na matéria. Após esse pronunciamento, deveis transmitir o Governo a quem fôr por ela reconhecido com os atributos legais para assumi-lo. Saudações, Eurico G. Dutra”.

O Supremo Tribunal Federal — após declaração de incompetência da Justiça Eleitoral, na matéria — pronunciou-se pela constitucionalidade do dispositivo, motivo pelo qual, promulgada a Constituição, cessaram as funções do Interventor Federal.

Mediante representação do Governador do Estado, diversos dispositivos da Constituição paulista foram considerados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, a saber:

a) os que faziam depender de aprovação da Assembléia a nomeação dos Prefeitos;

b) os que determinavam a criação de uma comissão mista de funcionários, — a maioria eleitos, — cujas decisões, a respeito de nomeações e promoções, deviam ser rigorosamente observadas pelo Governador;

c) os que faziam depender os empreendimentos do Estado de prévia elaboração de plano aprovado pela Assembléia, à qual atribuíram o prévio assentimento à sua interrupção, suspensão ou alteração;

d) os que permitiam o *impeachment*, com o afastamento do Governador do cargo, pelo simples recebimento da denúncia;

e) o que dava competência à Assembléia Legislativa para ab-rogar os decretos executivos publicados com desrespeito às leis;

f) os que estabeleciam condições de elegibilidade, além das fixadas na Constituição e leis federais;

g) o que permitia aos deputados o exercício do magistério;

h) os que limitavam a ação tributária dos municípios.

Quanto à matéria das letras a, b e c, considerou o Supremo Tribunal Federal que tais dispositivos acarretavam interferência estranha em atos peculiares ao Executivo.

Em referência à matéria da letra d, o *impeachment* foi considerado assunto pertinente à competência dos Estados, mas dentro do molde consagrado pela Constituição Federal, que não permite o afastamento do Governador, sem imputação contraditada e apurada.

No concernente à letra e, a matéria, considerada da competência do Poder Judiciário, não cabia na esfera das atribuições do Legislativo.

Relativamente à letra f, a disciplina eleitoral foi considerada da competência exclusiva do Legislativo Federal.

No tocante ao assunto ventilado na letra g, considerou o Supremo Tribunal Federal que a disposição colidia com o princípio de independência dos membros do Poder Legislativo.

E em relação à letra h, determinados preceitos foram considerados contrários à autonomia municipal.

Constituição
do Piauí

Mediante representação provocada pelo Governador do Estado, o Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucionais os dispositivos que permitiam o processo de responsabilidade do Governador, mediante normas que se afastam do paradigma federal, fazendo depender a permanência do Governador, no cargo, do simples arbítrio da maioria dos membros da Assembléia.

Também foram considerados inconstitucionais dispositivos que facultavam à Assembléia Legislativa decidir sobre a permanência de Prefeitos, a seu critério.

Considerou o Supremo Tribunal Federal que importava em invasão das atribuições próprias do Poder Executivo o artigo da Constituição que dava competência ao Tribunal de Justiça para nomear, além dos funcionários de sua secretaria, todos os serventuários de Justiça do Estado.

Constituição
do Paraná

O Tribunal de Justiça do Paraná reputou inconstitucional o preceito que elevava de oito para onze o número de seus membros, por entender que o aumento do número de desembargadores depende de iniciativa do próprio Tribunal, conforme dispõe a Constituição Federal.

O Supremo Tribunal Federal, no caso em foco, decidiu pela constitucionalidade do preceito, julgando que a disposição invocada só tem aplicação nas elevações de número de desembargadores por lei ordinária, e não por texto constitucional.

Poder
Judiciário

A linha do Governo tem sido a do maior respeito, prestígio e consideração ao Poder Judiciário, cujas decisões têm sido fielmente acatadas.

Além das questões sobre a constitucionalidade de dispositivos das Constituições estaduais tem o Supremo Tribunal Federal decidido recursos oriundos da Justiça Eleitoral sobre matérias referentes às últimas eleições. Outros pleitos de importância fundamental para o regime tiveram sua decisão no Pretório Excelso.

De grande repercussão nacional muitos desses julgamentos, — foi sempre acatado, com o maior respeito, o entendimento jurídico dado aos textos constitucionais, restituindo-se ao Supremo Tribunal Federal o preeminente papel de supremo intérprete do regime, dentro da Constituição.

O Superior Tribunal Eleitoral, como os Tribunais Regionais, o Superior Tribunal Militar, os Tribunais de Justiça Locais, a Justiça do Trabalho, — todos os órgãos judiciários do país manti-

veram com o Poder Executivo Federal as melhores relações, numa atmosfera de mútuo respeito, realizando as suas tarefas de modo exemplar.

A Constituição e a Lei n.º 33, de 13 de maio do ano passado, estruturaram o Tribunal Federal de Recursos. Foram nomeados, na forma da Lei, os Ministros titulares, e providos os representantes do Ministério Público. Está essa alta Corte Judiciária instalada em prédio condigno, não havendo o Governo regateado qualquer esforço para satisfação das providências que lhe foram solicitadas.

TRIBUNAL
FEDERAL DE
RECURSOS

A Legislação votada pelo Congresso, no ano de 1947, atingiu a 197 diplomas, salientando-se, entre êles: Lei n.º 14, de 7 de fevereiro, que concede abatimento dos preços ou tarifas das empresas de transporte aos membros do Congresso Nacional; n.º 19, de 10 de fevereiro, que releva de prescrição as ações que deveriam ter sido propostas durante a guerra por brasileiros nela empenhados; n.º 22, de 15 de fevereiro, que estabelece normas para a execução do § 2.º do art. 15 da Constituição Federal, na parte referente aos combustíveis e lubrificantes líquidos de origem mineral, importados e produzidos no país; n.º 30, de 27 de fevereiro, que restaura a vigência da Lei Orgânica do Distrito Federal, sob n.º 196, de 18 de janeiro de 1936; n.º 33, de 13 de maio, que fixa o critério para os vencimentos dos Tribunais e dispõe sobre a criação do Tribunal de Recursos; n.º 52, de 30 de julho, que prorroga a vigência da Lei n.º 8, de 1946 (sobre obrigações de pecuaristas); n.º 59, de 11 de agosto, que autoriza a cooperação financeira com os Estados, Municípios, Distrito Federal e particulares, para ampliação e melhoria do sistema escolar primário, secundário e normal, nas zonas rurais; n.º 70, de 20 de agosto, que altera o n.º II do art. 798 do Código do Processo Civil; n.º 75, de 21 de agosto, que prorroga por seis meses o prazo concedido às sociedades por ações, com sede no Brasil, para cumprimento das exigências do art. 1.º do Decreto-lei n.º 9.783, de 6 de setembro de 1946; n.º 81, de 29 de agosto, que dispõe sobre os adicionais do imposto de renda; n.º 82, de 30 de agosto, que autoriza o crédito especial de Cr\$ 7.500.000,00, para atender às despesas com a execução do programa do serviço nacional de malária, ou assistência medicamentosa antimalárica às populações rurais do Brasil; n.º 85, de 6 de setembro, que é a Lei Eleitoral de Emergência; n.º 86, de 8 de setembro, que estabelece medidas para a assistência da borracha

Legislação
votada

natural brasileira; n.º 87, de 9 de setembro, que dispõe sobre o tratamento dos Juizes do Tribunal Federal de Recursos; n.º 94, de 16 de setembro, que permite aos Juizes da Fazenda Pública a requisição de processos administrativos, para extração de peças; n.º 113, de 4 de outubro, que dispõe sobre a carreira do Ministério Público Federal; n.º 116, de 15 de outubro, que dispõe sobre o Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios; n.º 120, de 22 de outubro, que autoriza a abertura, pelo Conselho Nacional do Petróleo, do crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00, para a criação da Refinaria Nacional do Petróleo S. A.; n.º 121, de 22 de outubro, que declara, para fins do § 2.º do art. 28 da Constituição Federal, os municípios que constituem bases ou pontos militares de excepcional importância para a defesa externa do país; n.º 136, de 10 de novembro, que faculta a inscrição dos membros do Poder Legislativo no quadro de contribuintes do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado; n.º 141, de 19 de novembro, que autoriza abertura de crédito suplementar ao Congresso Nacional; n.º 154, de 25 de novembro, que altera dispositivos de legislação do Imposto de Renda; n.º 156, de 27 de novembro, que restabelece o imposto de que trata o Decreto-lei n.º 1.394, de 29 de junho de 1939; n.º 160, de 29 de novembro, que aprova o quadro de funcionários do Tribunal Federal de Recursos; n.º 162, de 2 de dezembro, que estima a Receita e fixa a Despesa da União, para o exercício financeiro de 1948; n.º 189, de 19 de dezembro, que autoriza o Governo a adquirir ações da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco; e n.º 196, de 26 de dezembro, que fixa as Forças de Terra, Mar e Ar, para o tempo de paz.

SANÇÕES
TÁCITAS

Das 197 leis votadas no ano de 1947, foram restituídas sem sanção expressa, nem veto, as seguintes: a de n.º 30, de 27 de fevereiro, que restaura a vigência da Lei Orgânica do Distrito Federal, sob n.º 196, de 18 de janeiro de 1936; a de n.º 31, de 3 de março, que aposentou funcionário, compulsoriamente, por conveniência do serviço; a de n.º 30-A, de 27 de fevereiro, que abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de . . . Cr\$ 5.500.000,00, para pagamento a concessionários de portos; a de n.º 44, de 4 de julho, que estabelece uma época especial de exames na Escola Naval, para o ano de 1947; a de n.º 109, de 1 de outubro, que concede auxílio à Associação Brasileira de Escritores, para a realização do Segundo Congresso de Escritores Bra-

sileiros; a de n.º 125, de 24 de outubro, que regula a situação dos servidores dos extintos Territórios de Iguaçu e Ponta Porã; a de n.º 171, de 15 de dezembro, que regulariza a situação dos reformados e aposentados pelo art. 177, da Carta Constitucional de 1937; e a de n.º 200, de 30 de dezembro, que dispõe sobre funcionários da carreira de contador dos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Fazenda.

Essas últimas leis foram promulgadas na forma do § 4.º do art. 70 da Constituição. Também o foram, na mesma forma, leis que aprovam registros sob reserva, feitos pelo Tribunal de Contas (Leis ns. 170, 190, 191 e 201), o que deu lugar a um melhor exame da matéria para ficar esclarecido se leis dessa natureza estavam sujeitas à formalidade de sanção expressa ou tácita.

Somente uma vez, no curso do ano de 1947, usou o Poder Executivo da faculdade de negar sanção, expressamente. Foi quando vetou, em forma total, em 8 de fevereiro, o projeto de lei que assegurava aos funcionários do Ministério da Educação e Saúde os benefícios do Decreto-lei n.º 8.565, de 7 de janeiro de 1946. Esse veto foi, posteriormente, aprovado pelo Congresso Nacional.

VETO

Na Mensagem anual, apresentada por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1947, foi solicitada pelo Governo a votação das leis complementares, nos seguintes termos:

LEIS COMPLEMENTARES

“Não basta votar uma Constituição. Importa pô-la a vigor. Por isso, é mister desdobrar as normas constitucionais em leis complementares. Para administrar segundo um novo regime instaurado, força é atualizar a legislação”

Depois de enumerar os textos mais urgentes, insistia a Mensagem anterior na criação do previsto Conselho Nacional para estudo da vida econômica do país.

Agora, mais se impõem essas leis, sobretudo a que permita a criação de órgãos de segurança especializados e a extensão ao âmbito nacional de várias atividades defensivas, antes consideradas puramente locais. A superintendência, em todo o território nacional, dos serviços de polícia marítima, aérea e de fronteiras; a suspensão e perda dos direitos políticos e reaquisição destes e da nacionalidade; a lei de passaportes; a repressão à sabotagem; o

Ordem pública

comércio de armas e explosivos; a censura teatral; os crimes eleitorais e seu processo, a lei eleitoral e a dos partidos políticos. — tudo é matéria que não tardará a merecer vossa atenção, para realizar uma legislação avançada e conforme com a Carta Constitucional de 1946.

LEI DE
LEALDADE AO
BRASIL

Importa mais que tudo insistir na necessidade de votação de leis que estabeleçam, de maneira concreta, a condição de lealdade ao Brasil, para o exercício de funções públicas, bem assim que regulem o seqüestro e perdimento de bens, no caso de enriquecimento ilícito, por influência ou com abuso de cargo ou função pública, ou de emprêgo em entidade autárquica.

Não é demais insistir em que o Governo tem o firme propósito de respeitar e fazer respeitar a Constituição e a ordem legal vigente, e está convencido, cada vez mais, da urgente necessidade de congraçamento de todos os brasileiros, aos quais conclama para a obra comum do soerguimento do país.

Cooperação
intergo-
vernamental

Vencidos os momentos mais difíceis da fase de transição política por que vimos passando, durante a qual todo o país sofreu profundas transformações, não somente de caráter jurídico senão também econômico-administrativo. — era mister que os diferentes níveis de governo entrassem em entendimento a fim de tomar, conjugadamente, providências administrativas de imediato benefício para a Nação.

O largo período em que se foi enfraquecendo a vida local brasileira permitiu que se transferisse ao Governo Federal, quase sem relutância, a decisão sobre matérias que, ordinariamente, competiam a outras esferas governamentais.

Importava, porém, restaurar o espírito de iniciativa dos Estados e Municípios, orientando-os para que pudessem, com técnica adequada, enfrentar *motu proprio* as dificuldades de certos problemas, facultando-lhes recursos indispensáveis com que ocorrer aos modernos sistemas de despesa pública.

A Constituição, em muitos dos seus dispositivos aliás, indicava o roteiro a seguir, estabelecendo como e em que circunstâncias se deveria exercer essa cooperação intergovernamental. Cabe-ria ao Governo a tarefa de enraizar esse ideal de um federalismo ativo e militante, a muitos aspectos desconhecido em nossa experiência republicana, e que os Constituintes de 1946 inscreveram na Carta Magna.

Desde o dia de minha investidura no alto posto de Presidente da República, assegurei aos Estados e Municípios participação irrestrita do Governo federal em tôdas as medidas que visassem à efetivação de um maior conagraçamento administrativo. Posso hoje afirmar que já conseguimos algumas vitórias, em obediência a essa orientação, por isto que, em 1947, chegamos a acórdos capazes de vitalizar propósitos tão construtivos. Fugimos aos excessos de uma centralização anacrônica, de caráter repressivo ou absorvente, que, aliás, não se compadeceria com o próprio espírito do regime, preferindo colaborar com discrição, ora técnica, ora financeiramente.

Assim, no concernente a questões agrárias, convocou o Governo da União, em fins de 1946, uma reunião dos Secretários de Agricultura, que se revelou extremamente auspiciosa, pois que se discutiram, então, problemas essenciais à nossa vida rural, assegurando-se-lhe o mais perfeito conhecimento. Nessa conferência, foram aprovadas diversas conclusões, dentre as quais convém ressaltar a que preconizava a assistência direta ao produtor, por intermédio de postos agropecuários, e a ampliação e unificação dos acórdos entre os Governos federal e estaduais, sôbre fomento e defesa da produção vegetal e animal. Deu-se início, em 1947, à instalação dêsses postos, providência que, já no correr dêste exercício, começará a prestar excelentes serviços de assistência técnica direta aos lavradores e criadores, procurando aumentar, melhorar e defender nossa produção agrícola.

No tocante a problemas de educação, saúde e administração geral, estamos seguindo as mesmas diretivas. Assim, será brevemente encaminhado ao Congresso Nacional, um anteprojeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, contribuição para o cumprimento de dispositivo constitucional, por meio do qual se visa disciplinar a esparsa e, muitas vêzes, confusa legislação educacional do país. A difusão do ensino primário e a allabetização de adultos e adolescentes também se vem processando, graças a uma esclarecida identificação de propósitos entre os governos estaduais e o federal.

Movimentos de âmbito nacional, tais como: a campanha contra a tuberculose, o combate à malária, a defesa da criança, e outros mais, que se têm empreendido com recursos técnicos e financeiros da União, em favor da solução de problemas ou extinção de flagelos, de que depende o nosso desenvolvimento material

e espiritual, constituem outros exemplos dessa cooperação inter-governamental.

ASSISTÊNCIA
TÉCNICA

Finalmente, cõscio de que, na estrutura acertada e no regular funcionamento dos órgãos da administração, residem as bases da boa marcha dos negócios públicos, iniciou o Govêrno amplo movimento de assistência técnica, estimulando reformas locais que se propusessem o enquadramento dos serviços nos moldes já experimentados pela União. Essa orientação tem sido particularmente útil no trato de problemas de organização, orçamento, pessoal e outros aspectos da administração auxiliar.

Podem mesmo o Govêrno federal registrar que colaborou dedicadamente com os Estados-membros, proporcionando-lhes, sempre que solicitado, assistência eficaz, e chegando em certos casos a propiciar a diferentes governos, estaduais ou municipais, desejosos de renovar ou reestruturar seus serviços, o auxílio de técnicos da própria Presidência da República.

Administração de fronteiras e govêrno dos Territórios federais

O problema da continuidade, do restabelecimento e da instituição de Territórios federais está diretamente ligado ao da ocupação efetiva, nacionalização e vitalização de determinadas áreas do país, principalmente as situadas na faixa de fronteiras.

Após a extinção dos Territórios federais do Iguaçu e de Ponta Porã, voltaram as áreas que os constituíam à situação anterior, não podendo entretanto os Governos estaduais, que ora as administram, arcar com as responsabilidades dos serviços que a União ali mantinha, através de seus prepostos.

Diante da desorganização que se operou, principalmente em Ponta Porã, em virtude da extinção daqueles serviços, têm as populações locais solicitado providências, no sentido de atenuar efeitos decorrentes do cumprimento do dispositivo constitucional, referente às duas entidades.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DOS TERRITÓRIOS FEDERAIS

Quanto aos Territórios federais que subsistiram, inclusive o do Acre, têm os mesmos merecido do Govêrno acurado interesse. O vulto das dotações que, no exercício anterior, lhes foram deferidas, através do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, atingiu a importância substancial de Cr\$ 102.613.200,00, o que demonstra, claramente, interesse especial na solução dos problemas de recuperação e desenvolvimento das áreas territoriais.

Dêse global, o Acre figurou com Cr\$ 35.807.200,00; o Guaporé com Cr\$ 22.060.400,00; o Rio Branco com..... Cr\$ 23.301.000,00 e o Amapá com Cr\$ 21.464.600,00.

Não estão computadas, nessas dotações, as somas despendidas pelos demais Ministérios, através de órgãos que mantêm nessas entidades ou por força de acôrdos especiais. Assim, uma importância superior a Cr\$ 10.000.000,00 pode ser acrescentada ao total geral dos serviços e encargos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Trata-se, portanto, de um encargo financeiro da União de quase Cr\$ 120.000.000,00 no ano transato e que deverá aumentar progressivamente. No ano em curso, essas dotações federais ultrapassarão o limite de Cr\$ 154.107.800,00, sem mencionar as destinadas ao Território de Fernando de Noronha, centralizadas, pela sua natureza especial, no Ministério da Guerra.

Representam os Territórios federais, inicialmente instituídos no interesse da defesa nacional, o meio talvez mais adequado de vitalizar imensas regiões, algumas das quais inteiramente des povoadas, de nossas fronteiras terrestres.

Com a extinção, porém, dos Territórios federais do Iguaçu e de Ponta Porã, somente porções de nossas fronteiras ocidentais, com o Acre e o Guaporé, e setentrionais, com o Rio Branco e o Amapá, têm sentido os efeitos das inversões com que o Governo federal tem em vista valorizá-las.

Os Territórios existentes, com exceção do de Fernando de Noronha, ocupam posições avançadas na região amazônica e, dêse modo, não podem objetivar apenas os problemas de ocupação da faixa lideira, mas, sobretudo, os de aproveitamento econômico do maior espaço inaproveitado do país.

Torna-se mister, para isto, a adoção de um adequado sistema de administração territorial, no sentido de entrosar os governos de tais entidades sob a autoridade de um órgão de coordenação, planificação e contrôle, bem como levar aos seus centros vitais os benéficos efeitos da ação do Governo federal.

À falta de um sistema dessa natureza, deve-se o fato de absorverem as despesas com pessoal, nas administrações territoriais, consideráveis percentagens dos orçamentos; e, ainda, o de concentrar-se a quase totalidade das dotações em melhoramentos urbanísticos das capitais, sem se irradiarem, como seria de desejar, pelas áreas dos municípios.

ADMINISTRA-
ÇÃO
TERRITORIAL

Impõe-se, por outro lado, a necessidade de rever a organização administrativa dos Territórios federais, onde os Governadores, à falta de um conselho de colaboração governamental, ainda não se encontram em condições de preparar os Territórios para a vida autônoma.

Estou certo, porém, de que a nova legislação orgânica dos Territórios federais, já objeto de estudos da Comissão Mista de Leis Complementares, procurará dar às referidas entidades o adequado sistema de administração territorial, a fim de salvaguardar os interesses da União e das longínquas populações dessas futuras unidades federativas.

POLÍTICA EXTERNA

A afirmação da igualdade jurídica dos Estados, a preferência pelos meios amistosos na solução dos conflitos internacionais, e o permanente esforço no sentido do bom entendimento entre os povos — traços que têm caracterizado historicamente a política externa do Brasil — continuam a inspirá-la no presente.

Assim, procurou o Governo, dentro dessas diretivas tradicionais, não somente estreitar as relações culturais e econômicas que mantemos com outros países, mas também contribuir para que se resolvam os problemas fundamentais da Sociedade Internacional, nos nossos dias : consolidação da paz, baseada no Direito; e estabelecimento de condições que dêem maior amplitude e efetividade à cooperação entre as Nações.

Apraz-me destacar aqui a atuação de nosso país no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Na qualidade de membro desse organismo, teve o Brasil oportunidade de trazer o seu concurso aos mais delicados assuntos suscitados pelo problema da consolidação da paz. Dentre esses, convém ressaltar os incidentes nas fronteiras setentrionais da Grécia e a queixa apresentada pelo Governo de Atenas contra a Iugoslávia, a Bulgária e a Albânia; o litígio entre a Grã-Bretanha e a Albânia, relativo a incidentes ocorridos no canal de Corfu, assunto posteriormente submetido, por decisão do Conselho, à Corte Internacional de Justiça; a controvérsia anglo-egípcia, trazida ao Conselho de Segurança pelo Governo do Cairo, referente à interpretação a ser dada ao Tratado anglo-egípcio de 1936 e ao estatuto do Sudão; a questão da Indonésia, apresentada pela Austrália e pela Índia, resultante do conflito entre os Países-Baixos e o governo nacionalista, não reconhecido, de Jokjakarta.

Cumpra também assinalar os esforços brasileiros em prol da solução do complexo "Caso da Palestina", discutido em duas Assembléias Gerais da Organização das Nações Unidas, que trabalharam sob a presidência do Chefe da delegação brasileira, resultando o pronunciamento pela partilha da Terra Santa, com a conseqüente criação dos Estados independentes árabe e judeu.

Atuação do
Brasil na
Organização
das Nações
Unidas

Cooperação
econômica
internacional

Côncio da gravidade do momento, em que, além do entrelchoque de doutrinas sociais e econômicas, o mundo sofre os efeitos calamitosos da última guerra, o Govêrno brasileiro diligenciou por colocar-se em meio àqueles que buscam na conciliação dos interesses econômicos e internacionais uma solução para as dificuldades dos países que se acham dominados pela mais aguda das crises.

Por essas razões, obedeceu a ação do Govêrno do Brasil a duas diretrizes que se reforçam: uma, política; outra, prática. Dêsse modo, se de um lado comparecemos a diversos organismos internacionais, empenhados na afirmação de princípios que importa observar para a solução de conflitos prementes, de outro firmamos assinatura em acôrdos internacionais, que efetivaram, na prática, aquêles princípios.

PARTICIPAÇÃO
DO BRASIL
NOS
ORGANISMOS
INTERNACIONAIS

Fiel à primeira diretiva, compareceu o Brasil à Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas, que, por sugestão do Delegado do Brasil, promoveu a reunião, em Belém, da Comissão Internacional da Hiléia Amazônica, incumbida de estudar, *in loco*, o projeto de criação do Instituto Internacional de Pesquisas Científicas; à Organização Mundial de Saúde, criada ainda por iniciativa brasileira, na Conferência de São Francisco; à Organização Internacional do Trabalho, onde foram estudados problemas atinentes a Petróleo, Indústrias Carboníferas, Transportes Internos, Ferro, Aço, Agricultura, Estatística do Trabalho e Mecanização da Indústria; à União Postal Universal, para a qual o Brasil foi eleito como um dos seus 15 membros, dentre 74 países; à União Internacional de Telecomunicações, ao Fundo Internacional de Emergência para Proteção à Infância; à Repartição Sanitária Pan-Americana; ao Conselho Econômico e Social, onde a delegação brasileira tomou parte ativa na orientação de questões de grande relevância, tais como "emprego total", transportes e comunicações; à Segunda Reunião Interamericana de Seguridade Social, promovida pela Conferência Interamericana de Seguridade Social, e que se realizou no Rio de Janeiro, sob a presidência do Delegado do Brasil.

Cabe ainda ressaltar a participação do Brasil no Conselho Internacional e Alimentar de Emergência, onde muito se diligenciou por elucidar problemas ligados à disciplina da produção e do

comércio. Ainda com este objetivo, o Brasil compareceu às Conferências de Comércio e Emprego, de Genebra e Havana, onde se procurou não apenas reestruturar o sistema mundial de tarifas alfandegárias, mas ainda definir — mediante uma Carta de Comércio que valerá, se subscrita por apreciável maioria, como um código de prática comercial — as linhas mestras dentro das quais se processarão, no futuro, as relações econômicas internacionais, tendo-se em vista a conciliação dos interesses comerciais e a elevação dos padrões de vida pela expansão das produções nacionais.

Por outro lado, porque ainda perdurem restrições econômicas nos países que constituem a principal fonte de nossas importações; porque persista uma generalizada insuficiência dos fatores de produção e dos meios de transporte; e porque a carência mundial de alguns produtos de valor significativo na produção brasileira, e sua sujeição ao regime de prioridades e distribuição forçada e centralizada, agravem a complexidade do problema de nossa exportação — teve o Governo brasileiro que intervir diretamente no equacionamento e solução de tais problemas, do que resultaram vários atos internacionais, dentre os quais cumpre destacar: um Convênio de Cooperação Econômica, um Protocolo Adicional ao Tratado de Comércio e Navegação de 1.º de março de 1943 e um Convênio de Trânsito de Passageiros e Turismo, celebrados com o Chile, por ocasião da visita do Presidente Gabriel González Videla; acôrdos sobre a venda de tecidos de algodão, com o Paraguai e a Bolívia; um acôrdo com a Grã-Bretanha sobre a troca de arroz brasileiro por juta indiana; e convênios sobre transportes aéreos com Portugal, França, Chile, Dinamarca, Noruega, Suécia e Países Baixos. É de salientar, ainda, o início da validade, a 1.º de janeiro de 1947, do Acôrdo Comercial Brasileiro-Argentino, relativo à troca de trigo por tecidos e borracha.

No campo das relações interamericanas, a política externa do Brasil seguiu a linha tradicional que lhe foi legada pelos estadistas e diplomatas do Império e da República. Tudo fez o Governo para fortalecer a amizade que, felizmente, sempre mantivemos com os povos do Hemisfério, cooperando em todos os esforços e iniciativas em prol da união e do bom entendimento continentais.

ASSINATURA
DE
CONVÊNIOS
INTERNACIONAIS

Relações
inter-
americanas

Nesse importante setor da política externa, o Governo brasileiro dedicou-se a um trabalho ininterrupto, com o fim de levar o Continente a afirmar-se como expressão de ideais de paz e de progresso e, sobretudo, como pioneiro da restauração das condições de vida indispensáveis à estabilidade dos princípios democráticos.

São inúmeros os empreendimentos que, nesse campo, pode o Governo alinhar: a realização, em Petrópolis, da Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente; a mediação do Brasil na guerra civil do Paraguai; a inauguração de mais um trecho da Estrada de Ferro Brasil-Bolívia, construção na qual o Brasil, com sincero espírito de fraternidade continental, se empenha por ligar ao Atlântico a região ocidental da Bolívia; a inauguração da Ponte Internacional entre Uruguaiana e Paso de Los Libres; a assinatura do Convênio para a construção da ponte sobre o Rio Quaraí; e o envio de missão cultural brasileira ao Uruguai.

É-me extremamente grato assinalar as visitas oficiais, ao nosso país, de altos magistrados de nações americanas, ou de suas senhoras. O primeiro a honrar-nos foi o então Presidente eleito do Uruguai, Senhor Tomás Berreta, que aqui passava de regresso dos Estados Unidos da América. Em seguida, recebemos o ilustre Chefe do Estado Chileno, Doutor Gabriel González Videla, senhora e filha; a Senhora Eva Maria Duarte de Perón, esposa do Presidente da Nação Argentina; e, finalizando o ciclo dessas visitas, o Presidente Harry S. Truman, também acompanhado de senhora e filha, hóspedes por alguns dias do Governo e do Povo do Brasil.

Por outro lado, procurei consolidar os laços de amizade que nos ligam à Argentina e ao Uruguai, indo ao encontro dos respectivos Presidentes nas fronteiras com aqueles países, levado pelo espírito de cordialidade que sempre distinguiu o Povo e o Governo brasileiros, nas relações com seus vizinhos.

CONFERÊNCIA
DE
PETRÓPOLIS

Desejo salientar, por último, a realização, em Petrópolis, da Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente, a cuja abertura compareci, e cuja sessão de encerramento contou com a presença do Presidente Harry S. Truman, dos Estados Unidos da América.

Realizada em virtude de entendimentos entre os Chefes das delegações dos países americanos que participaram da Conferência das Nações Unidas, celebrada em São Francisco — a Conferência de Petrópolis destinou-se a dar forma de tratado internacional aos princípios incorporados na Resolução VIII da Conferência Interamericana sobre os Problemas da Guerra e da Paz (México, fevereiro e março de 1945), resolução essa conhecida como "Ata de Chapultepec".

Vencidas as dificuldades surgidas em consequência de acontecimentos políticos, acordaram os países do Continente, por intermédio do órgão coordenador de suas atividades comuns — a União Pan-Americana — em determinar a data da Conferência, que, depois de vários adiamentos, foi definitivamente convocada para 15 de agosto de 1947. A ela compareceram 20 Repúblicas americanas, quase tôdas representadas pelos respectivos Ministros das Relações Exteriores. Deixou de fazer-se representar o Governo da Nicarágua, por não ter sido ainda reconhecido pela maioria das Repúblicas do Hemisfério, conforme decisão do Conselho da União Pan-Americana.

Resultou da Conferência de Petrópolis, que foi presidida pelo Chefe da delegação brasileira, a aprovação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, firmado em minha presença e na do Presidente Harry S. Truman, que veio especialmente ao Brasil para participar do encerramento da Conferência. Estava concluído, assim, o primeiro ajuste de paz e defesa mútua, voluntariamente celebrado entre Estados, no pleno exercício de suas soberanias, desde que terminou a última guerra mundial.

Cumpre registrar finalmente os esforços do Brasil em prol da paz continental, como mediador nas negociações que tiveram como objetivo a cessação da guerra civil do Paraguai.

A revolução que irrompeu naquele país em princípio de março, e que revestiu, logo após, caráter de guerra civil, levou o Governo brasileiro a adotar uma série de medidas de prudência, destinadas a salvaguardar nossa neutralidade e a inviolabilidade do território nacional, já que durante largo tempo se travaram combates na região lindeira com o Brasil.

Foi política do Governo brasileiro manter naquela região constante vigilância, reforçando destacamentos ali estacionados, a fim de evitar incidentes e assegurar efetivamente a manutenção da neutralidade do Brasil.

MEDIAÇÃO DO
GOVERNO
BRASILEIRO
NA GUERRA
CIVIL DO
PARAGUAI

Por outro lado, o Governo brasileiro fêz sentir ao do Paraguai que estava pronto a colaborar, oferecendo sua mediação, a fim de pôr termo à guerra civil.

Ante resposta afirmativa, entramos em entendimentos com outros Governos americanos, ao mesmo tempo que, por intermédio de emissário especial, efetuávamos negociações, tanto com o Governo do General Morínigo, quanto com a Junta Revolucionária de Concepción, que também aceitara a interposição pacificadora.

Iniciaram-se, então, prolongados entendimentos, até que as facções chegaram a uma fórmula conciliatória, que permitiria a pacificação dos ânimos, se não sobreviesse inopinadamente a vitória das forças do Governo.

NONA
CONFERÊNCIA
INTERNACIONAL
AMERICANA

Em 30 dêste mês, deverá inaugurar-se em Bogotá mais uma Conferência Internacional Americana, a nona da série, iniciada em Washington, de Conferências Interamericanas periódicas, as quais constituem sempre acontecimento do maior relêvo para a política internacional das Américas.

As anteriores e as Reuniões de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas demonstraram repetidamente o valor do sistema interamericano como fator de cooperação internacional para a manutenção da paz, segurança e bem-estar dos povos dêste Hemisfério.

Adiada por diversas vèzes, a Conferência de Bogotá, que se deveria ter realizado em 1943, não fôra a segunda guerra mundial, reveste-se agora de especial importância. Seu programa prevê, além do estudo dos organismos especializados interamericanos e sua regulamentação e do exame de assuntos econômicos, jurídico-políticos e sociais, a reorganização, consolidação e fortalecimento do sistema interamericano, sôbre a base de um "pacto constitutivo".

Sólidas razões há para esperar que as nações americanas executem em Bogotá uma obra de congraçamento e pacifismo, que as torne ainda mais unidas para a felicidade das Américas.

Rompimento
de relações
diplomáticas
com a
U.R.S.S.

Cabe ainda aqui referência à ruptura de nossas relações diplomáticas com a U.R.S.S. As divergências políticas, que progressivamente se vêm acentuando entre o Governo de Moscou e os princípios democráticos que norteiam as Nações ocidentais, levaram a imprensa soviética a uma violenta campanha contra os Go-

vernos dessas nações, inclusive o Brasil, cujos dirigentes passaram a ser alvo dos mais injustificados ataques. Culminaram êles no ultrajante e calunioso artigo inserto na imprensa de Moscou contra os Poderes Constitucionais e as Fôrças Armadas do Brasil.

O Embaixador brasileiro, naquele país, por determinação do Ministério das Relações Exteriores, apresentou, ao Ministério Soviético dos Negócios Estrangeiros, uma nota de protesto contra o agravo, em que eram exigidas indeclináveis satisfações, a fim de poderem ser continuadas as relações entre os dois países.

O Governo soviético, no entanto, devolveu essa nota, sob o falso pretexto de estar redigida em termos inamistosos, e a fêz acompanhar de curta nota-verbal, endossando, destarte, as palavras de sua imprensa. Diante de tais fatos, viu-se o Governo brasileiro compelido ao rompimento de relações com aquêle país.

Feito o balanço de nossas atividades no exterior, posso afirmar, sem receio, que o Brasil se manteve à altura de suas tradições, empenhando-se no desenvolvimento de suas relações com os outros povos, tendo sido, além do mais, um dos esteios mais valiosos com que a Organização das Nações Unidas pôde contar nos tormentosos dias que vivemos.

DEFESA NACIONAL

A reestruturação do organismo superior da segurança nacional, aconselhada pela experiência e efetivada em 1946, produziu, no ano findo, os primeiros frutos, ensejando mais firme articulação entre os esforços de caráter especificamente militar e os de natureza civil.

Os pareceres apresentados pelo Conselho de Segurança Nacional e órgãos complementares constituíram elementos valiosos de decisão para o Poder Executivo; e o Estado Maior Geral, que se destina a assistir ao Presidente da República, na qualidade de Chefe Supremo das Forças Armadas, embora com um ano apenas de funcionamento, também levou a efeito, no exercício de suas atribuições normais de orientação e coordenação, tarefas de real proveito para o sistema militar brasileiro.

Ademais, de par com estudos realizados no sentido de uniformizar o sistema de ensino vigente nas Escolas das Forças Armadas e de organizar um curso de Alto Comando para chefes, elaboraram-se vários anteprojetos de lei — como os referentes a bases militares estratégicas, zonas consideradas de importância para a defesa do país, estatuto dos militares, empréstimo à Companhia Vale do Rio Doce e preparação dos transportes militares — alguns dos quais já foram submetidos à consideração do Poder Legislativo.

Não permitiu, nem permite ainda, a modéstia dos recursos financeiros, grandes realizações materiais no que tange ao aparelhamento da defesa nacional. Todavia, problemas de organização, instrução e mobilização absorveram os chefes militares a quem está confiada a direção das Forças Armadas.

A tranqüilidade advinda do restabelecimento do regime constitucional e sobretudo a desmobilização permitiram estender ao Exército a imperiosa política de compressão de despesas, imposta ao Governo pelas circunstâncias. Reduziram-se os efetivos, restringiram-se algumas obras militares, diminuíram-se determinadas aquisições e limitaram-se viagens ao estrangeiro. Não obstante,

foi ampliado o ensino nas escolas de oficiais e sargentos e intensificou-se a instrução da tropa, realizando-se manobras em diferentes guarnições militares do país.

Procedeu-se a uma revisão metódica e completa da legislação relativa ao Exército, a fim de conformá-la ao regime constitucional. O anteprojeto de lei relativo ao serviço militar está incluído, a exemplo dos que se referem a promoções e inatividade, entre os que devem ser objeto de próxima deliberação do Poder Legislativo. Visa precisamente a reajustar a matéria à nova ordem constitucional e também a atender a certas condições sociais e econômicas, realmente relevantes.

A proliferação de sociedades de tiro concorria, nos centros populosos, onde existem unidades do Exército, para o deslocamento de grandes contingentes de conscritos das zonas rurais. Incorporando o Exército, anualmente, pouco mais de vinte por cento dos jovens em idade militar, já se conseguira conservar nos núcleos de produção, não apenas os que se dedicam às atividades agropecuárias, mas também os que trabalham em empresas industriais.

O anteprojeto da lei do serviço militar propõe-se reduzir ainda mais os inconvenientes que a conscrição acarreta à produção nacional. Dentro da orientação esposada, de transformar o serviço militar obrigatório em instrução militar obrigatória, nos próprios locais de trabalho, ministrar-se-á o que nesta houver de básico, ao maior número possível de jovens, sem prejuízo de suas ocupações.

Está também sendo amadurecida a idéia de ocupar os conscritos não incorporados às fileiras para instrução militar, no desempenho de serviços públicos, como, exemplificativamente, na abertura de rodovias, no reflorestamento, na criação de núcleos de produção agrícola e outras atividades desempenhadas pelo Estado, o que lhes dará direito ao certificado de quitação.

ENSINO
MILITAR

O número de oficiais e sargentos que freqüentaram as Escolas Militares elevou-se, em 1947, ao máximo compatível com as instalações existentes.

Foram difundidos e mais largamente aplicados os ensinamentos que se colheram nos campos de batalha europeus e nos cursos técnico-militares norteamericanos.

Ainda no setor de ensino, merece relêvo o fato. — honroso para o país e em perfeita harmonia com os nossos ideais de cooperação internacional — de havermos recebido em nossas escolas,

inclusive na Técnica e de Estado Maior, oficiais de países latino-americanos.

A indústria militar, cujos recursos foram reduzidos ao mínimo compatível com as necessidades do consumo de paz, empregou quantidades e variedades crescentes de produtos e subprodutos semimanufaturados da indústria civil nacional, continuando, assim, a incentivá-la.

INDÚSTRIA
MILITAR

Ativou-se a construção de alguns trechos de estrada de ferro. Quanto às obras rodoviárias, que se reiniciaram depois de paralisadas durante um semestre, já tinham elas voltado à normalidade nos últimos meses do ano.

CONSTRUÇÃO
DE ESTRADAS

O Governo tem procurado amparar os veteranos da Força Expedicionária Brasileira, empregando-os, de acôrdo com as suas aptidões, nas diversas repartições públicas. Numerosos oficiais da Reserva, que participaram das operações militares ou contribuíram para o esforço de guerra, têm sido aproveitados no Exército; outros continuam a habilitar-se para o ingresso definitivo na carreira das armas.

AMPARO AOS
VETERANOS DA
FORÇA EXPE-
DICIONÁRIA
BRASILEIRA

O estado atual da nossa Marinha de Guerra, no que diz respeito ao seu material flutuante, é notoriamente deficiente.

Marinha

O número de navios, embora superior ao que possuíamos há alguns anos, não corresponde às necessidades que decorrem da extensão da costa brasileira; da relativa facilidade de acesso que os nossos grandes cursos d'água proporcionam; e dos compromissos que a crescente interdependência das nações nos vai impondo.

Torna-se indispensável a orientação dos nossos esforços no sentido de dar ao poder marítimo maior significação em meio às atividades de defesa nacional. De resto, não é possível cumprir fielmente obrigações relativas à proteção do Hemisfério e resultantes de uma política externa votada por tradição ao objetivo da convivência fraternal com os outros povos, sem que o país esteja apto para resguardar êsses propósitos.

Todavia, se os recursos do país não permitem, de pronto, adquirir ou construir uma esquadra ou mesmo uma força-tarefa equilibrada, à altura dêsses encargos — tudo aconselha se empreenda a construção de bases navais e portos militares, necessários ao apoio da força que no futuro terá de ser organizada.

Trata-se de uma realização que poderá ser levada a efeito com dotações orçamentárias normais, pois, sendo longo o seu prazo

de execução, os encargos financeiros totais se distribuirão gradativamente.

Por outro lado, reclamam ampliação os quadros de pessoal da ativa, cujo crescimento não acompanhou proporcionalmente o dos vários serviços.

É determinação do Governo preparar a Reserva Naval de que o país não pode prescindir. As atividades a isso conducentes serão intensificadas no corrente ano.

ESQUADRA

Durante o ano de 1947, a Esquadra não efetuou exercícios de conjunto. Estes, da mesma forma que as manobras, serão reiniciados no ano em curso, de acôrdo com os programas já elaborados. Nada obstante esta circunstância, quase todos os navios desincumbiram-se de comissões diversas, escalando na grande maioria dos portos nacionais, e realizando viagens de treinamento no propósito de atualizar o pessoal nas práticas navais.

O aparelhamento da Armada, a que foram incorporados três novos caça-submarinos, construídos em estaleiros do país, tem preocupado constantemente o Governo. Prosseguiu a construção de seis contratorpedeiros e de outras unidades menores.

Tiveram baixa do serviço ativo o encouraçado *São Paulo* e o cruzador *Rio Grande do Sul*.

PRODUÇÃO
BÉLICA

Foi reorganizada a Diretoria do Armamento da Marinha, que atendeu, durante o ano findo, à manutenção e ao preparo dos armamentos dos navios, além dos estudos e pesquisas de laboratório.

A Fábrica de Torpedos trabalhou na construção de peças e tubos de torpedos, bem como de vários reparos para os contratorpedeiros da classe "A". A Fábrica de Artilharia teve como programa o preparo dos canhões com que serão equipados os referidos navios.

ENSINO NAVAL

A Escola de Guerra Naval prosseguiu nas suas atividades e nela foram diplomados oficiais superiores da Marinha e do Exército, e realizados exercícios de cooperação com a Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica.

Pelo navio-escola *Almirante Saldanha*, está sendo realizada uma viagem de instrução, cujo itinerário cobrirá cerca de 20.600 milhas. Nesse cruzeiro, visitar-se-ão ilhas do Atlântico Sul e Norte, a costa ocidental da Europa até a Escandinávia, a costa

oriental da América, incluindo Estados Unidos, México, Colômbia, Venezuela, ilhas do Mar das Antilhas e a costa do Brasil, de Belém a Angra dos Reis.

As escolas de aprendizes-marinheiros, por seu turno, prepararam pessoal subalterno, que se aproveita no preenchimento dos claros verificados na Armada. Acha-se em fase de conclusão a instalação de um centro de instrução destinado a esse pessoal, dotado de todo o material de ensino moderno, indispensável ao desenvolvimento dos currículos de formação de instrutores e especialistas.

Para estabelecimento dos serviços de socorro marítimo, de cuja falta tanto se ressentia o nosso país, adquiriram-se três modernos rebocadores, dois dos quais já tiveram oportunidade de prestar serviços por ocasião de sinistros ocorridos próximo à nossa costa.

SOCORRO
MARÍTIMO

Com o objetivo de promover o bem-estar moral e material do pessoal da Marinha e suas famílias, criou-se o Serviço de Assistência Social da Armada. Sua organização e possibilidades ulteriores de ampliação serão atendidas em anteprojeto de lei, a ser apresentado ao Poder Legislativo.

ASSISTÊNCIA
SOCIAL

O Governo, atento à importância cada vez maior da Aeronáutica, como elemento de defesa e segurança e como meio de comunicação e fator de progresso geral, empenhou-se na solução conjunta e harmônica de todos os problemas que lhe são relativos. Mereceram-lhe, contudo, atenção especial, dada a sua natureza urgente, as questões referentes a ensino e navegação, e à aeronáutica civil.

Aeronáutica
ENSINO

Para coordenar as atividades das escolas de formação, foi criada a Diretoria de Ensino, já em pleno funcionamento. Com o objetivo de melhorar o nível profissional dos capitães, instalou-se, em São Paulo, o Curso de Tática Aérea.

Considerando a imperiosa exigência de especialistas, a Força Aérea Brasileira formou em 1947 cerca de quatrocentos sargentos e mais de mil graduados.

A Escola Técnica de São Paulo fôra enquadrada nas normas administrativas de nossa legislação, resultando da medida uma

redução de despesa de Cr\$ 50.000.000,00. Trata-se de um empreendimento de vulto que já começou a prestar excelentes serviços à aviação nacional, como se pode exemplificar com o fato de ter sido possível dispensar dois tércos dos instrutores estrangeiros, devido ao preparo que adquiriram, nessa Escola, os sargentos brasileiros.

Criada no ano findo e organizada de acôrdo com os métodos mais modernos de pedagogia e administração, a Escola de Comando e Estado Maior, graças aos seus instrutores selecionados, cooperou com o Exército e a Marinha em manobras e exercícios. Seus membros componentes empreenderam viagens de estudo, pelo país, havendo sido visitados todos os Estados e Territórios da União, e percorridos, em trinta dias, cêrca de vinte mil quilômetros.

NAVEGAÇÃO
AÉREA

Os esforços destinados a promover a segurança aérea, relativamente às atividades dos Grupos de Transporte e ao Correio Aéreo Nacional, produziram resultados plenamente satisfatórios.

Os aviões da Fôrça Aérea Brasileira percorreram mais de seis milhões de quilômetros, transportando cêrca de duas mil toneladas, sempre controlados pelas estações de rádio, que atualmente ultrapassam uma centena.

Encerrando o capítulo desta Mensagem consagrado à Defesa Nacional, é de proclamar o permanente esforço no sentido de aperfeiçoamento, o labor intensivo, a elevação de atitudes, a fidelidade aos deveres constitucionais e a consciência de responsabilidade por que se destacaram as Fôrças Armadas.

POLÍTICA SOCIAL

O Estado seria mero aparelho de coação, se não obedecesse a princípios morais. Para que êstes se revistam de sentido, cumpre concretizá-los em medidas asseguradoras do bem comum. Na verdade, certas funções do Estado já não há mais quem as considere optativas, tão evidente se tornou o dever que lhe incumbe de proteger a saúde pública, promover a educação, resguardar o trabalho, atender à previdência e assistência sociais e amparar a criança. Na medida em que sejam satisfeitas as necessidades coletivas em tais setores, estará o poder administrativo interpretando a política social esposada pelo Govêrno, talvez o elemento básico em face do qual pode êle ser julgado.

Não se esgotam, porém, naquela enumeração, as obrigações do Estado moderno para com o elemento humano; elas se estendem a outros problemas que circunstâncias históricas muitas vêzes colocam entre as condições essenciais ao progresso de muitos povos. São questões como as de imigração, migração interna de trabalhadores rurais e suas famílias, colonização e povoamento, que necessariamente devem adquirir marcado relêvo no período de evolução econômica e social que atravessamos.

Preocupado com a importância dêsses problemas, conforme acentuei em vários trechos da Mensagem transata, as decisões do Govêrno se nortearam no sentido de enfrentá-los, a fim de que se não agravem, em futuro próximo, os males sociais que nos afligem. Todos êsses problemas têm, por seu turno, transcendente repercussão econômica, já que a valorização do homem brasileiro, condicionada tão estreitamente à política social, trará apreciável refôrço à nossa capacidade de produção. Não existe, assim, dever mais imperioso para o Govêrno federal que o de promover essa valorização do homem, dando com tais providências solidez e durabilidade às que tomar no campo econômico-financeiro. Daí os empreendimentos federais em zonas de progresso retardado, os quais se alargam dia a dia, a ponto de incluir desde as campanhas

sanitárias e de alfabetização até as obras de natureza mais diversa, tais como, exemplificativamente, estradas, reaparelhamento de portos, construções de açudes.

É uma grande tarefa essa da recuperação do potencial humano brasileiro, talvez até acima das ordinárias possibilidades executivas da administração nacional, — infelizmente ainda tão desprovida dos elementos que lhe são necessários, — especialmente quando se sabe que tem de ser levada a efeito com os escassos meios financeiros de que dispomos. Essa limitação de recursos é tanto mais dolorosa quanto é certo que, se a União não se desdobrar em ação supletiva por todo o território nacional, os governos locais e estaduais sucumbirão debaixo da massa de encargos que lhes impõem os modernos sistemas de despesa pública. Urge, pois, hierarquizar as necessidades que nos tolhem o desenvolvimento, tão lúcida e imparcialmente quanto nos fôr possível, para que se não dispersem ou malbaratem, sem plano nem sistema, os nossos recursos de país pobre. Urge que se intensifique e amplie êsse sistema de cooperação intergovernamental a que tenho procurado dar impulso e animação, traduzindo, assim, ativamente, o espírito de muitos artigos da Constituição.

Educação

Condição da própria sobrevivência dos princípios democráticos em nosso país, os problemas de educação continuam a merecer do Governo a atenção que taxativamente impõem os dispositivos constitucionais.

No intuito de fornecer subsídios técnicos ao Poder Legislativo, designamos uma comissão de quinze especialistas em educação e administração escolar, para proceder à elaboração de um anteprojeto de "Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional", na qual deverão ser não só definidas as linhas fundamentais de nossa política educacional, mas também adaptados aos postulados e princípios do regime democrático e federativo, reinstaurado no país, a legislação e o aparelhamento técnico do ensino.

Já foi ultimado o esboço dêsse anteprojeto, elaborado pela referida Comissão, o qual se arrimou a vasto repositório de dados estatísticos, inquéritos, estudos e contribuições de entidades de classe e nomes consagrados de nossa cultura educacional. Dada a relevância do assunto, o trabalho deverá ser largamente difundido e analisado, antes de ser remetido ao Congresso.

Enquanto tal lei não se torne realidade, continuamos a aparelhar os diferentes setores do sistema educacional, dentro dos recursos técnicos e financeiros disponíveis, procurando, tanto quanto nos é permitido, incrementar não só o ensino humanístico, mas também o técnico-profissional, de cuja falta tanto se ressentem as nossas atividades econômicas.

REALIZAÇÕES
NO CAMPO
EDUCACIONAL

No tocante ao ensino primário, incentivou-se o desenvolvimento da rede escolar, visando diminuir o *deficit* de matrículas que de ano para ano mais se acentuava, tendo chegado mesmo à elevada percentagem de 90% em alguns municípios, onde faltam, na maioria dos casos, professores, prédios, material didático e conseqüente estímulo para a aprendizagem.

Ensino
primário

A ação supletiva da União neste campo é, pois, imperativa, tendo-se em vista a insuficiência das rendas dos Estados para tão dispendiosas tarefas. Nesse sentido, o Governo desenvolve largo programa de construções escolares, que consistiu inicialmente no financiamento de 2.270 prédios para escolas rurais. Dêses, mais de 500 já se acham terminados e mais de 1.000 em fase adiantada de construção, convindo esclarecer que, nos núcleos de população estrangeira, foram localizadas mais de 200 escolas, sendo que igual número estamos construindo nas regiões de fronteira. No corrente ano, com os recursos já destinados a êsse fim, cêrca de 2.000 classes, com residência para professores, serão construídas, beneficiando diretamente as zonas que delas carecem.

O alcance dessa providência é fácil de ser medido desde que se saiba ter sido apurado, em levantamento recente, que cêrca de 300 municípios do país não dispõem de um único prédio público especialmente destinado a escola primária.

A ação supletiva do Governo federal estende-se também ao ensino normal, pois não é mais animadora a situação do país nesse setor, de tanta significação para a formação educacional de nosso povo.

Ensino
normal

Também nesse ramo o índice geral de matrículas, pelas razões antes apontadas, é insignificante. Daí a insuficiência de professores diplomados, condição essencial para a eficiência do ensino.

Das 388 escolas normais existentes, 80% são mantidas por instituições particulares. É imprescindível, pois, a assistência do Governo federal aos Estados. Para suprir essas deficiências, efetiva-se largo plano de construção de escolas normais, para a formação de professores rurais.

Já se acha prevista a construção de 40 dessas escolas, 30 das quais deverão iniciar-se imediatamente.

Completam a ação do Governo federal, no campo do ensino primário e normal, os cursos de especialização e aperfeiçoamento, que vêm sendo realizados pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e que beneficiarão professores e diretores de escolas de vários Estados.

Para o corrente ano, serão admitidos, nos cursos e seminários do Instituto, 120 professores e 50 diretores de escolas normais.

Ensino
secundário

A par de deficiências já conhecidas, verifica-se que o ensino médio não atende, também qualitativamente, aos reclamos de nossas necessidades culturais, não só por falta da flexibilidade indispensável à sua execução, mas também pela própria definição de suas finalidades, que não se limitam apenas ao preparo para ingresso nos cursos superiores, como durante muito tempo foi conceito prevaiente em nosso país.

Embora seja a ação do Governo federal bastante limitada nessa esfera de atribuições, esforçamo-nos por aperfeiçoar o funcionamento das instituições incumbidas de administrar o ensino secundário, suprimindo deficiências, vícios de há muito observados, e, enfim, incrementando atividades particulares, até que seja promulgada a "Lei de Diretrizes e Bases".

É de registrar, neste ensejo, como índice auspicioso, o rápido crescimento da matrícula nos últimos anos.

Esse progresso tem sido, no entanto, desigual nas várias regiões do país. Atendendo a essa circunstância, providencia o Governo a execução de um plano de desenvolvimento do ensino secundário, que consistirá em auxílios diretos ou indiretos, mediante a realização de acordos com os Estados, Territórios, Municípios e particulares, para construção, reconstrução e apropriado equipamento didático de escolas destinadas a zonas ainda carentes de tal progresso.

Em relação ao ensino superior, a cooperação do Governo federal se fez sentir, no ano passado, sob vários aspectos: apoio e incentivo às Universidades, não só mediante contribuições financeiras, mas também pelo desenvolvimento de condições materiais e técnicas, essenciais ao cumprimento integral e eficiente de suas finalidades.

Assim, foram realizadas obras de vulto na Universidade do Brasil, a fim de abrigar condignamente a sua Faculdade de Direito; deu-se início à construção do grande hospital de clínicas da Faculdade de Medicina de Pôrto Alegre e da escola de enfermagem, anêxa ao hospital de clínicas da Bahia, centro de estudos que deverá ser em breve inaugurado.

Ensino superior

Será consubstanciada no anteprojeto da "Lei de Diretrizes e Bases" a revisão do plano do ensino superior, que se propõe aperfeiçoar as normas que o disciplinam e, ao mesmo tempo, integrá-lo nas suas precípua finalidades.

A rede de ensino industrial, composta hoje de apenas 71 estabelecimentos, não obstante o seu gradativo desenvolvimento, ainda está muito longe de atender às necessidades da nossa formação econômica e da mão-de-obra qualificada, reclamada pela indústria brasileira.

Ensino industrial

Em 1947, foram executadas obras de ampliação nas Escolas Técnicas de Curitiba, Salvador e Recife e iniciada a construção de novos prédios para as Escolas de Cuiabá e Maceió. No corrente exercício, está previsto o alargamento da rede federal de estabelecimentos, com maior número de prédios adequados às suas finalidades.

Também estão sendo realizados estudos com o propósito de tornar positiva a cooperação do Governo federal, nesse campo de realizações, bem como no sentido de renovar-se o acôrdo que celebramos com os Estados Unidos, o que tornará possível dar maior incremento às atividades da Comissão Brasileiro-Americana de Ensino Industrial.

Merece aqui registro especial a contribuição do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, que já mantém em pleno funcionamento e devidamente equipados 22 estabelecimentos de ensino, além de estar promovendo a construção de 17 outros edifícios, cujas obras se acham bem adiantadas. Prevêem-se, para 1948, 26 novas escolas.

Ensino
Agrícola

Tem o Governo diligenciado intensificar as atividades do ensino agrícola, segundo os ditames da lei orgânica respectiva, aprovada pelo Decreto-lei n.º 9.613, de 20 de agosto de 1946. Para esse fim, obtiveram-se dotações orçamentárias que possibilitarão o preenchimento de cargos de professores de cultura especializada ou geral, de acordo com as exigências de cada instituto. A matrícula em tais estabelecimentos elevou-se a 2.105 alunos, em 1947, a comparar com a cifra de 1.753 alunos, em 1946.

Ademais, a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais, criada em virtude de acordo celebrado com o Governo dos Estados Unidos da América, em 20 de outubro de 1945, vem mantendo centros de treinamento em fazendas de criação, estabelecimentos de ensino e estações experimentais, pelos quais já passaram 410 trabalhadores e professores rurais, e onde se acham atualmente matriculados 1.227 alunos-trabalhadores.

Nas Escolas e Cursos da Universidade Rural matricularam-se, em 1947, 1.352 alunos. Foram instituídas, ainda, no ano passado, mais 35 bolsas de estudos, sendo 14 para a Escola Nacional de Agronomia e 21 para a Escola Nacional de Veterinária. Em 4 de julho de 1947, realizou-se a solenidade da inauguração de 10 novos edifícios da Universidade Rural, no km 47 da rodovia Rio-São Paulo. A transferência da Universidade para suas novas instalações já foi levada a efeito e, naquele local, estarão em funcionamento no corrente ano, tanto os seus cursos, como diversos órgãos de pesquisas, cujas atividades se articulam estreitamente com o ensino de agronomia e veterinária.

Alfabetização
de adultos

Desejo, finalmente, dar-vos conta dos expressivos resultados que estamos obtendo no primeiro ano de execução da Campanha de Alfabetização de Adultos, destinada a libertar grande número de patrícios da situação marginal em que se encontram, impossibilitados de cooperar na atividade econômica do país e de participar de sua vida cívica, por falta de rudimentares elementos de cultura.

Nunca antes se tentara, entre nós, esforço tão amplo e tão sistematicamente organizado, com o fim de desenvolver a educação popular.

Tendo sido prevista a instalação de 10.000 classes no ano findo em todo o país, acharam-se, entretanto, em funcionamento, ao

encerrar-se o exercício, 10.288 mantidas pelo poder público, além de 3.000 outras que foram instaladas por iniciativa particular.

A matrícula nas referidas classes excedeu a 500.000 alunos; 585.000 cartilhas foram impressas e espalhadas por tôdas as unidades da Federação. Distribuíram-se também 700.000 publicações de matéria adaptada ao nível dos neo-alfabetizados, para que, uma vez alcançado o propósito primário da campanha, se logrem efeitos culturais mediatos, talvez ainda mais significativos para a Nação.

As atividades que o Governo federal vem desenvolvendo no setor de saúde, a despeito de se desdobrarem e aprofundarem todos os anos — porque estejam condicionadas ao quadro precário de nossas realidades — ainda não podem produzir resultados de positiva consolidação. Por isso, não será possível modificar de maneira expressiva, em futuro próximo, os índices de morbidade e mortalidade do país, embora consideremos bastante animador o que já foi alcançado.

Saúde

Com efeito, ainda é muito baixo, no Brasil, o padrão de vida médio; e os salários, em época de marcada flutuação de preços, pela sua sensibilidade retardada, não permitem à população trabalhadora manter sequer a maneira habitual de satisfazer as suas necessidades elementares, o que é condição básica para a preservação da saúde. Ademais, o abandono da vida rural, devido a ilusório conforto e melhor remuneração na cidade — fenômeno característico da vida social brasileira, nos últimos anos — reforça poderosamente a propagação acelerada de certas doenças. Trata-se, pois, de condições sociais e econômicas que o Governo, não podendo extinguir ou transformar completamente na intensidade de sua ação, apenas conseguirá atenuar. Cumpre-lhe, todavia, desenvolver uma atividade tão eficiente quanto possível, porque pesado, sem dúvida, é o preço que paga o povo brasileiro durante esta verdadeira crise de crescimento, inerente ao processo de industrialização e diversificação de produção por que passa a economia nacional.

A execução de um programa que vise à solução razoável dos problemas fundamentais de saúde, de maneira a reduzir ou erradicar certos flagelos, impunha-se, portanto, com redobrado vigor, às nossas autoridades sanitárias. Deu-lhes o Governo federal o apoio que a situação dos cofres públicos permitia: o crescimento

das dotações orçamentárias do Ministério da Educação e Saúde, no último quinquênio, exuberantemente o comprova, conforme está assinalado na Mensagem com que encaminhei a proposta orçamentária para o presente exercício.

Outros recursos, porém, se fazem imprescindíveis, e mais uma vez encareço a necessidade de o Congresso examinar o assunto com a atenção que a sua gravidade reclama.

REALIZAÇÕES
NO CAMPO
SANTÁRIO

Tem procurado o Governo estender a assistência médica a toda a população do país, sendo de assinalar, em 1947, a insistência no combate à tuberculose e na proteção aos doentes mentais. Além disso, levamos a efeito o saneamento em vários núcleos de população, com adoção das medidas indicadas pelas diferentes situações e circunstâncias.

Dêsse modo, se, de um lado, vimos combatendo as endemias rurais, especialmente a malária e as verminoses, mediante uma ação persistente, na qual se coordenam todos os recursos científicos e técnicos disponíveis, de outro, ampliamos a profilaxia das doenças transmissíveis, mediante execução simultânea de vastos programas de assistência.

Tuberculose

Lançada pelo Governo, encontra-se em fase de pleno desenvolvimento a Campanha contra a Tuberculose, cujo programa foi exposto e amplamente debatido.

Por iniciativa da União, foram, até 31 de dezembro, firmados convênios com as seguintes unidades federativas: Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Pará, Amazonas, Piauí e Rio Grande do Norte, dependendo outros apenas de assinatura.

Nos estudos que se realizaram, foram zoneadas cerca de vinte e cinco regiões do país, chegando-se à conclusão de que os redutos da moléstia se concentram em área equivalente a 8% do território nacional, embora aí estejam localizados 70% da população urbana e 50% da população rural.

Estas razões determinaram cuidados especiais quanto à localização das construções hospitalares, conseguindo-se chegar à definição de hospitais-tipo, adaptáveis às diferentes condições mesológicas do país.

Em 1948, além do início das construções em série de hospitais, retardado pela falta de material especializado no país, será dado

grande realce aos dispensários, os quais deverão ser transformados em centros dinâmicos de descoberta precoce da moléstia, de ativa terapêutica ambulatória e intensa educação sanitária.

Nesse setor avultam as dificuldades com que se defronta a administração, tão grande é o *deficit* de leitos e recursos para atender ao número de doentes mentais.

A insuficiência de hospitais para internação desses enfermos é cada vez mais acentuada. Torna-se imprescindível a concessão de recursos financeiros para a ultimateção de obras e para o início de novas construções. Acham-se em andamento, no Distrito Federal, as obras do Instituto de Psiquiatria e de um edifício destinado ao bloco médico-cirúrgico, com capacidade para 300 doentes. Aguarda disponibilidades orçamentárias uma série de construções complementares, de urgente e imperiosa necessidade, inclusive obras já aprovadas, como o Hospital de Neuro-Sífilis e o Manicômio Judiciário.

As estatísticas demonstram que o Brasil necessita de cem mil leitos para os seus doentes mentais, aos quais oferece atualmente apenas trinta mil. Daí nos empenharmos em manter, no corrente exercício, a cooperação do Governo federal com os Estados, através de convênios firmados para a construção de estabelecimentos para psicopatas, concorrendo a União, para tanto, com 12 milhões de cruzeiros.

Foram incentivados estudos para a extinção de endemias rurais, que igualmente repercutem de forma perniciosa no desenvolvimento econômico do país, principalmente a malária, a esquistossomose e a ancilostomose. Para o combate a esses dois últimos flagelos, foram instalados postos de demonstração e experimentação, distribuídos pelas zonas mais assoladas do extenso território nacional, tendo sido iniciado um amplo inquérito médico-sanitário para conhecer, em cada Estado, a incidência das diversas helmintoses. O número de postos sanitários existentes não vai além de 600, evidentemente muito inferior às necessidades do país.

Para a extirpação da boubá foram também instaladas, em 1947, novas unidades, completando-se, assim, 8 postos, 19 subpostos e 2 centros de tratamento rápido, programa que é imperioso desenvolver com instalações mais numerosas, sobretudo na zona focal nordestina.

Doenças
mentais

Endemias
rurais

Outras
endemias

A ação contra o tracoma mereceu também as maiores atenções do poder público, de modo a desenvolver, em proporções mais amplas, a luta contra o terrível mal.

Não obstante haver sido bastante ampliado, no ano findo, o combate às doenças venéreas, — uma das causas mais generalizadas do nosso baixo nível sanitário, — é imperioso empregar maiores esforços nesse terreno, sob a forma de cooperação com os Departamentos estaduais de Saúde.

Outros pontos importantes do programa de defesa sanitária do país incluem o aparelhamento para o combate à febre amarela, à lepra, ao câncer, à peste e a defesa sanitária dos portos.

Malária

A descoberta de novas armas profiláticas, especialmente do DDT e da cloroquina, permitiu incluir na órbita de nossas cogitações a possibilidade de um combate definitivo à malária nas regiões assoladas de nosso país, através do progressivo desdobramento de uma ação sistematizada.

Entre as principais realizações, levadas a efeito neste setor, em 1947, devem ser incluídos: o plano de assistência medicamentosa às populações rurais, num total de 1.576.484 unidades ministradas; e duas grandes campanhas de dedetização e de proteção às populações da Bacia do São Francisco e da Baixada Fluminense, além de atividades gerais de profilaxia que se estenderam no Distrito Federal e a 18 Estados da Federação, pesquisando-se 15.728.502 lugares, realizando-se 2.849.850 visitas domiciliares e consumindo-se 446.199 comprimidos de medicamento.

No Vale do São Francisco já no primeiro ciclo de trabalho, encerrado em julho do ano passado, haviam sido cobertas pela dedetização mais de trinta mil construções. Foram instaladas cerca de 600 unidades distribuidoras de Aralén, as quais atendem a toda a área da bacia do grande rio, desde Minas Gerais até Sergipe.

A Campanha da Baixada Fluminense, planejada em moldes modernos, constitui empreendimento de vulto como ainda não foi tentado em toda a América Latina. Nessa região, a malária ameaça uma população de 710.000 habitantes, distribuídos por 31 municípios. O total de construções a dedetizar, nessa área, eleva-se a 142.000. Já tendo sido tratadas 119.882, com uma área de 24.419.656 metros quadrados, movimentou o Serviço Nacional de Malária, nessa campanha, numeroso pessoal e equipamento, constante de 800 bombas manuais e 4 conjuntos motorizados.

Como prosseguimento do programa, — que já vem dando resultados tão auspiciosos nas duas zonas malatígenas mencionadas, — está prevista a dedetização, em ciclos sucessivos, de várias outras regiões, entre as quais se destacam o Recôncavo Baiano, o Vale do Tocantins, os Vales do Mearim e do Itapicuru, do Ceará-Mirim e Gramame, bem como os seringais de Mato Grosso, já estando também elaborado o plano de dedetização de áreas igualmente assoladas de Minas Gerais, onde deverá iniciar-se, em agosto, a aplicação do inseticida. Na campanha em Minas Gerais, calcula-se em 310.462 o número total de construções a tratar, distribuídas por várias bacias hidrográficas.

Muito embora a política encetada já tenha implicado no aumento das despesas de caráter social, a insuficiência das verbas orçamentárias disponíveis para saúde e assistência médica tem dificultado tanto o planejamento, a longo prazo, dessas atividades, como a execução mais eficiente do programa já estabelecido. Estamos, pois, ante problemas vitais para a sobrevivência da Nação, contando apenas, com uma ação governamental, até aqui, devemos confessá-lo, irremediavelmente restrita, ao lado de incipientes iniciativas privadas.

Custo e
financiamento
da
assistência
sanitária

No tocante à tuberculose, por exemplo, considere-se que, somente nas capitais, é estimado em 28.000 o número de óbitos verificados em 1947. Atendendo a que se devem computar 5 doentes para cada óbito, o número de tuberculosos existentes pode ser avaliado em 140.000. No entanto, dispomos, apenas, de 7.000 leitos em utilização efetiva, o que exprime a enormidade do *deficit*, mesmo levando-se em conta que grande número de doentes pode ser tratado nos ambulatórios.

Não pode a União recorrer à cooperação financeira dos Estados, que já não bastam às suas próprias necessidades, neste setor da administração pública. Eis por que é de lembrar ao Congresso a conveniência de apressar a votação do anteprojeto em que é autorizada a participação financeira dos órgãos de previdência social, de concôrto com os do Governo federal, para o fim de incentivar as campanhas sanitárias que estamos empreendendo e, de modo particular, para tornar eficaz o ataque ao flagelo nos núcleos de população salariada.

Os benefícios dessa medida alcançarão cêrca de 9 milhões de habitantes, quase todos localizados nos grandes centros urbanos, e justamente os mais ameaçados pela tuberculose.

Só então, transposta a fase de estudos, convênios e obtenção de recursos para o funcionamento de um plano nacional, tornar-se-á possível, nos próximos anos, enfrentar o árduo problema da construção e do equipamento de uma rêde mais ampla de assistência hospitalar.

Assistência
hospitalar

Ainda assim, apesar das dificuldades apresentadas, graças à estreita cooperação entre os Estados e a União, no propósito de dotar a assistência hospitalar do país de melhor aparelhamento, cabe afirmar que, em 1948, os resultados práticos serão mais significativos que no passado.

A União, em obediência a êsse espírito de colaboração, está contribuindo para a construção de hospitais regionais em vários Estados, sendo que, no Vale do São Francisco, 8 estão sendo construídos com financiamento exclusivo do Govêrno federal. Essas unidades estão orçadas em cêrca de Cr\$ 1.500.000,00, cada uma, havendo consignações no orçamento para completar a instalação das mesmas.

O total dos auxílios concedidos pelo Govêrno federal a instituições hospitalares atingiu, em 1947, a mais de 100 milhões de cruzeiros, o que de muito excedeu a contribuição da União para os mesmos fins, em qualquer exercício anterior.

Engenharia
sanitária

Entre os trabalhos de engenharia sanitária, a realizar-se no corrente ano, incluem-se projetos para abastecimento d'água às cidades do país, com população entre 5.000 e 10.000 habitantes, devendo ser iniciado o programa de auxílio às construções pela cidade de Bom Jesus da Lapa. O serviço de instalação de fossas, nos pequenos núcleos onde existem postos de profilaxia rural, é outra providência cujo início se impõe no presente exercício.

Obras em
cooperação

Os auxílios aos Estados, Municípios e entidades privadas, para a execução de obras e aquisição de equipamento pelo regime de cooperação, elevaram-se, no exercício findo, à importância de Cr\$ 39.850.000,00, distribuídos por 121 entidades, sediadas em quase todos os Estados, destinando-se à melhoria do sistema hospitalar

e à assistência, a cargo de santas casas, orfanatos e instituições congêneres.

Em 1948, êsse programa, que tão bons resultados vem produzindo, conta com recursos que se elevam a Cr\$ 82.460.000,00, sendo Cr\$ 57.410.000,00 destinados a obras hospitalares ou do setor de saúde, e Cr\$ 25.050.000,00 a instituições de caráter educacional.

Para auxílio às vítimas das enchentes, que se verificaram no primeiro semestre de 1947 em várias regiões do país, notadamente no Nordeste, concedeu o Governo federal, aos Estados assolados, por conta do crédito de 15 milhões de cruzeiros, aberto ao Ministério da Fazenda, a importância de Cr\$ 13.500.000,00.

Auxílio às
vítimas das
enchentes

No sentido de dar ponderada e segura aplicação a êsses auxílios, constituíram-se comissões locais, compostas do Juiz de Direito ou Juiz Municipal, Promotor Público, Prefeito Municipal, Diretor do Grupo Escolar ou professor local, e do Vigário da paróquia.

Transcorreu, em 1946, período incerto em que as relações entre Trabalho e Capital sofreram bem conhecidas vicissitudes, advindas de interferências ideológicas que procuraram fazer dos sindicatos instrumentos de expansão de doutrinas extremistas. Em 1947, no entanto, pôde o Governo dedicar-se, sem tão fortes perturbações, às atividades administrativas nos serviços de fiscalização e execução das leis de amparo aos trabalhadores.

Trabalho

Embora tivéssemos que lutar contra a falta de meios no que concerne a êsses serviços, circunstância mencionada na Mensagem do ano findo, podemos apresentar resultados satisfatórios, especialmente no que tange ao alargamento das atividades pertinentes à higiene e segurança do trabalho, bem como à defesa dos menores trabalhadores.

Tais resultados são tanto mais significativos quanto é certo que o Governo se tem esforçado por disciplinar, no âmbito da sua aplicação administrativa, pontos controversos de nosso direito trabalhista, adaptando-o aos novos moldes constitucionais e a recentes conclusões dos órgãos de orientação internacional do trabalho.

Sumariando a política do Governo, podemos fixar em dois aspectos as diretrizes principais que estão concentrando, de preferência, os esforços da administração: normalização da vida sindical

do país e ampliação da rede de fiscalização da legislação do trabalho, de modo a que ela não se restrinja apenas aos grandes núcleos urbanos, mas que também se estenda a todo o território nacional.

Atividades
sindicais

Da maior importância foram as atividades exercidas pelo Governo na defesa das instituições sindicais contra a infiltração e a ação desintegradora de elementos extremistas, que pretenderam utilizar-se desses órgãos representativos das classes trabalhadoras, em benefício de propósitos políticos e de fins contrários aos interesses do país. Para esse efeito, expediu o Governo o Decreto n.º 23.046, de 7 de maio de 1947, cujos termos, apoiados nas atribuições expressamente previstas pelo Decreto-lei n.º 9.085, de 25 de março de 1946, determinaram a intervenção em associações sindicais.

Podemos afirmar que as intervenções ordenadas em sindicatos não tiveram a amplitude que críticos menos avisados nelas procuraram ver, alcançando apenas 15% do total dessas associações, ou sejam 143 num conjunto de 944 entidades.

A esse respeito, convém notar que a ação do Poder Executivo, na defesa da legalidade na órbita sindical, logrou honrosa ratificação por parte do Poder Judiciário. Aliás, antes mesmo da expedição do Decreto-lei acima citado, ordenara-se, com fundamento na Consolidação das Leis do Trabalho, a intervenção no Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, por motivos diversos, entre os quais sobrelevava o de agitação comunista. O egrégio Supremo Tribunal decidiu, em casos tais e por significativa maioria, aprovar a intervenção do Governo nos Sindicatos, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, desde que se propusesse resguardar a boa ordem sindical e as finalidades públicas desses órgãos que, conforme possibilita a Constituição Federal, exercem funções delegadas pelo Poder Público.

E' de esperar, no entanto, que, em breve, a vida sindical retorne à sua completa normalidade, notadamente porque já cuidou o Governo da elaboração das instruções necessárias às eleições, as quais deverão reintegrar todas as associações profissionais na autonomia de sua vida administrativa.

Legislação
complementar

No correr de 1947, foram levados a efeito pelo Poder Executivo estudos destinados a proporcionar ao Legislativo subsídios, no setor trabalhista, de interesse para a legislação complementar da Cons-

tuição. Assim, foi elaborado e encaminhado ao Congresso anteprojecto relativo ao repouso semanal remunerado, sendo conhecidos, entre outros, os estudos para oportuna legislação ordinária, regulamentadora dos dispositivos constitucionais referentes à participação dos trabalhadores nos lucros das empresas e ao exercício do direito de greve.

Por outro lado, prepara-se o Governo para proporcionar ao Congresso os elementos informativos sobre o problema do salário, também necessários à legislação complementar, de natureza constitucional.

Salário
mínimo

E' ainda seu propósito promover a realização de um inquérito em que se levantem dados para a fixação de um salário mínimo familiar, ao invés do que ora prevalece, e que tomou por critério, como é sabido, as necessidades do indivíduo. Não esquece o Governo, pois, o fato social elementar de que a unidade consumidora primária é a família, a que cumpre assegurar, em harmonia com o que dispõem os arts. 157, alínea I, e 163 da Constituição, os recursos indispensáveis à sua subsistência suficiente e digna.

Não se tem descuidado o Governo de dar continuidade aos seus esforços no amparo à família numerosa do trabalhador. Neste campo da assistência social, o serviço incumbido da execução da lei referente ao abono de família, em 1947, atendeu à solicitação de 20.196 novos benefícios; 1.683, em média, por mês. O total concedido até ao fim do ano perfazia 89.065 grupos familiares, que compreendiam 768.145 menores. No transcurso do exercício não se procedeu ao pagamento de parte dos abonos devidos, em virtude da redução da dotação orçamentária que fôra inicialmente pedida. Como se trata de compromissos de natureza inadiável, aos quais o Estado não pode furtar-se, foi o Governo levado a processar a sua liquidação por exercícios findos, no valor de 25 milhões de cruzeiros.

Abono
familiar

Tal ocorrência, que já se registrara em outros anos, deverá cessar em 1948, por isto que o Orçamento Geral da República consigna crédito de 100 milhões de cruzeiros para satisfazer a essas obrigações da União em setor de sua política social, que infelizmente ainda não foi compreendido como devera ser.

Previdência
Social

E' grato assinalar que vamos caminhando com maior firmeza pelo campo ainda pouco lavrado da previdência social.

Prosseguimos com o estudo de problemas que dizem respeito, tanto à ampliação do âmbito da assistência e previdência sociais, como também à solução de outros que lhes são correlatos. Dai o exame de questões referentes à alimentação e habitação populares ou à utilização das reservas patrimoniais dos Institutos de Previdência. Cumpre que essa utilização se realize em conformidade com o interesse social dos segurados e, também, com o da coletividade nacional.

Lei orgânica

As realizações administrativas que doravante não de ter maior relêvo no setor da previdência e assistência sociais, estarão condicionadas, em suas diretrizes mais amplas, ao pronunciamento do Congresso Nacional. É, por isto mesmo, auspiciosa a iniciativa de dar andamento ao projeto de lei orgânica da Previdência, o que tornará o ano de 1947 um marco decisivo na evolução de nossa política social. Tem sido acompanhado com vivo interesse êsse projeto da Comissão de Legislação Social da Câmara dos Deputados, e examinadas com o maior cuidado as questões referentes à simplificação do aparelhamento administrativo, à fixação de normas que proporcionem melhor rendimento e maior coordenação aos investimentos de fundos das instituições, à revisão do regime de contribuições e benefícios, e até mesmo à adaptação dêstes às necessidades das classes sem amparo econômico.

São todos problemas que têm sido objeto de estudos na administração, mas que somente em lei podem ter solução. Eis por que o Poder Executivo aguarda a deliberação que o Congresso, em seu patriotismo, haja por bem tomar. É para encarecer a premência dessa medida, pois resulta incontestável que o aparelhamento da previdência social necessita de renovação e ampliação, para que se ajuste às necessidades do presente e estenda seus benefícios, em moldes de maior eficácia, a todos os brasileiros, sem distinção entre trabalhadores rurais e urbanos.

Débito da
União

Não desconhecem os brasileiros que tem faltado à nossa legislação de previdência social uma execução absolutamente fiel nos seus aspectos financeiros. Os encargos da União por largo tempo foram negligenciados, de forma que sofre com isso o plano de previdência das instituições incumbidas de administrá-lo. Não é pos-

sível, destarte, que às suas obrigações antigas se acrescentem outras, se não lhes fôr assegurada a utilização de tôdas as reservas previstas. Cumpre examinar, por isso mesmo, a questão do débito da União para com os Institutos de Previdência e assistência sociais, que constitui, sem dúvida alguma, um dos assuntos mais delicados com que se têm de defrontar os responsáveis pelos destinos do país, assim no presente como no futuro.

Decorre êsse débito, como é sabido, das obrigações que tocam à União, em virtude da legislação vigente. Dispositivo claro estipula nessa legislação que lhe compete contribuir, para a constituição do fundo dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, com importância igual àquela que pagam os seus segurados, importância que foi bastante majorada, a fim de atender ao aumento de despesas com novos benefícios.

A dívida da União ascendia, em 31 de dezembro de 1946, ao montante de Cr\$ 261.465.060,60, correspondente ao débito a descoberto. Já havia concorrido para reduzi-la a êsses algarismos a enérgica atuação do Governo, que, além da dotação orçamentária de Cr\$ 131.033.000,00, relativa ao exercício de 1946, procedeu à liquidação de Cr\$ 1.250.000.000,00, em "partes beneficiárias" da Companhia Siderúrgica Nacional, providência autorizada pelo Decreto-lei n.º 9.264, de 17 de maio de 1946.

No correr de 1947 e em 1948, o débito da União continuou e continuará a avolumar-se, pois as dotações orçamentárias, que se consignaram, são manifestamente insuficientes para atender ao vulto de tão grandes compromissos. Na verdade, calcula o Departamento de Previdência Social que as responsabilidades da União ascendam, em cada exercício, a cerca de um bilhão de cruzeiros, embora se devam deduzir os créditos orçamentários para êsses anos, constantes da rubrica "Previdência Social". De qualquer modo, o débito acumulado deverá ultrapassar, no fim do presente exercício, a dois bilhões, o que representa soma considerável que urge liquidar, para que se façam investimentos e capitalizações que permitam às instituições de previdência suportar o peso das obrigações que nossa legislação específica lhes impôs. Convém esclarecer, outrossim, que os juros garantidos pela União, referentes às ações da Companhia Siderúrgica Nacional e Companhia Vale do Rio Doce, até hoje não foram pagos.

Êste quadro indica a necessidade de urgentes providências, e o Executivo as estuda, esperando submetê-las como subsídio ao

Congresso, para que se logre pôr t rmo a essa situa o, cuja gravidade, apesar dos esforços do Govêrno, vem crescendo incessantemente.

E' preciso — como foi dito na Mensagem de apresenta o da proposta orçamentária para 1948 — reajustar   situa o presente as fontes de renda criadas para ocorrer a essas responsabilidades do Govêrno Federal. Urge criar corajosamente receitas novas, já que as vigentes se têm revelado débeis para suportar os  nus dos compromissos da previdência social.

ASSISTÊNCIA
SOCIAL

Acentue-se que, também gradativamente, se vai expandindo o âmbito das atividades de assistência social. Tem o Govêrno insistido junto às institui es que norteiam êsse campo de realiza es, no sentido de que maiores possibilidades de amparo sejam asseguradas ao trabalhador nacional e sua família.

Nesse ponto,   grato assinalar que se vão desenvolvendo paulatinamente serviços de assistência médica, alimentar e mesmo de habita o popular, diligenciando o Executivo por uma cada vez mais estreita coopera o, não apenas entre os diferentes níveis de govêrno, mas também entre os órgãos públicos e institui es particulares.

Serviços
assistenciais
m dicos

Dentro dessa orienta o, temos conseguido expandir os serviços m dicos nas institui es de previdência social, o que lhes assegura mais completa adapta o às suas finalidades. Para êsse importante ramo assistencial, a despesa autorizada chegou, em 1947, a 179 milhões de cruzeiros, sendo que, para o ano corrente, a que se acha prevista atinge Cr\$ 200.503.058,20, cifra que bem exprime a extensão e amplitude d esses serviços.

Merecem destaque, como aspectos dessas realiza es, o planejamento, instala o e funcionamento do Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência (SAMDU); a cria o de ambulatórios nas principais cidades do interior do país e o desenvolvimento do plano hospitalar do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas; a instala o de novo ambulatório em Belo Horizonte, pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes; a autoriza o, ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, para iniciar os mesmos serviços; a inaugura o do Hospital "Or ncio de Freitas", em Niterói, pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos;

a aquisição, pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, de sanatórios em Belo Horizonte e São Paulo; e a ampliação dos mesmos serviços em Caixas de Aposentadoria e Pensões.

De grande relevância, porém, será o entrosamento de tôdas essas atividades de natureza médica com as empreendidas pelos órgãos específicos do Governo federal, ou com as dos governos estaduais e municipais, ou ainda com as atividades de natureza similar de instituições especializadas em assistência social, como a Legião Brasileira de Assistência, o Serviço Social da Indústria e o Serviço Social do Comércio, evitando-se a dispersão de esforços, como ora ocorre. Essa fusão de recursos e meios poderá vir em socorro do propósito do Governo de ampliar, cada vez mais, a assistência médico-hospitalar, de maneira a fazer com que todos os brasileiros dela se possam beneficiar.

Cooperação
com outros
serviços

Considerando que os segurados das instituições de previdência social estão estimados em cerca de três milhões, e que são dois, em média, os dependentes de cada um dêles, verifica-se facilmente que apreciável quantitativo do povo brasileiro — talvez mais de nove milhões — tem direito a assistência médica. Isto pôsto, torna-se imperativo que os Governos federal e estaduais circunscrevam, de preferência, seus esforços assistenciais aos grupos de população não assistidos pelos benefícios de previdência social, sobretudo os de zonas rurais.

Por outro lado, nas campanhas higiênicas de âmbito nacional, torna-se também indispensável a colaboração entre a administração federal e as instituições de previdência social, o que, aliás, já foi encarecido em relação à Campanha Nacional contra a Tuberculose. Convém lembrar mesmo que, no ano passado, foi submetido à consideração do Congresso um anteprojeto que visa estabelecer, em bases práticas, essa colaboração. Não é demais insistir sobre a sua oportunidade e conveniência, visto como o êxito da campanha acima referida dependerá em grande parte de sua rápida concretização em lei.

Desnecessário se torna ressaltar o valor das atividades imobiliárias dos Institutos e Caixas de Previdência Social no tocante à solução do problema residencial. São atividades que já contam alguns anos de experiência e, por isto mesmo, arrolam em sua fôlha de serviços um número considerável de realizações.

O problema
da moradia

Muito embora se deva reconhecer a sua insuficiência, se atentarmos no grande número de segurados que procuram tal auxílio, já é apreciável a etapa vencida, tanto no que diz respeito à Capital Federal quanto aos Estados.

Em obediência à orientação traçada pelo Governo, os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões vêm aplicando grande parte de suas reservas em atividades imobiliárias, decorrendo daí, muitas vezes, planos de urbanização e de embelezamento, que as municipalidades não poderiam empreender.

Registre-se mesmo que, neste campo de investimentos, só o movimento das Caixas já atingiu o elevado montante de cerca de Cr\$ 250.000.000,00.

A importância das realizações do Governo, neste ramo assistencial, ressalta, porém, quando se balanceiam as atividades dos grandes Institutos de âmbito nacional.

O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, por exemplo, já concluiu, desde a sua fundação, cerca de 4.000 unidades residenciais, sendo que só em 1947 elas ascenderam a 839.

Ademais, fiel à orientação governamental, o referido Instituto quase triplicará, em 1948, o movimento do ano findo, por isto que está planejada a conclusão de 2.084 unidades residenciais, além de se programar o início da construção de mais 1.770, não se incluindo neste cômputo 14 edifícios, que perfarão um total de 366 apartamentos, 10 lojas e 111 salas para escritórios.

O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, em 1947, distribuiu a seus contribuintes, em todo o território nacional, 1.641 empréstimos hipotecários, para aquisição, construção ou liberação da casa própria, no montante total de Cr\$ 143.348.909,90. Para 1948, tendo em vista as propostas em andamento, está previsto um volume de operações equivalente. Ainda no intuito de facilitar a aquisição de lar próprio a preços acessíveis, o Instituto concedeu financiamentos num total de Cr\$ 42.783.555,00, a organizações interessadas na construção de casas populares.

O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas também tem intensificado suas atividades nesse campo de assistência social. Em 1947, além de haver efetuado financiamentos diversos no valor de Cr\$ 79.901.154,00, acelerou o ritmo de suas construções, havendo mesmo concluído três núcleos residenciais e dois edifícios. No Distrito Federal, estão

em construção dois grandes prédios residenciais, com 108 apartamentos, achando-se, outrossim, bem adiantadas 506 residências, das quais 250 na Capital de São Paulo, e 256 na Capital Federal. Uma vez terminadas, essas obras elevarão o total a mais de 2.000 unidades em todo o território nacional, destinando-se as habitações exclusivamente aos segurados do Instituto. Para 1948, cogita-se da construção de 800 casas, que constituirão iniciativa inteiramente nova e econômica. Serão entregues com a respectiva mobília, e seu custo máximo não ultrapassará, provavelmente, de Cr\$ 35.000,00.

O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, a exemplo dos seus congêneres, não se tem descurado dessa espécie de auxílio. O plano de aplicação imobiliária de fundos em 1947, e cuja execução será prosseguida no ano de 1948, compreende a construção de cerca de 2.600 habitações, no Distrito Federal, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Ceará e Estado do Rio. Serão tôdas de tipo pequeno, quer se localizem em núcleos residenciais, quer façam parte de edifícios de apartamentos. Cumpre salientar que o total dos investimentos realizados pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, até 31 de dezembro de 1947, atingiu a importância considerável de Cr\$ 196.795.339,40.

Para o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, o exercício de 1947 foi um dos mais prósperos neste setor de investimentos. Atendendo a pedidos de segurados, durante o exercício, foram concedidos 75 financiamentos, no valor de Cr\$ 5.535.000,00. Tal importância é tanto mais significativa quanto é certo que de 1938 — ano em que foram criadas as atividades imobiliárias do Instituto — até 1946, tais aplicações alcançaram Cr\$ 11.471.602,70.

Vão adiantados, outrossim, os trabalhos de urbanização da vasta área adquirida pelo Instituto, na Capital Federal, onde será edificado um grande bairro proletário, com cerca de 600 residências, lojas, mercado e ambulatório, obras essas orçadas em Cr\$ 10.205.380,00.

O Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, por sua vez, vai prosseguindo com o programa de trabalho que se traçou, tendo presentemente, sob a sua responsabilidade, inúmeras obras, que se destinam à instalação das próprias Agências, propondo-se ainda, dentro de suas possibilidades, atenuar a crise de moradia.

A amplitude das atividades imobiliárias do referido Instituto pode ser estimada pelo programa de investimento em obras na Capital Federal e nos Estados, reclamando o dispêndio de Cr\$ 90.983.000,00.

Outros
serviços
assistenciais

Dentre os serviços correlatos aos de previdência e assistência sociais, devem ser mencionados dois setores de natureza complementar, que são: a Fundação da Casa Popular e o Serviço de Alimentação da Previdência Social. O primeiro visa facilitar às classes populares aquisição da casa própria ou obtenção de moradia, enquanto o segundo procura, pela assistência e pela educação, possibilitar melhor alimentação aos trabalhadores.

Habitação
popular

Desde o início da sua gestão, o atual Governo mantém firme propósito de atenuar a crise de habitações. Considerou-se com particular interesse a situação das classes menos favorecidas, que sofriam e sofrem agudamente os efeitos dessa crise. Eis por que o Governo trouxe para o primeiro plano de suas cogitações um problema que bem poucos, há três ou quatro décadas, colocariam na órbita de sua competência. Tratava-se, porém, de uma questão que interessava ao povo de maneira vital e seria intolerável que lhe ficássemos indiferentes. Daí a criação de organismo autárquico — a Fundação da Casa Popular — que centralizou todo o movimento que o Governo se dispusera a empreender. Estas atividades de assistência não incluem as prestadas diretamente aos seus segurados pelos Institutos e Caixas de Previdência Social, as quais já foram anteriormente referidas.

A Fundação da Casa Popular, criada pelo Decreto-lei número 9.218, de 1 de maio de 1946, logo que terminou a fase própria de sua constituição e reestruturação em moldes objetivos, em agosto de 1947, iniciou, como lhe permitiram as circunstâncias, suas atividades práticas.

Sem embargo da complexidade do problema a resolver, demandando pesquisas diretas nos locais a construir, já em setembro do ano transato eram aprovados e postos em execução diversos projetos de grupos residenciais, alguns já terminados, outros em pleno andamento e os demais prestes a ser iniciados, para conclusão em breves meses.

Assim, São Luís do Maranhão; Teresina e Parnaíba, no Piauí; Natal, no Rio Grande do Norte; João Pessoa, Campina Grande e

Patos, na Paraíba; Juiz de Fora e Belo Horizonte, em Minas Gerais, já estão experimentando a ação benéfica dessa entidade, empenhada em dotá-las de apreciável número de casas populares.

Estão elaborados, e alguns em comêço de execução, os projetos de núcleos residenciais para as cidades de Aracaju, Maceió, Niterói, Araruama e Santos, além do que se localizará em Marechal Hermes, nesta Capital. Em fase de estudos, encontram-se os projetos de casas para Rio Bonito, Pomba, Caxias, Codó, Itu, Lorena, Cataguazes, São Carlos, Catanduva, Curitiba, Uberaba, Uberlândia, Mooca, Jundiá, Campo Maior e Fleriano.

Foram lançados, destarte, marcos de ação no Norte, Centro e Sul do país, objetivando penetração pelo interior, no propósito de fixar o homem à terra, criando-lhe condições de conforto e higiene, de molde a evitar ou atenuar o êxodo crescente para os grandes centros urbanos, com danos incalculáveis para a economia do país.

Resumindo: em quatro meses apenas de atividade prática, a Fundação da Casa Popular ultimou projetos abrangendo 2.800 unidades residenciais e os necessários trabalhos de urbanização, achando-se inaugurados, ou prontos para isso, os conjuntos de São Luís, Teresina e Parnaíba.

Os planos elaborados para o ano em curso prevêem a construção de quinze mil casas, distribuídas equitativamente pelos Estados, contemplando 113 cidades.

A colaboração estreita das Prefeituras Municipais com a Fundação, oferecendo terrenos para o levantamento de núcleos residenciais e cooperando na urbanização das áreas doadas, é condição *sine qua non* de êxito na concretização das finalidades da entidade, na qual o Governo deposita as melhores esperanças para a solução desse aspecto por que se manifesta a crise nacional: carência de moradia.

A amplitude do objetivo visado pela Fundação da Casa Popular, compreendendo a imensa área do território nacional, exige a canalização de novos e substanciais recursos financeiros para o seu patrimônio, a fim de que acelere o ritmo da sua atividade construtora.

Cumprê também registrar que, já confiantes agora no êxito da empreza, autarquias de caráter industrial, como a Estrada de Ferro Central do Brasil, a Companhia Vale do Rio Doce e a Rede Mineira de Viação, procuraram entendimentos com a Superintendência da

Patos, na Paraíba; Juiz de Fora e Belo Horizonte, em Minas Gerais, já estão experimentando a ação benéfica dessa entidade, empenhada em dotá-las de apreciável número de casas populares.

Estão elaborados, e alguns em comêço de execução, os projetos de núcleos residenciais para as cidades de Aracaju, Maceió, Niterói, Araruama e Santos, além do que se localizará em Marechal Hermes, nesta Capital. Em fase de estudos, encontram-se os projetos de casas para Rio Bonito, Pomba, Caxias, Codó, Itu, Lorenna, Cataguazes, São Carlos, Catanduva, Curitiba, Uberaba, Uberlândia, Mooca, Jundiá, Campo Maior e Florianópolis.

Foram lançados, destarte, marcos de ação no Norte, Centro e Sul do país, objetivando penetração pelo interior, no propósito de fixar o homem à terra, criando-lhe condições de conforto e higiene, de molde a evitar ou atenuar o êxodo crescente para os grandes centros urbanos, com danos incalculáveis para a economia do país.

Resumindo: em quatro meses apenas de atividade prática, a Fundação da Casa Popular ultimou projetos abrangendo 2.800 unidades residenciais e os necessários trabalhos de urbanização, achando-se inaugurados, ou prontos para isso, os conjuntos de São Luís, Teresina e Parnaíba.

Os planos elaborados para o ano em curso prevêem a construção de quinze mil casas, distribuídas equitativamente pelos Estados, contemplando 113 cidades.

A colaboração estreita das Prefeituras Municipais com a Fundação, oferecendo terrenos para o levantamento de núcleos residenciais e cooperando na urbanização das áreas doadas, é condição *sine qua non* de êxito na concretização das finalidades da entidade, na qual o Governo deposita as melhores esperanças para a solução desse aspecto por que se manifesta a crise nacional: carência de moradia.

A amplitude do objetivo visado pela Fundação da Casa Popular, compreendendo a imensa área do território nacional, exige a canalização de novos e substanciais recursos financeiros para o seu patrimônio, a fim de que acelere o ritmo da sua atividade construtora.

Cumpra também registrar que, já confiantes agora no êxito da empreza, autarquias de caráter industrial, como a Estrada de Ferro Central do Brasil, a Companhia Vale do Rio Doce e a Rede Mineira de Viação, procuraram entendimentos com a Superintendência da

No quadro da assistência social, a proteção à infância desperta o interesse do Governo em virtude das repercussões que tem na formação da nacionalidade e na estrutura moral de nosso povo.

A Mensagem do ano passado arrolou índices dolorosos que depõem sobre a gravidade dos problemas de assistência à infância e à maternidade em nossa Pátria. As cifras de mortalidade infantil, que constituem referência segura acêrca do nível de civilização de um povo, foram então ressaltadas: cêrca de 300.000 crianças morrem antes de 1 ano de idade e, o que é mais grave, tais coeficientes em geral não revelam entre nós tendência para diminuir, ao contrário do que ocorre na maioria dos países. Trata-se de uma calamidade social que está solapando os alicerces mesmos da nacionalidade. Justifica-se, portanto, a precedência que êsses problemas têm merecido, mobilizando o Governo da União, para solucioná-los, recursos técnicos e financeiros bastante ponderáveis, embora insuficientes, se atentarmos na gravidade do mal. Justifica-se, portanto, a participação pessoal que tive no movimento, lançando do Palácio do Catete um apêlo a todos os homens de boa vontade, a fim de que prestigiem a campanha que se propõe salvar as crianças do Brasil.

Vencidos alguns óbices que dificultavam a integração de tôdas as atividades dedicadas à solução do problema, foi possível concluir o planejamento dessa campanha, cujo programa será desenvolvido, à semelhança de outros, em cooperação com os Estados, subordinando-se à orientação central os núcleos estaduais executivos.

São bem eloqüentes os resultados obtidos pelos diferentes serviços dedicados à proteção da criança, graças à coordenação de recursos individuais e coletivos que alcançaram, nesse empreendimento, proporções desconhecidas no país. Distribuiu a União 20 milhões de cruzeiros por 211 instituições particulares, dedicadas à maternidade e à infância, e auxiliou a execução de 83 obras novas, salientando-se entre estas: maternidades, postos de puericultura, creches e hospitais infantis. Além disso, tiveram prosseguimento diferentes obras que vinham sendo realizadas em 128 entidades, distribuídas por todos os Estados, providenciando-se no momento a criação de postos volantes de puericultura, ampliando-se e articulando-se, destarte, a rêde assistencial de todo o país, de acôrdo com as normas aprovadas pela Primeira Jornada Brasileira de Puericultura e Pediatria.

Ultimou-se praticamente a fase de entendimentos para a execução das obras de reforma do Instituto Fernandes Figueira, coope-

rando nas mesmas a Legião Brasileira de Assistência, o Serviço Social do Comércio e o Serviço Social da Indústria. Foi igualmente proveitosa, no ano findo, a atividade desenvolvida nos setores de estudos, pesquisas, educação e orientação, sendo que as etapas principais do programa planejado para o corrente ano são: convênio com a Legião Brasileira de Assistência; criação das Delegacias Federais da Criança e realização de acórdos mais amplos com os Estados e instituições particulares.

Amparo à
infância e à
adolescência
desvalidas

No campo da assistência social, cabe ainda ao Governo assumir a proteção dos menores abandonados, procurando acobertá-los da miséria e seus riscos, e proporcionando-lhes educação em ambientes favoráveis ao desenvolvimento da personalidade. Trata-se, pois, de propiciar-lhes existência digna, através de atividades honestas e úteis.

Os trabalhos relativos ao amparo dispensado pelo Estado à infância e à adolescência desvalidas estão a cargo do Serviço de Assistência a Menores (SAM), de cuja estrutura fazem parte, como órgãos executivos, diversos estabelecimentos de formação profissional.

No entanto, colocado em Ministério a cuja alçada escapam os problemas educacionais, a estrutura desse Serviço e as normas de seu funcionamento não corresponderam aos seus objetivos, talvez porque fixadas em legislação anterior ao regime vigente. Vícios administrativos que nele se localizaram e erros acumulados de administrações passadas criaram condições de todo desfavoráveis ao desempenho de suas funções.

Assim, está sendo examinada a possibilidade de passarem a outro setor as atividades desse órgão da administração federal onde o problema possa receber tratamento científico, orientado primordialmente, mesmo no caso dos menores delinqüentes, não apenas no sentido estrito de segurança pública e repressão, mas no de assistência moral e material, prestada por homens e mulheres dotados dos indispensáveis requisitos de cultura, moralidade e vocação.

Neste sentido, em 1947, dentre outras medidas, elaborou o Governo um anteprojeto de lei que reorganiza o SAM, em bases consentâneas com as suas finalidades, instituindo também uma Comissão, da qual fazem parte assistentes sociais indicados pela Legião Brasileira de Assistência, para proceder ao exame das aptidões dos servidores do SAM.

Foi ainda elaborado um exaustivo plano de educação dos menores abandonados que deverá ter imediato cumprimento.

Na Mensagem anterior, acentuou-se a necessidade de preparar uma solução para os nossos problemas de imigração, colonização e migrações internas, que não esquecesse os seus aspectos sociais, econômicos, políticos e étnicos. Tais problemas se revestem, entre nós, de suma importância, porquanto interferem diretamente na estrutura social e na própria formação da nacionalidade. A situação em que se encontravam os órgãos da administração pública incumbidos de atender à questão, reclamava providências imediatas. Ademais, não paravam aí as dificuldades, pois sobre essas questões mesmas a nossa experiência administrativa se desarticulava consideravelmente; dependiam elas de uma análise das condições nacionais, no que se refere ao povoamento e efetiva ocupação das áreas escassamente povoadas ou inaproveitadas, ao provimento de mão-de-obra qualificada, à migração interna de trabalhadores rurais, à localização de desajustados e à colonização, segundo os princípios gerais estabelecidos no art. 156 da Constituição.

Eis por que se frisou a necessidade de apressar a elaboração de lei que permitisse ao Governo resolver, com presteza e segurança, as dificuldades existentes, evitando-se a diluição de esforços, recursos e responsabilidades, reconhecidamente nociva aos interesses nacionais.

Nos Estados, a situação administrativa não se avantajava à que vimos de esboçar. Não havia órgãos que se encarregassem de velar eficazmente pelo povoamento dos respectivos territórios, pela obtenção de mão-de-obra qualificada e aproveitamento de áreas improdutivas.

Também nêles se refletiam os fatores negativos consubstanciados na ausência de rumos definidos e carência de recursos. Por outro lado, a iniciativa privada, desamparada de crédito, não se dispunha à formação de empresas que somente podem sobreviver ou progredir com recursos suficientes ou sob a égide do Estado.

Porque o Congresso ainda não tenha elaborado as leis exigidas pela Constituição no caso em aprêço, o Governo tomou a iniciativa de reestruturar provisoriamente o Conselho de Imigração e Colonização, a fim de que o mesmo pudesse corresponder às exigências

Imigração,
colonização
e problemas
correlatos

A SITUAÇÃO
NOS ESTADOS
E A
INICIATIVA
PRIVADA

Levanta-
mento de
cadastro

mínimas de suas atribuições legais. Ao mesmo tempo, promoveu estudos relativos à obtenção de maior rendimento nos serviços em funcionamento, tendo sido tomadas providências para uma cooperação mais estreita entre o Governo federal e os governos estaduais. Medida de interesse para as diversas unidades da Federação é o exame da mão-de-obra disponível, nas atividades industriais e agropecuárias, para um conhecimento exato das necessidades nacionais e verificação da possibilidade de suprir as deficiências existentes com o aproveitamento das correntes imigratórias alienígenas.

MIGRAÇÕES
INTERNAS

O deslocamento de trabalhadores rurais e suas famílias em migrações periódicas, entre diversas partes do território nacional, constitui problema infelizmente ainda não estudado em seus elementos essenciais e, por isto mesmo, não tratado convenientemente, apesar das repercussões demográficas e sociais. Acossados pelo flagelo das sêcas e, em determinados casos, pela falta de ocupação remuneradora, os nordestinos continuam seguindo o roteiro tradicional do Vale do São Francisco, em busca de oportunidade de trabalho no Sul do país. E' de esperar, entretanto, que a ampliação das obras contra as sêcas no Nordeste e a valorização econômica daquela vasta região — através de grandes empreendimentos de recuperação — atenuem a gravidade desse problema secular.

Êxodo rural

A execução de plano coordenado de eletrificação, saneamento, transportes, irrigação, reflorestamento e industrialização das matérias-primas locais deverá fixar ao solo as populações migrantes e contribuirá para a redução do êxodo-rural a proporções mínimas. A Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco será um dos passos decisivos nesse sentido. No curso de 1947, prestou o Governo assistência aos trabalhadores nacionais encaminhados à Amazônia por ocasião da guerra, auxiliando os que, por doença ou inadaptabilidade, pretenderam voltar às regiões de origem, fornecendo passagens e auxílios no valor de Cr\$ 2.000.000,00.

NEGOCIAÇÕES
COM A ITÁLIA,
PORTUGAL E
HOLANDA

À vista das condições internacionais que proporcionaram oportunidade de renovação de correntes imigratórias européias, o Governo promoveu negociações com a Itália, Portugal, Holanda, e com a Organização Internacional de Refugiados (OIR), além de estudar possibilidades de entendimentos semelhantes com a Suíça e a Bélgica.

Já se encontra concluído um anteprojeto de "Acôrdo Italo-Brasileiro de Imigração", que regula a vinda de imigrantes, desde a fase de seleção até à de colocação definitiva e onde se prevêem o custeio das despesas de transporte e de instalação. Apresentaram-se, também, bases para outro acôrdo, êste de caráter administrativo, disciplinando a imigração espontânea.

Itália

O restabelecimento, sob todos os pontos de vista desejável, da corrente imigratória portuguesa, sustada no princípio de 1947, só poderia ser conseguido, segundo os próprios termos do decreto do Governo português que a suspendeu, mediante assinatura de um Acôrdo especial.

Portugal

Após entendimentos preliminares, e ouvidos os Consulados do Brasil em Portugal, fêz-se um inquérito que tornou possível a expedição de Memorandum, pelo qual se propôs àquele Governo a abertura, no Rio de Janeiro, de negociações para conclusão de um Acôrdo definitivo. O Memorandum prevê a revisão e aperfeiçoamento das normas atuais concernentes à imigração espontânea e procura estabelecer a imigração dirigida, de modo que não continue o Brasil a receber apenas o elemento voluntário, mas também aquêles que lhe convenha como profissional útil e, sobretudo, colono.

O Governo aguarda os resultados do exame do referido Memorandum, o que dará ensejo a negociações que transcorrerão sem dúvida em clima de recíproca boa vontade e cordialidade.

Quanto à imigração holandesa, há atividades e estudos diretos para incentivá-la, promovidos e subvencionados por aquêles país. O Governo brasileiro procurou, de imediato, conhecê-los, dando-lhes seu apoio na esfera diplomática e administrativa, para concluir pelo estímulo e amparo à obra iniciada. Contratou mesmo técnicos holandeses que realizaram o levantamento da Bacia do Cabo Verde, em Minas Gerais, e Vale do Tubarão, em Santa Catarina, visando promover ali a instalação de núcleos coloniais para imigrantes daquele país. Levando em consideração os trabalhos realizados, abriu negociações com o Governo holandês para a assinatura do ato diplomático que esperamos seja em breve firmado.

Holanda

As negociações com a Organização Internacional de Refugiados representam a consequência lógica da execução do Acôrdo de Londres, de 1.º de abril de 1947. A vinda para o Brasil de 3.480 "pessoas deslocadas" e "refugiados", dos 5.000 que foram inicialmente previstos, permitiu o estudo dêsse tipo de imigração em bases objetivas.

ORGANIZAÇÃO
INTERNACIONAL DE
REFUGIADOS
(O.I.R.)
Execução do
Acôrdo de
Londres

Não se pode negar, contudo, que a improvisação e deficiência de nossa organização administrativa especializada, a precariedade de recursos, instalações e pessoal dos serviços de imigração e colonização, que eram agora chamados a tarefas de maior amplitude e responsabilidade, produziram desajustamentos que, de pronto, não foi possível remediar.

Todavia, apesar da precariedade dos centros de recebimento e colocação, além das dificuldades decorrentes de problemas étnicos e profissionais de vária natureza, a quase totalidade dos elementos recebidos foi aproveitada com reais vantagens para o país. Nessas condições, o Governo aguarda o pronunciamento do Congresso Nacional sobre a adesão do Brasil à Organização Internacional de Refugiados e, neste ínterim, provê a elaboração de um Acôrdo provisório com a OIR, de caráter administrativo, destinado a evitar solução de continuidade na vinda de deslocados de guerra e refugiados.

Vinda de
técnicos
europeus

Cuidou-se também, com o devido interêsse, de promover a vinda de técnicos europeus, especialmente alemães, úteis à nossa economia. As negociações levadas a efeito foram particularmente delicadas, por se ter encontrado certa oposição, dado que havia uma verdadeira corrida para aproveitamento dos aludidos técnicos. Acabaram, todavia, logrando êxito e dentro em breve será facultado ao Brasil selecionar pequena cota de técnicos alemães para as suas indústrias.

NATURALIZA-
ÇÃO E
ESTRANGEIROS
EM GERAL

No que se refere a estrangeiros em geral, cumpre não perder de vista a conveniência de ser facilitada a naturalização àqueles que, por seus bons antecedentes, ofereçam segurança de lealdade à pátria de adoção.

O ano de 1947 caracterizou-se, quanto à entrada de estrangeiros, pelas dificuldades de fiscalização nos portos e em pontos distantes da fronteira. Entraram no país 49.681 estrangeiros, dos quais 22.875 em caráter permanente, número que deve ser acrescido daqueles que, já tendo ingressado a título temporário, pediram permanência definitiva. O número dos imigrantes espontâneos elevou-se, pois, durante o ano findo a cêrca de 35.000.

A legislação sobre estrangeiros em geral está a exigir cuidadosa atenção do Congresso. Anterior à Constituição de 1946 e promulgada em época de apreensões políticas internas e externas, reflete ela atitude de reserva assumida para com os alienígenas, nos anos

que precederam a segunda guerra mundial e no curso daqueles durante os quais se travou o conflito.

Já agora, entretanto, parece oportuno adotar orientação diferente, menos restritiva, e mais compatível com as nossas necessidades de povoamento, capitais e mão-de-obra.

Concluídos os Acôrdos com a Organização Internacional de Refugiados, com a Itália, Portugal e Holanda, e preparadas as bases de sua execução normal; organizados os serviços de imigração e colonização em tôdas as suas etapas, desde o recrutamento até a colocação final do imigrante, inclusive hospedarias, centros de triagem e adaptação; iniciados os estudos de novas correntes e promovida a sua vinda, ter-se-á dado continuidade ao fluxo imigratório. Paralelamente, promoverá o Govêrno a organização dos planos de colonização e de aproveitamento de terras públicas — planos em que serão preferidos os nacionais e, dentre êstes, os habitantes das zonas empobrecidas e os desempregados, conforme preceitua a Constituição. O anteprojeto de Lei Agrária, submetido ao Congresso como subsídio para a elaboração definitiva do diploma de que tanto carece a Nação, encerra, aliás, providências dignas de meditação para resolver aspectos dêsse problema. PERSPECTIVAS

Considerar-se-ão de modo especial as necessidades dos Estados do Norte que até hoje não foram procurados pelos imigrantes que se dirigem ao Brasil. A imigração para certas zonas exige, porém, providências preliminares de certo relêvo. Essas dificuldades não excluem, é claro, tentativas de remessas, em caráter experimental, de técnicos e colonos. O Vale do São Francisco, por exemplo, com a execução das grandes obras programadas pelo Govêrno, será região perfeitamente adaptada ao recebimento das correntes imigratórias estrangeiras que se torne aconselhável associar às populações rurais do Nordeste.

As diretrizes fundamentais a serem obedecidas são aquelas que estabelecem um razoável critério seletivo — tanto das correntes espontâneas como das dirigidas — de maneira a que o Brasil incorpore ao seu patrimônio humano elementos moral e fisicamente sãos, economicamente úteis, de preferência agricultores, técnicos e operários especializados que possam ser bem distribuídos pelo território nacional.

POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA

Na Mensagem que vos apresentei por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1947, recapitularam-se os dados essenciais à formulação dos problemas econômico-financeiros do país. Naquela ocasião, os fenômenos de inflação preocupavam a todos, porque se traduziam não apenas por um forte desequilíbrio entre a massa dos produtos de consumo, imediato ou durável, entregues aos mercados internos, e os meios de pagamento, mas também por uma alta dos preços, especulação imoderada e instabilidade nos negócios. Registrou-se mesmo que aquêle desequilíbrio se acentuara tanto que o seu índice duplicara em um quadriênio. Havia, pois, um problema imediato: cumpria debelar a inflação. Era o alvo que no momento importava atingir, mas atingir tão prontamente quanto possível, recorrendo-se para tal a meios diretos e indiretos.

Decorrido apenas um ano, não poderia certamente o Governo ter logrado o seu objetivo de maneira completa e satisfatória, tanto que ainda subsistem efeitos do mal que se apoderara do organismo da Nação. A inflação é dessas doenças sub-reptícias que, instalando-se nas economias nacionais, gradualmente e em fases sucessivas, não desaparecem logo à primeira terapêutica. Aliás, a própria conjuntura internacional não dava margem a que se nutrissem esperanças quanto a uma cura instantânea ou mesmo rápida. O estancamento do surto emissivo, todavia, permite levar a crédito do Governo, a par de medidas outras de vária espécie que reforçaram essa política — o impulso preponderante no sentido do saneamento da situação econômico-financeira. Modesto foi o propósito, mas até agora o Governo tem perseverado nêle com indiscutíveis resultados.

Não faltarão críticos que considerem eminentemente negativo o resultado concreto que já se colheu: a paralisação da emissão de papel-moeda acompanhada de expressivo saldo orçamentário. Tem-se alegado mesmo que a restauração das finanças públicas do país depende, em última análise, das condições econômicas gerais — da produção multiplicada e das comunicações facilitadas — e não de providências governamentais, tendentes a neutralizar os efeitos maléficos da inflação ou a restabelecer o equilíbrio orça-

mentário. A receita pública, sendo uma parte da renda nacional, só pode crescer, sem acarretar sérias perturbações para o progresso do país, se o todo, a que pertence, desenvolver-se em proporção igual ou maior.

Não há dúvidas, com efeito, quanto à interdependência e solidariedade que existem na ordem econômica e financeira, mas, em nosso caso, o caminho da recuperação tinha de começar pelo fortalecimento da última, a fim de que se facilitasse a expansão da primeira, necessariamente mais lenta em suas transformações e geradora de frutos que amadurecem devagar. O Governo concentrou, portanto, os seus esforços nesse objetivo imediato e conseguiu dar os passos decisivos para obter o que desejava. Resta agora consolidar a situação, o que não é pouco, nem fácil.

A característica da situação econômica, em 1947, foi, indubitavelmente, a tendência à normalização e à ampliação das atividades produtoras, graças ao maior volume das transações no comércio exterior e no movimento de cabotagem. Embora a escassez de capitais retarde sensivelmente o surto econômico nacional, não será exagerado prognosticar que a diversificação crescente da agricultura e, em grau maior, a da indústria, secundadas pelo alargamento do mercado interno e progressiva melhoria do sistema de transportes, hão de assegurar continuidade ao que se observou no correr de 1947. Propício, portanto, é o momento para fixar em linhas gerais certos aspectos básicos do problema econômico do país.

A urbanização crescente, que se verificou nas últimas décadas, trouxe ao povo brasileiro, em geral, a aspiração de aprimoramento de seu padrão de vida. E porque êste ainda seja dos mais baixos entre os países civilizados, e só em virtude de grandes sacrifícios se tenha elevado nos últimos tempos, nossas elites deixam-se vencer, algumas vezes, pelo desalento, esquecidas do muito que já se realizou em relação às condições anteriores. A melhoria desse padrão, no entanto, depende, antes de tudo, da possibilidade de incrementar em grau superior a produção de bens de consumo, sobretudo dos que se destinam à alimentação — o que a urbanização e o próprio surto industrial vêm perturbando sensivelmente, como é do conhecimento de todos. Urge, pois, favorecer essa maior produção de bens de consumo, sobretudo mediante um revigoreamento do interesse pelas atividades agrícolas, mesmo que o Governo seja obrigado a interferir na ordem econômica para recon-

duzir a evolução do país à tendência que lhe é tradicional e espontânea.

O deperhecimento relativo da agricultura nos últimos anos, ligando-se entre nós a fatores vários e de difícil ponderação, impõe que se atenda ao problema, de vários ângulos e simultaneamente. Não se tem descuidado o Governo de proceder a essa complexa equação. Daí o empenho, por exemplo, com que se propõe reavivar o problema agrário, tentando propiciar oportunidade para uma solução que se adapte melhor às condições econômicas do mundo moderno. Daí a preocupação de promover em novas bases a salvação de nosso patrimônio de recursos naturais e os esforços que vem desenvolvendo em prol da produção do trigo. A mecanização da indústria agrícola, conquanto seja, a muitos aspectos, a questão fundamental de nossa produção, e um meio que permitirá alcançar esse fim, não tem o significado dos tópicos anteriores, cuja gravidade mergulha raízes no empirismo descuidado com que se processa nossa evolução econômica. Se bem apurarmos, trata-se de um programa que absorveria por si só a atenção e as energias de qualquer Governo. Não são tarefas realmente que se executem em curto prazo; nelas há matéria para a atividade de gerações; à presente compete apenas dar o impulso primeiro, tão vigoroso quanto possível.

A produção avolumada de bens de consumo traz consigo, porém, uma série de outros problemas que, até certo ponto, também a condicionam. O Brasil é país que ainda não se libertou das faixas de um processo de industrialização primária, porque luta contra a escassez de combustíveis. Seus grandes recursos potenciais, no reino vegetal ou mineral, jazem, por isto mesmo, inaproveitados. Nosso carvão não basta às necessidades já existentes; o petróleo ainda constitui uma grande esperança a concretizar cautelosamente; se lhe atribuímos o papel que está chamado a desempenhar em nossa história; a energia hidrelétrica, ameaçada pela economia destrutiva do desflorestamento, aguarda também as soluções que lhe der a nossa prudência administrativa. Os aspectos graves da nossa balança de pagamentos decorrem precisamente do quadro desalentador do colonialismo econômico brasileiro.

O problema que nos é proposto se resume, destarte, em não podermos utilizar e dinamizar as riquezas do solo e do subsolo, por nos faltarem bens de produção na quantidade necessária. Forma-se então o círculo vicioso: a produção de bens de consumo em

larga escala se ressentem da escassez dos instrumentos, que a tornarão maior e lhe darão mais vasto alcance. Enquanto isso a produção destes fica retardada porque a economia colonial, de que ainda não nos desvencilhamos, compromete ou paralisa a plena posse de nossas riquezas.

Eis por que a política econômico-financeira do Governo federal terá de estruturar-se para uma ação a longo prazo, tomando como ponto de partida assim as necessidades imediatas — bens de consumo — como as mediatas — bens de produção. Cumpre-nos, todavia, coordenar esforços para que, na medida do possível, a ação governamental se exerça conjugadamente nos dois setores. Não nos é mais possível depender da produção alheia para o abastecimento doméstico; urge dar satisfação autônoma às nossas necessidades primárias de alimentação: o problema do trigo aí está a desafiar a iniciativa nacional, auxiliada pela operosidade bem dirigida da administração pública.

Por outro lado, importa recrutar tôdas as energias disponíveis para investi-las na preservação e utilização dos recursos naturais, atendendo ao florestamento e ao reflorestamento, combatendo a erosão do solo, aproveitando racionalizadamente o potencial hidrelétrico, sem descuidar do regime jurídico que disciplinará essas relações ecológicas.

Examinar-se-ão em seguida, por isto mesmo, aspectos importantes dessas questões, cerrando mais atentamente a análise em torno dos programas a longo prazo que a Nação se prefixou para o soerguimento social e econômico de áreas do seu território, e da instalação de sociedades de economia mista, destinadas a organizar esforços tendentes à criação de uma grande indústria de base.

O esforço geral da situação econômico-financeira não estaria porém, ultimado, se no exame não se incluíssem também considerações sobre os problemas de circulação das riquezas nacionais, desde os transportes e portos até às questões de comércio exterior, de balança de pagamentos, de moeda, crédito e bancos. Apurar-se-ão os resultados da atividade da Nação nesses setores em 1947, bem como as diretrizes gerais a seguir, não só durante o atual exercício, mas também em futuro mais distante.

Uma análise da situação tributária e orçamentária fechará este exame dos aspectos fundamentais da atividade econômica da Nação e das finanças públicas, permitindo-vos, assim, o julgamento da ação governamental, que não se propõe realizar milagres, mas

tão-sòmente cumprir o seu dever, na medida em que o permitem as limitações da época que atravessamos.

São diversas, complexas e, algumas vèzes, remotas as causas da atual crise de produção agrícola. As mais imediatas promanam, todavia, da segunda guerra mundial e do rápido crescimento de indústrias, que se destinavam a suprir o mercado interno de artigos que anteriormente se obtinham mediante importação. Tal industrialização determinou o afluxo de capitais e de braços para os centros urbanos, desfalcando os campos e contribuindo para a queda da produção de gêneros de primeira necessidade.

Fomento à
produção

Por outro lado, a escassez de combustíveis, as dificuldades da navegação e o desgaste do material ferroviário, reduzindo a nossa capacidade de transporte, reforçaram êsses fatos de maneira paradoxal: enquanto em certas zonas de produção se acumulavam consideráveis estoques de gêneros alimentícios, nas grandes cidades os cartões de racionamento e as filas atestavam a insuficiência das mercadorias colocadas à disposição dos consumidores. Essas dificuldades de transporte, ao lado de salários mais elevados e de outras vantagens oferecidas pelas indústrias urbanas, agravaram decisivamente a crise de gêneros alimentícios e determinaram o êxodo rural, afastando a mão-de-obra das atividades agrícolas.

Impõe-se, portanto, o início de uma campanha de recuperação de nossa economia rural, e para tanto o Govêrno tem procurado balancear os meios, recursos e disponibilidades dos diversos órgãos da administração, a fim de alicerçar com segurança um programa de soerguimento de nossas fontes de produção.

Já em fins de 1946, reuniram-se os Secretários de Agricultura para uma discussão ampla dos mais momentosos problemas de nossa economia agrícola.

Reunião dos
Secretários
de
Agricultura

Entre as diversas e importantes conclusões a que chegaram as seis comissões técnicas pelas quais se distribuíram os trabalhos da reunião, duas mereceram atenção imediata, a fim de que pudessem ser postas em prática logo no início do ano financeiro de 1947: a criação de um sistema de assistência direta ao produtor, por intermédio de postos agropecuários no interior do país, e a ampliação e unificação dos acôrdos de fomento e defesa da produção vegetal e animal entre a União e os Estados.

Estando para ser aprovado, àquela época, o Orçamento Geral da República para o exercício de 1947, a fim de ajustar as dotações do Ministério da Agricultura às conclusões da reunião que se promovera, foram obtidas dotações especialmente destinadas à instalação dos primeiros postos agropecuários e à realização de novos acôrdos de fomento e defesa da produção vegetal e animal, assim como à ampliação dos acôrdos existentes.

Após longas discussões, em que o direito de crítica se exerceu com inteira liberdade, foi aprovado o plano para que entrasse, como efetivamente entrou, desde logo em execução.

Acôrdos
com os
estados

Quanto aos acôrdos, que constituem exemplo de feliz articulação de recursos e esforços entre a União e os Estados, para a prestação de serviços de fomento e defesa da produção vegetal e animal, projetou-se uma radical transformação que consistiu, acima de tudo, em unificar, sob uma só direção, os diversos convênios assinados com cada Estado. Essa unificação, levada a efeito em 1947, juntamente com a ampliação das contribuições dos Governos federal e estaduais, permitiu ação mais decisiva e coordenada por parte dos órgãos especializados do Ministério da Agricultura e dos serviços estaduais congêneres.

O acêrto da nova política adotada com referência aos acôrdos logo se manifestou com a imediata aceitação das novas bases estabelecidas. Os recursos para êsse fim, votados pelo Congresso Nacional, no total de Cr\$ 10.100.000,00, foram inteiramente utilizados, não tendo sido mesmo possível atender a todos os Estados.

Para o exercício de 1948, votou o Congresso Nacional a dotação geral de Cr\$ 33.700.000,00, visando à manutenção dos acôrdos atualmente em vigor com 18 Estados da União e com a Prefeitura do Distrito Federal. Foram ainda concedidos Cr\$ 15.000.000,00 para a realização, em 1948, de novos acôrdos de fomento e defesa da produção agropecuária e possível ampliação dos atuais acôrdos.

Disporá assim o Ministério de recursos substanciais para a ampliação de sistema de trabalho, que a prática tem demonstrado ser o mais adequado para uma atuação eficiente do Poder Público em benefício de nossa economia rural.

Postos
agro-
pecuários

Os postos agropecuários, tais como foram preconizados na reunião dos Secretários de Agricultura, propõem-se à prestação de

assistência técnica direta aos lavradores e criadores, com o fim de aumentar, melhorar e defender a produção, sendo localizados na zona rural, em torno de cidades, e, eventualmente, nas zonas suburbanas. Os postos tendem a cobrir todos os municípios brasileiros e começaram a ser instalados, de acordo com os recursos obtidos em 1947, nas áreas que, pela qualidade, relevo e situação de suas terras, asseguravam maior produtividade. Foi promovida a instalação, no último ano, de 19 postos agropecuários e, no corrente exercício, existem recursos para a instalação de 79 novos postos, distribuídos por todos os Estados e Territórios.

Neste ramo de nossa economia agrária, tem o Governo lutado por um desenvolvimento racional, que corresponda às reais necessidades do país e possivelmente de mercados externos. Vamos realizando, assim, significativos progressos no tocante aos problemas básicos da produção vegetal, relevando notar o cuidado que têm merecido a mecanização de nossa lavoura, a colonização de terras, a distribuição de sementes e a defesa sanitária — esta, no último ano, particularmente sobrecarregada em suas responsabilidades com as nuvens de gafanhotos, que assolaram periódicamente o sul do país.

PRODUÇÃO
VEGETAL

Eis um dos pontos cardiais do plano de fomento à produção que o Governo procura levar avante. O problema da mecanização de nossa lavoura não pode, porém, ser considerado à parte de certas condições sociais e econômicas do país. Em certas zonas há interesse em que ela se efetive, a fim de que se estabeleça uma perfeita indústria agrícola, remunerando justamente não só o capital, mas ainda o trabalho. Em outras zonas ela será, talvez por muito tempo, um sonho difícil de concretizar, pois as próprias condições demográficas, econômicas e, mais particularmente, de mercado não permitem que se aspire a tanto. Durante o ano de 1947, foram importadas, pelo Governo, máquinas agrícolas no valor de Cr\$ 27.351.014,10, inclusive 343 tratores. Parte dessas máquinas, no valor de Cr\$ 10.536.990,60, serão mobilizadas sob a forma de patrulhas mecanizadas, destinando-se as restantes à revenda aos agricultores. Procura-se, com uma e outra medida, retirar proveito máximo do capital investido pelo Governo, pois é óbvio que não se intenta a especulação, mas a utilidade geral para a lavoura.

Mecanização
da lavoura

Manteve-se estreita colaboração com a Comissão Construtora da Fábrica Nacional de Motores, a fim de efetivar a fabricação, por aquêle estabelecimento, de tratores agrícolas e seus implementos. Foram obtidas, também, propostas de firmas estrangeiras, plenamente idôneas, para participação de capitais e técnicos na sociedade anônima em que se transformou aquela Fábrica. Para formação de pessoal destinado ao manejo, utilização e conservação de máquinas agrícolas, instalaram-se e estão em funcionamento Centros de Treinamento, assim como um Curso de Engenharia Rural, na Fazenda Ipanema, em São Paulo.

Terras e
colonização

Outro ponto capital, num programa de fomento à produção vegetal, é o referente à colonização de terras. Nesse setor, podemos salientar os trabalhos de colonização executados na Baixada Fluminense, através dos Núcleos Coloniais, cuja produção, em 1947, foi avaliada em Cr\$ 19.000.000,00. Os que se realizaram nas oito colônias agrícolas mantidas pelo Govêrno, nas quais já se encontram localizadas 25.735 pessoas, serão intensificados no corrente ano com os recursos orçamentários, bem mais amplos, que se obtiveram para êsse fim. Constituindo as Colônias Agrícolas um ambiente especialmente indicado para a prática da agricultura mecanizada, estão sendo elas dotadas de bom equipamento mecânico.

Fomento do
trigo

O problema do trigo, pelas suas profundas repercussões em nossa balança de pagamentos, está tomando aspectos de calamidade nacional. Do ponto de vista agrícola, não será mesmo exagero considerá-lo como o de maior relevância.

O fomento da triticultura constitui, pois, um dos nossos deveres mais urgentes. As dificuldades surgidas para a regular obtenção desse cereal vieram colocar na ordem do dia não só a questão da auto-suficiência nacional, com relação a êsse produto básico para a alimentação, mas a de nossa própria maturidade administrativa. Em verdade, provada como está a existência de extensas áreas apropriadas à cultura dessa gramínea, transformou-se em obrigação patriótica fomentar sua cultura intensiva, de modo a tornar possível, em futuro próximo, o abastecimento interno.

Da importância do problema são índices expressivos os seguintes dados referentes ao nosso comércio exterior. Importamos, em 1947, 463.157 toneladas de farinha de trigo, no valor de..... Cr\$ 1.431.798.000,00; o volume de trigo em grão atingia, no

mesmo período, 363.292 toneladas, na importância de.....
 Cr\$ 1.057.772.000,00. Trata-se de uma sangria que tende a aumentar e debilita a economia nacional de maneira a tornar urgente pôr-lhe um paradeiro, sob pena de boa parte dos nossos esforços construtivos se invalidar inglôriamente. Podemos asseverar, no entanto, que já são bastante auspiciosos os resultados alcançados, em 1947, na campanha de fomento à triticultura nacional. O programa incluiu o estabelecimento de zonas preferenciais para o seu incremento, a fixação das variedades indicadas para as diversas regiões do país, o cômputo do preço a ser pago pelas sementes produzidas e a instalação de pequenos moinhos nas regiões tritícolas. Foram vendidos e distribuídos pelo Govêrno cêrca de 1.500.000 quilos de sementes selecionadas, para cujo armazenamento estão construídos 50 silos, com a capacidade de 60 toneladas cada um. Para as regiões tritícolas foram enviadas 100 trilhadeiras a motor, 100 jeeps com polias, além de outras máquinas. A área cultivada de trigo, em 1947, atingiu 328.370 hectares, estando estimada para êsse ano uma produção record de 287 mil toneladas. Em 1948, disporemos de 1.947.000 quilos de sementes de trigo para distribuição, obtidas das estações experimentais e das culturas fiscalizadas.

A principal preocupação, no momento, é a instalação de moinhos nas regiões tritícolas, estando programada a instalação inicial de 29 moinhos nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso.

A crise de abastecimento encontrada pelo atual Govêrno revelava-se ainda mais aguda no setor da produção animal, exigindo a adoção de medidas corajosas para a defesa, melhoria e aumento de nossos rebanhos. Em 1947, à conta de recursos especiais obtidos para o fomento da produção animal, foram adquiridas algumas centenas de reprodutores de raça indiana, dos quais a maioria foi enviada para o norte do país. Foram ainda adquiridos, na Europa, nos Estados Unidos e na Argentina, 418 reprodutores bovinos, suínos e ovinos. No corrente ano, êsse programa de aquisição de reprodutores será continuado em escala maior, com utilização dos recursos de certo vulto votados para êsse fim. Auxiliaram-se, em 1947, 51 exposições estaduais e regionais de animais, e promoveu-se a XIII Exposição Nacional de Animais em Belo Horizonte. Foi

PRODUÇÃO
ANIMAL

regulada a exportação de reprodutores, visando evitar que saíssem do país animais de elite ou de qualidade inferior.

O Ministério da Agricultura estudou cuidadosamente o problema da crise que a sericicultura nacional atualmente atravessa, tendo apresentado um anteprojeto de lei em que se estabelecem medidas para o seu amparo e proteção.

Defesa
sanitária
animal

Deve salientar-se a importância do problema da defesa sanitária animal, assinalando os grandes prejuízos sofridos pela nossa pecuária, em virtude de epizootias que acarretaram a morte de metade das crias com menos de um ano. Estando o combate às zoonoses condicionado ao aumento da produção de soros e vacinas, o Governo incentivou, em 1947, a produção de seus laboratórios, estimulando ainda a produção dos laboratórios particulares, que em certos casos foi totalmente adquirida. O combate à peste suína obteve prioridade em 1947, tendo sido estabelecido um programa de erradicação dessa zoonose, na reunião de técnicos realizada em setembro do ano passado, programa esse cuja execução é financiada pelo crédito especial de Cr\$ 12.000.000,00, votado pelo Congresso. Mercê das providências tomadas, isolaram-se e reduziram-se os focos existentes, impedindo-se, destarte, a propagação da peste a outras zonas do país. Foi encaminhado ao Congresso um anteprojeto de lei, que estabelece normas para o pagamento rápido e fácil de indenização em dinheiro aos proprietários de animais, coisas e construções rurais cujo sacrifício ou destruição venha a ser determinado como medida de defesa sanitária animal. O Ministério desinfectou 86.750 vagões em 1947 e concedeu 50 auxílios para construção de banheiros carrapaticidas. Está sendo concluída a construção do posto de Desinfecção de Vagões, em Barra do Pirai, e projetada a instalação da Inspetoria de Defesa Sanitária Animal, no Estado do Paraná.

Produtos de
origem
animal

Prosseguindo na série de medidas restritivas para defesa de nossos rebanhos, duramente sacrificados pela matança excessiva durante a guerra, foi aprovado o Plano de Abastecimento de Carnes para 1947, no qual se estabeleceram o período de matança e a cota de abate nas charqueadas, dando-se um tratamento especial àquelas que realizassem melhoramentos em suas instalações. Disciplinou ainda o Plano o abate nos matadouros e regulamentou a distribuição de carne às cidades e vilas do país, fixando cotas para o

Distrito Federal e algumas cidades de São Paulo. Baixaram-se também instruções rigorosas sobre a matança de vacas e bezerros. Ao Congresso foi encaminhado, após cuidadosos estudos, um anteprojeto de lei, que assegura a concessão de vantagens às pessoas naturais e jurídicas que construírem, instalarem e explorarem, nas zonas de criação, estabelecimentos destinados ao abate das espécies de açougue e sua completa industrialização. Foi ainda encaminhado ao Congresso um anteprojeto de lei, que dispõe sobre a prévia fiscalização dos produtos de origem animal, quer do ponto de vista industrial, quer do sanitário.

Vêm sendo ampliados, no Rio Grande do Sul, os trabalhos de inseminação artificial em ovinos, tendo-se realizado 35.000 inseminações, em 1947, com utilização de reprodutores de alta classe. Instalaram-se também nove postos para inseminação artificial de bovinos. Foram realizados, pelo Instituto de Zootecnia, trabalhos experimentais de agrostiologia, já tendo sido produzidas no quilômetro 47 da rodovia Rio-São Paulo, sede do Instituto, sementes de forrageiras para distribuição.

Investigações
e zootecnia

São bastante conhecidos os desajustamentos e as vicissitudes que têm perturbado a nossa vida rural. Erros seculares reduziram a economia agrícola, no Brasil, a iniciações que, perpétuamente, se renovam, de modo que a um ciclo de produção outro se segue, sem que os resultados do primeiro se consolidem ou efetivem no segundo. Falta-lhe, com efeito, continuidade e plano diretor que a tornem menos precária.

Reforma
Agrária

Nos últimos anos, tal situação se agravou, pois que, em virtude de injunções, principalmente de ordem externa, o país enveredou por uma industrialização acelerada, descuidado de salvar seu potencial agrícola.

Desde a Abolição que se vem acentuando a preponderância da vida urbana na evolução do povo brasileiro, fenômeno que se faz acompanhar de uma industrialização, por vezes, de duvidosas vantagens, porque obtidas com prejuízo do próprio desenvolvimento agrícola. As cidades passaram a atrair grandes massas rurais, que sacrificaram o sentido básico de nossa civilização por uma concentração, a muitos aspectos, nociva ao próprio povo.

Não será exagero dizer que tais fenômenos quase nos vão conduzindo a uma crise ecológica, em que se corre o risco de perder

o sentido de equilíbrio da vida nacional. A reforma agrária exigirá, assim, um ajustamento da sociedade rural a novas condições de vida, e representará, não apenas um esforço de recuperação econômica, mas de recuperação social.

Em obediência a essa orientação é que devemos versar os problemas de nossa economia rural — sejam os referentes à mobilidade do homem do campo ou à produção agrícola propriamente dita; sejam os que se relacionam com a proteção dos recursos naturais, ou os que decorrem de condições geográficas gerais, como erosão do solo, secas e outros flagelos.

E' inadiável, portanto, que se procure disciplinar juridicamente a economia da terra. Cumpre que se dê ao país uma lei capaz de atender às suas peculiaríssimas condições.

Poucas iniciativas, na verdade, gerarão tantos benefícios como essa que venha assegurar, efetivamente, a realização do que se contém nos arts. 147 e 156 da Constituição, dispositivos que indicam ao legislador ordinário diretrizes de justa e sábia política social. Tratando-se de matéria de larga controvérsia, na qual as soluções mais acertadas nunca provirão de propostas isoladas ou de um órgão, mas do resultado da cooperação de todos aqueles sobre quem recaia uma parcela da responsabilidade governamental, seria erro grave perfilhar o Poder Executivo, incondicionalmente, qualquer anteprojeto de lei agrária, arriscando-se a não solucionar, de modo satisfatório, os múltiplos aspectos que a questão apresenta.

Eis por que o Governo, embora tenha estudado o assunto apresentou ao Legislativo o anteprojeto da Lei Agrária como subsídio para estudos e consideração posteriores. Nem podia agir de outra maneira, em se tratando de matéria de profundas e por vezes inesperadas conseqüências — não apenas econômicas, mas jurídicas, políticas e sociais. Ademais, é de considerar a necessidade de cada capítulo da futura lei ser elaborado com o auxílio de especialistas, já que assunto de tal relevância não pode ser acertadamente apreciado sem plena e completa assistência técnica.

A par das diretrizes apontadas na Mensagem transata, lembro também que a futura Lei Agrária deve tomar como premissa básica o fato de que são diversas as condições de povoamento e de exploração do solo nas inúmeras regiões brasileiras, o que impõe soluções peculiares. O caso da zona litorânea do Nordeste (especialmente da Paraíba até Sergipe) é ilustrativo do que vos recordo.

sobretudo quando se analisam os dados demográficos em confronto com a progressiva decadência da produtividade do solo, esgotado por séculos de exploração canavieira, destrutivamente conduzida.

Por outro lado, qualquer anteprojeto de Lei Agrária que procure enfrentar êsses problemas baseando-se tão-sòmente no conhecimento das condições geo-econômicas do Nordeste ou da zona cafeeira em declínio no Estado do Rio ou norte de São Paulo, por exemplo. — evidentemente estará generalizando de maneira precipitada para o resto do Brasil. O Rio Grande do Sul ou Minas Gerais, para citar apenas dois Estados, não teriam as respectivas situações resolvidas a contento. Finalmente, o problema ecológico e geodemográfico da Amazônia é tão caracterizado que somos levados a crer que reclama legislação própria e especializada.

Penso, portanto, que num país onde se encontram os mais diversos tipos de áreas fisiográficas, determinando, por sua vez, os mais variados tipos de latifúndio e minifúndio — devemos fugir à tendência, já fartas vèzes assinalada em outros setores, de legislar para determinada parte do país ou classe econômica, pretendendo dar caráter genérico à solução de problemas específicos.

Sendo diversas as regiões econômicas do país e as condições de seu povoamento, e, por conseguinte, os sistemas de cultivo da terra, os regimes de propriedade, os custos marginais de produção, os fretes, e outros fatores a considerar — é forçoso reconhecer que a legislação agrária deve ser, a certos aspectos, suficientemente flexível para disciplinar essas variáveis circunstâncias sociais e econômicas.

Atente-se mesmo em que as condições que governam a instabilidade dos rendimentos crescentes ou decrescentes, que se observam na produção brasileira, ainda mais que na de outros países, em virtude das diferentes técnicas de produção agrícola com que trabalhamos, são ainda muito imperfeitamente conhecidas e analisadas para se pretender prefixar indistintamente medidas rígidas para todo o território nacional.

As precárias relações entre proprietário e meeiro; as péssimas condições de colocação dos produtos agrícolas, mesmo nos Estados mais populosos, como Minas; a dificuldade de os permutar por utilidades de interesse para a vida rural, pois a deficiência ou ausência de boas comunicações ainda mais enfraquece a sociabilidade e a troca — são outros tantos óbices a dificultar o estabelecimento

de normas jurídicas que, disciplinando os sistemas de exploração do solo, atendam às reais necessidades de nossa sociedade.

Além das dificuldades assinaladas, é preciso ter em vista os aspectos financeiros que apresentaria uma campanha de fomento à produção agrícola, demandando todo um sistema de financiamento assistencial. Neste ponto, a questão ainda mais se complica na atualidade, porque, além de dispor o Tesouro de poucos meios a investir, não se concretizou a reforma bancária, onde se dá tratamento a tais problemas. Lembro ao Congresso, pois, a necessidade de serem estudadas as duas leis conjugadamente, por isto que versam questões, até certo ponto, coextensivas.

Quanto aos problemas administrativos que uma Lei Agrária suscita, devo recordar as dificuldades que acarretariam ao Governo transformações de grande vulto na estrutura da administração federal. Tudo indica que nos devemos precaver contra uma possível aglutinação de órgãos autônomos, que, dentro dos respectivos setores, vêm prestando inestimáveis serviços à nação e exigem apenas, para melhores resultados, ampliação e maiores dotações orçamentárias. Talvez não seja aconselhável que se diluam tais órgãos em outros, de propósitos específicos conexos, mas não idênticos. Saliente-se que nos Estados Unidos a criação do Bureau de Conservação do Solo, graças aos esforços do primeiro Presidente Roosevelt, não implicou absorção do Serviço Florestal. Ao invés de se excluírem, eles se completaram dentro do programa de atividades e realizações do Departamento de Agricultura.

Uma reforma agrária, nos moldes da de que se cogita no Brasil, deve representar um cauteloso passo no progresso social. E para que se não transforme numa experiência açodada que atinja prejudicialmente a vida nacional, é preciso que se mantenha coerência com o atual arcabouço jurídico, econômico, financeiro e administrativo do país.

Eis por que, convicto da transcendência de tão fundamentais problemas, deu o Poder Executivo a sua colaboração ao Congresso Nacional, esperando que a elaboração e a discussão da Lei Agrária representem, para os nossos dias, o que foi a atividade legislativa em torno do Código Civil no início deste século: prudente e progressista e sempre dentro das realidades.

geo-econômicas de seu território. Tem-se deixado ao acaso esse importantíssimo setor, relegado, por assim dizer, a plano secundário. Todavia, é de encarecer, com relação aos nossos recursos naturais — solo, água, minérios ou qualquer outro — a necessidade de um inventário criteriosamente elaborado. Há que conhecer, com precisão e objetividade, os nossos recursos, para o que se impõe levar a cabo pesquisas de âmbito nacional.

Não mais se justificam os excessos da mentalidade ufanista, distanciada das realidades e apegada à velha crença de riquezas naturais inesgotáveis.

Os problemas de conservação do solo, manutenção de florestas, reflorestamento, carvão, petróleo e tantos outros, revelaram-se, de súbito, em tôda a sua importância, constituindo hoje ponto fundamental em qualquer programa de governo.

A conservação e recuperação do solo, por exemplo, exige orientação nitidamente nacional, reclamando ação conjugada com os Estados e Municípios. Assim, em 1947, convocamos na Capital da República a primeira Reunião Brasileira de Ciência do Solo, que proporcionou aos técnicos e cientistas do país oportunidade para intercâmbio de idéias e ampla análise da matéria, principalmente no que se refere às questões de erosão, fertilização e utilização racional do solo.

CONSERVAÇÃO
DO SOLO

Quanto às atividades de proteção florestal e reflorestamento, cumpre encerrar definitivamente o ciclo do extrativismo puro e acabar com a prática criminosa de dilapidação das nossas reservas florestais. Temos procurado elevar ao máximo o rendimento das atividades governamentais, nesse setor, através de uma cadeia de Hortos Florestais, disseminados pelo território nacional. Durante o ano de 1947, foram produzidas nos referidos Hortos e nos serviços de cooperação, 6.408.757 mudas e distribuídas 5.052.947, além de 6.468 quilos de sementes.

Proteção
florestal
e refloresta-
tamento

Foi iniciado no Nordeste um serviço de reflorestamento com essências cujas fôlhas constituem alimento para o gado, como a banafístula, o camunsé, o juazeiro, a umarizeira, o cravo e outros; além de produzirem excelentes pastos, elas têm a vantagem de se manter verdes, contribuindo para aumentar e melhorar as forragens de que dispõe o Nordeste nos períodos de estiagem.

Os trabalhos de reflorestamento, mediante cooperação com entidades públicas e particulares, encontram-se em franco desenvolvimento. Atualmente, o Serviço Florestal mantém cooperação com a Rede Mineira de Viação, a Companhia Belgo-Mineira, a Cerâmica Brasileira, a Escola Agrícola de Lavras, as Prefeituras de Belo Horizonte, São João Del Rei, Carangola, Três Corações, Leopoldina, Itajubá, Uberlândia, Sobral, Campo Maior e Aracaju. O Governo dedica especial cuidado à ampliação dos trabalhos de cooperação com as estradas de ferro e as companhias siderúrgicas, cujas atividades constituem um dos principais fatores de devastação das nossas florestas, sempre que não atenuadas por serviços especiais de reflorestamento.

Pretende-se, também, organizar uma guarda rural remunerada, que tenha a seu cargo a defesa e proteção, em todo o território nacional, das riquezas naturais do país, no que se refere às florestas, caça e pesca. O projeto de lei que deverá criar essa guarda será em breve submetido à aprovação do Congresso Nacional.

PETRÓLEO

No decorrer de 1947, foram tomadas providências da mais alta relevância com relação ao petróleo, de acôrdo com as diretrizes prefixadas pelo Governo no sentido da política de aproveitamento racional dos nossos recursos naturais. Criada pelo Conselho Nacional de Petróleo uma Comissão de técnicos e juristas com a missão de rever a legislação em vigor sôbre a matéria e elaborar o anteprojeto do estatuto nacional do petróleo, teve-se em mira adaptar essa legislação aos preceitos da nova Constituição no tocante à utilização das jazidas minerais, introduzidas as modificações aconselhadas pela experiência e pelas necessidades gerais do país. Côncio da magnitude do problema para cuja solução empenhou largos esforços, à deliberação do Poder Legislativo, com farta documentação contendo os estudos efetuados por essa e outras Comissões, encaminhou o Governo as duas Mensagens relativas ao Estatuto do Petróleo e ao problema das refinarias, já do vosso conhecimento, e cujos estudos iniciastes, na vossa última reunião.

Estudos geológicos

Prosseguiram com intensidade os trabalhos de pesquisa de petróleo em vários Estados da Federação.

Como era natural, tiveram maior surto as operações na região do Recôncavo da Baía de Todos os Santos, no Estado da Bahia, onde até há pouco se circunscreviam as pesquisas de rumo seguro.

De fato, a decisão de industrializar o mais rápido possível o petróleo baiano, embora em volume não avultado, determinou a intensificação dos estudos geológicos na referida região do Recôncavo e, mais ao norte, na área sedimentar que se estende até o Rio São Francisco.

Na execução dos serviços técnicos, ter-se-á de salientar a atuação de elementos contratados no estrangeiro, geólogos de petróleo e companhias especializadas nos vários misteres de geofísica, perfuração e operações complementares, como sejam o traçado de perfis elétricos dos poços — em perfeita colaboração com técnicos nossos, geólogos e engenheiros, cuja formação vem constituindo também um imperativo de interesse nacional. Levantamentos aerofotogramétricos foram continuados para o estudo geológico-estrutural das áreas de-pesquisa.

Além dos quatro campos de petróleo conhecidos, Lobato-Joanes, Candeias, Aratu e Itaparica — dos quais o segundo, de maiores proporções, afigurando-se principal fornecedor de óleo para a refinaria a instalar-se na Bahia — foi revelado, no Recôncavo Baiano, na primeira metade de 1947, novo campo. "Dom João", que logo se manifestou promissor, pela excelência do óleo, mais leve, rico em gasolina e, pela sua formação, a pequena profundidade do solo, o que lhe imprime destacada expressão econômica. Dos cinco poços, aí perfurados até 31 de dezembro, apenas um foi achado seco, acusando os outros a produção média de 300 barris diários.

O campo
"Dom João"

Continuou o plano de desenvolvimento de Candeias, através de novas perfurações, em número de 18 poços, dos quais somente um se encontrou seco, sendo os demais bem sucedidos na produção de óleo.

As reservas de petróleo medidas até o fim do ano compreendem o total de 17.844.500 barris (2.847.280m³).

Quanto ao gás natural, as reservas maiores se encontram no campo de Aratu, com 893.861.600 metros cúbicos, tendo o gás poder calorífico de 9.000 calorias/m³ e pressão de mais de 70 atmosferas na jazida.

Gás de
Aratu

Em Itaparica, contam-se 283.741.500 metros cúbicos e em Candeias 37.804.000 metros cúbicos.

Sobre o gás natural de Aratu, riqueza por excelência desse campo, foi decidido que a sua venda unicamente se destinará a

fins industriais. Foram publicadas em edital, no fim de 1947, as condições em que será fornecido o gás, tendo-se em apreço o interesse público e, em particular, a economia baiana. Em abril deste ano, encerrar-se-á o prazo para o recebimento de propostas.

Em outros
Estados

No Estado de Sergipe foram realizados estudos de detalhes geológicos e levantamentos, a fim de definir estruturas e local poços pioneiros. Perfurações empreendidas por particulares testemunham, em determinadas zonas, apreciável espessura da camada sedimentar, com vestígios de óleo e gás natural.

Na região Maranhão-Piauí, onde já fôra feito em 1946 um reconhecimento geológico geral, sob a direção de paleontologista de renome — o qual concluíra por considerar a região uma das mais interessantes para a pesquisa de petróleo no país — foram também executados, no decorrer do ano transato, reconhecimentos geológicos ao longo de duas faixas, no rumo geral leste-oeste, que se estenderam até ao Estado de Goiás. Tais operações comprovaram a existência de grande espessura sedimentar, além de dobramentos suaves que podem proporcionar estruturas adequadas à acumulação de petróleo e camadas em condições de gerar e conter óleo.

No Pará, os trabalhos na foz do Amazonas objetivaram a verificação do relêvo subsuperficial do embasamento cristalino e; conseqüentemente, da espessura dos sedimentos que o cobrem.

Os técnicos já conseguiram determinar a existência no centro da Ilha de Marajó, de sedimentos com espessura superior a 3.000 metros.

Na bacia do Paraná, no Estado do Paraná, os trabalhos visaram: verificação, por métodos sísmicos, da espessura dos sedimentos desde a escarpa devoniana da Serra de São Luis do Purunã, a leste, até a escarpa basáltica da Serra Geral (ou da Esperança), a oeste; exequibilidade dos métodos sísmicos de reflexão e refração no planalto basáltico, a partir da Serra Geral para oeste. Também foram executados estudos stratigráficos e tectônicos.

Dessas investigações, que prosseguem, é possível que se abra uma área de enormes proporções para a pesquisa, nessa bacia, envolvendo diversos Estados.

Refinaria

No campo dos empreendimentos econômicos, citaremos a refinaria de "thermal-cracking", que vai ser construída na Bahia.

com a capacidade inicial de 2.500 barris diários (400m³), para o nosso petróleo.

Foi escolhida a firma "The U.W. Kellogg Co." para projetar e construir a refinaria, já tendo sido assinado o contrato e obtidos os respectivos recursos financeiros. Terão começo dentro de breves dias os trabalhos da instalação a qual deverá estar pronta em abril de 1949. A capacidade da refinaria corresponderá ao consumo, nos próximos anos, dos Estados da Bahia, Sergipe e Alagoas.

A instalação de oleodutos entre Santos e São Paulo impõe-se sem demora, não só ante a precariedade do transporte na via férrea que serve àqueles dois pontos, como para neutralizar as repetidas faltas de combustível no planalto.

Oleodutos

Concluída a tarefa da Comissão de Estudos sobre Oleodutos, foi contratado, para balancear os estudos feitos e apresentar o projeto definitivo, reputado especialista estrangeiro. Tal projeto já foi entregue, apreciando-se agora a solução mais conveniente para a sua construção e exploração.

Da síntese das atividades no setor do petróleo, no ano de 1947, pode-se inferir a marcha dos trabalhos para o ano em curso, e mesmo o seu desenvolvimento em 1949.

De modo geral, pode dizer-se que, no presente ano, ter-se-á em vista não só o conhecimento que se vem procurando das reais possibilidades do Brasil no que se prende ao petróleo, como também a preparação de uma base sólida para o desenvolvimento e intensificação dos trabalhos de pesquisa e industrialização que até aqui vem realizando o Governo.

A energia elétrica se tornou tão vital em nossos dias que os Governos se viram compelidos a controlar essa atividade, a fim de utilizá-la para maior rendimento social. Dêsse modo, já se enquadraram na esfera pública não só a sua produção, mas também a sua transmissão, transformação, distribuição e fornecimento. Mesmo que tenha sido objeto de concessão, não perde a energia elétrica o seu caráter de serviço eminentemente público. Nem poderia ser de outra forma, já que o moderno estágio industrial se caracteriza essencialmente pela sua utilização, cumprindo aos Governos fiscalizar o que se tornou condição de vida, seja do indivíduo, seja da sociedade.

ENERGIA
ELÉTRICA
Aspectos
gerais do
problema

Devo salientar que o Brasil tem sido, no que se refere a energia elétrica, um país deficitário. A situação, porém, se agravou notável-

mente em nossos dias. E' verdade que para uma localidade beneficiada pelos seus serviços, em 1883, existem hoje, 2.923; a uma usina instalada naquele ano, correspondem hoje 1.810. Todavia, nossa produção de energia elétrica — cumpre admiti-lo realisticamente — está longe de atender aos reclamos da vida econômica nacional.

Registre-se que esta situação não decorre de incompetência ou inércia do Governo, pois que, tanto em obediência à nossa tradição não intervencionista, como em virtude da limitação de nossos meios financeiros, os serviços de eletricidade, no Brasil, têm dependido, quase exclusivamente, da iniciativa particular — cabendo frisar que, em muitos casos, o seu financiamento foi feito por capitais estrangeiros.

Na atualidade, o problema ainda mais se complica, por isto que a segunda guerra mundial impossibilitou, durante longo tempo, a importação de máquinas e aparelhamentos para a instalação de novas usinas geradoras ou ampliação das existentes, e a conseqüente expansão dos serviços de transmissão e distribuição de energia elétrica.

A capacidade instalada nas usinas geradoras, que era de 1.107.000 kW em 1940, passou a 1.365.000, em 1946, registrando-se o aumento médio anual de apenas 43.000 kW.

Não será exagêro afirmar, assim, que o período de 1940-1946 se caracterizou pela saturação de todos os sistemas elétricos e mesmo pela sobrecarga de usinas geradoras, a ponto de o Governo ter-se visto na contingência de autorizar, em muitos casos, a adoção de medidas de racionamento.

No ano de 1947, graças à aquisição de maquinaria e à adoção de providências de caráter prático, verificou-se o acréscimo, realmente auspicioso, de 132.000 kW de capacidade instalada, cujo total passou para 1.497.000 kW, em 31 de dezembro do ano transato.

Essa circunstância provocou certo desfôgo, que logo se pôde observar nos grandes sistemas que servem às duas maiores capitais do país — Rio e São Paulo — onde cessaram, no início do ano em curso, as medidas de racionamento.

Não se pode negar que as empresas concessionárias se têm esforçado por ampliar os seus serviços. No entanto, à vista de terem os países produtores de aparelhagem elétrica de atender a uma procura sem paralelo no mercado mundial, ao mesmo tempo

que se empenham em largos programas de recuperação — temos lutado para vencer condições desfavoráveis, que nos forçam a longos prazos de espera para as entregas de material, retardando irremediavelmente a satisfação de nossas necessidades.

Já foi calculado que a expansão de nossas atividades produtoras exige, nos próximos anos, o acréscimo médio anual de cerca de 200.000 kW, de capacidade instalada. Estima-se também que as necessidades nacionais reclamam investimentos nos serviços de eletricidade que orçam em um e meio bilhão de cruzeiros por ano, dos quais cerca de um terço se empregará em materiais e equipamentos importados.

Diretrizes
governamentais

Não pode o Governo, evidentemente, chamar a si a responsabilidade de um empreendimento de tal vulto: a maior parte dessas inversões terá de provir do capital particular. Cabe-lhe, porém, adotar ou promover medidas de amparo e estímulo à iniciativa privada, propiciando sobretudo a concessão de crédito a longo prazo e a juros módicos, para que aquele afluxo de recursos se verifique normalmente.

Como foi acentuado na Mensagem anterior, é de esperar que tanto as sociedades de capitalização e de seguros, as caixas econômicas, como os institutos de previdência e assistência sociais, encontrem nos serviços de eletricidade aplicação compensadora para seus fundos financeiros, uma vez que a legislação sobre tarifas de energia elétrica lhes garante remuneração certa aos capitais que empregarem.

Está o Governo empenhado em largos estudos, em que se prevêem, preliminarmente, a divisão provisória do país em regiões geográficas, auto-suficientes quanto aos recursos energéticos; em seguida, a construção de novas centrais de grande capacidade, o que é fundamental, dado o fenômeno de concentração da produção industrial; e finalmente, a interligação e coordenação dos sistemas elétricos regionais. Essas medidas implicarão no fomento da distribuição de energia às zonas urbanas e rurais.

Se conseguirmos concretizar na prática o que esses estudos preconizam, teremos alcançado em breve uma relativa auto-suficiência nacional, de que resultará a possibilidade de largo programa de eletrificação rural, fonte de incalculáveis benefícios para a economia agrícola.

A eletrificação rural constitui, como é sabido, um dos meios eficazes de promover e racionalizar a produção agrícola e pastoril, permitindo simultaneamente, ao homem do campo, o conforto oferecido pela moradia em centros populosos. Contribuirá de maneira decisiva para atenuar o êxodo das populações rurais, que tão graves prejuízos vem causando à lavoura e à pecuária.

Cumpra ainda salientar que o Governo está vivamente interessado em desenvolver um programa de estímulo à eletrificação rural, através de financiamentos a longo prazo, proporcionados a cooperativas que se organizarem para executar obra tão útil quanto necessária, em regiões que justifiquem a iniciativa.

Ademais, para atender ao desenvolvimento dos serviços de eletricidade, no ritmo desejável, os órgãos técnicos da Administração elaboraram programas de trabalho, para o corrente exercício, que têm por objetivo a intensificação dos estudos dos cursos d'água e o prosseguimento de estudos outros que dizem respeito aos planos de eletrificação de vários Estados.

Constitui objeto de particular interesse, por exemplo, o plano de interligação e coordenação dos sistemas elétricos dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, de forma a ser alcançado amplo e econômico suprimento de energia nos territórios estaduais, sem perder de vista, outrossim, a possibilidade de troca dos mesmos serviços com sistemas existentes nos Estados limítrofes.

Além do mais, dada a insuficiência com que os mercados estrangeiros estão atendendo às encomendas que lhes fazemos, estuda o Governo, acuradamente, as condições ideais para a implantação imediata, e em bases sólidas, de uma indústria de material elétrico no país, a qual seja capaz de suprir parcela substancial das necessidades do mercado nacional.

Código de
Águas

Quero, finalmente, registrar os estudos a que o Executivo está procedendo para atualizar a legislação sobre águas e energia elétrica, de molde a ajustá-la aos dispositivos constitucionais, introduzindo-lhe do mesmo passo, sem prejuízo dos princípios fundamentais já consagrados, alterações recomendadas pela experiência.

Cogita-se da possibilidade de dividir o atual Código de Águas em dois, devendo um versar exclusivamente sobre águas, e o outro, sobre eletricidade.

A Constituição, como já o havia feito o Código de Águas, prevê o exercício, pelos Estados, do direito de autorizar ou conceder, em seus territórios, o aproveitamento industrial das quedas d'água e de outras fontes de energia hidráulica, satisfeitas as condições exigidas pela lei, notadamente a de possuírem os necessários serviços técnicos e administrativos.

Associados àquele exercício, caberão também aos Estados os encargos de fiscalizar, administrativa e financeiramente, as empresas de eletricidade, proporcionando-lhes a indispensável assistência técnica, realizando observações hidrológicas de cursos d'água, examinando e avaliando o potencial hidráulico e seu aproveitamento industrial, particularmente a transformação em energia elétrica e sua respectiva exploração. Quanto aos municípios, deverão exercer supletivamente a fiscalização qualitativa do serviço de distribuição prestado pelas empresas.

No entanto, à União, além do que já estabelece o Código de Águas, devem ficar reservados certos poderes, entre os quais o de exercer a fiscalização, em grau superior, de todos os serviços de eletricidade, bem como o de aprovar determinados atos das empresas ligadas a entidades fora dos limites estaduais.

Conforme se acentuou na Mensagem transata, a transferência de atribuições, que agora se prevê, sobretudo a descentralização da atividade fiscalizadora, corresponde ao interesse público, sendo mesmo de salientar que, como medida preparatória desse acréscimo de responsabilidades estaduais, o Governo federal já reconheceu como serviços auxiliares do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica vários órgãos das administrações de alguns Estados.

A Administração federal, auxiliada pelos representantes desses órgãos auxiliares e de Prefeituras municipais, está elaborando um conjunto de normas, instruções e regulamentos referentes à fiscalização técnica, contábil, econômica e financeira das empresas de eletricidade.

Ultimados êsses trabalhos, conta o Governo, apoiado no § 3.º do art. 18 da Constituição, delegar aos Estados, que estiverem para isso aparelhados, a fiscalização dos serviços de eletricidade.

Essa providência constituirá mais um passo no sentido de virem a ficar os Estados com o exercício integral do conjunto de prerrogativas previstas no § 3.º do art. 153 da Constituição federal — o que, por certo, possibilitará, dentro de um sistema de estreita cooperação intergovernamental, maior alento à concretização de um plano nacional de eletrificação.

Planejamento regional e valorização econômica
SENTIDO NACIONAL DO APROVEITAMENTO DO SÃO FRANCISCO E SEUS AFLUENTES

A previdência dos constituintes de 1946 tornou exequível o aproveitamento das possibilidades econômicas do Rio São Francisco e seus afluentes, sob a forma de empreendimento obrigatório da União. Nos termos do art. 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, quantia não inferior a um por cento das rendas tributárias federais deverá aplicar-se nessa tarefa, anualmente, durante vinte anos, segundo as diretrizes de um plano a ser traçado e executado pelo Governo federal. Ficaram, portanto, assegurados os recursos, reconhecida a necessidade de um plano, e estipulado o prazo para sua execução, isto é, garantias mínimas indispensáveis contra os perigos de possíveis protelações, divergências de orientação e, sobretudo, descontinuidade no andamento das obras. Sob qualquer de seus aspectos, a valorização econômica da extensa região e a elevação do padrão de trabalho dos seus habitantes é problema que ultrapassa o âmbito dos interesses regionais, para adquirir extraordinária significação nacional. Não era mais lícito protelar a restauração do grande Rio; cumpria, ao revés, restituir-lhe, deliberadamente, as funções históricas que lhe reconheceram os estudiosos: traço de união vital entre o Norte e o Sul do país, fonte de energia hidráulica, celeiro de víveres, condensador de populações. Urgia e urge subjugar as suas águas, regularizando a sua vazão e promovendo a sua utilização racional, a fim de atender à multiplicidade de objetivos do empreendimento: navegação e transporte, irrigação, produção de energia elétrica, reflorestamento e restauração do solo, colonização e industrialização.

Planejamento Regional

Não se devem subestimar, entretanto, as dificuldades dos trabalhos para a sua execução. É a primeira tentativa, em nosso país, de planejamento regional, cujo maior obstáculo não está em projetar determinadas obras e serviços, mas em selecionar e executar os de maior repercussão na vida econômica e social das populações interessadas, condicionado, por outro lado, o início de qualquer obra à existência de suficientes recursos humanos, técnicos e financeiros, para sua realização dentro dos prazos prefixados. Cumpre planejar de acordo com os dados de rigoroso levantamento das condições da área que se pretende recuperar e desenvolver, escolhidos os projetos realizáveis, com absoluto senso prático e ausência total de zelos particularistas ou veleidades regionais. Cumpre planejar de acordo com os dados de rigoroso levantamento das condições da área que se pretende recuperar e desenvolver, escolhidos os projetos realizáveis, com absoluto senso prático e ausência total de zelos particularistas ou veleidades regionais, mas segundo prioridades, decorrentes da própria natureza dos trabalhos, e ordem lógica de urgência.

Retornando ao Vale do São Francisco, em junho de 1947, para estudar as medidas concretas a ser tomadas, em colaboração com o Congresso Nacional, verifiquei a conveniência de promover com urgência o início das obras indispensáveis à valorização econômica do grande Vale e à melhoria do padrão de vida de seus habitantes, mediante criação de condições favoráveis ao desenvolvimento de uma economia regional equilibrada, em que haja oportunidades de trabalho capazes de fixar ao solo as laboriosas populações sertanejas.

*Viagem ao
São
Francisco*

Todavia, o soerguimento dessa região acha-se vinculado ao projeto de lei que institui a Comissão do Vale do São Francisco. O referido projeto encontra-se ainda em fase de discussão no Congresso, tornando-se indispensável acentuar a necessidade de um andamento mais rápido, se possível, dos trabalhos de elaboração dessa legislação orgânica complementar. A lei a ser promulgada deverá ficar isenta de imperfeições, a fim de que possa atender, de maneira definitiva e simultaneamente, às aspirações do povo brasileiro e aos elevados objetivos colimados pela Constituição. A essa Comissão, caberá a maior parcela de responsabilidade na elaboração do plano de aproveitamento progressivo das possibilidades da bacia do São Francisco.

*A Comissão
do Vale do
São
Francisco
Necessidade
de uma
Legislação
orgânica*

Os trabalhos a efetuar são de tal vulto, pela complexidade dos problemas em jogo, que se torna aconselhável organizar e instalar a referida Comissão com a maior brevidade possível, a fim de que a mesma dê início às suas atividades de levantamento das condições regionais, medida preparatória básica à cautelosa utilização dos recursos disponíveis, no sentido de evitar desperdícios, que a economia nacional não pode permitir, e empirismo ou precipitações nocivas ao êxito da iniciativa.

Não é demasiado ressaltar que as proporções do vasto empreendimento, interessando diretamente diversos Estados da Federação e respectivos municípios, constituem legítimo desafio à nossa capacidade de trabalho coordenado, pondo à prova a administração federal e o espírito de cooperação dos diferentes órgãos ou departamentos que intervirão na sua execução. Ademais, é esta, na verdade, magnífica oportunidade para o estabelecimento de laços federativos mais estreitos e para o aperfeiçoamento do sistema de relações entre os diversos níveis de governo. Nem se poderia menosprezar a útil colaboração das populações a beneficiar, cujo apoio constitui condição imprescindível de sucesso.

*Federalismo
ativo*

Trabalhos
em
andamento

Enquanto o Congresso elabora a legislação orgânica, sem a qual não será possível dar cumprimento aos dispositivos constitucionais, foi autorizado o prosseguimento de estudos, projetos e levantamentos diversos, bem como a realização, através dos Ministérios cujos orçamentos consignaram dotações especiais para aplicação no Vale do São Francisco, de obras já programadas. Assim é que prosseguiram os levantamentos aerofotogramétricos, os estudos e obras de pequena hidrografia, a construção de obras de acostagem em diversos portos fluviais, rodovias de acesso, linhas telegráficas, hospitais regionais, saneamento, erradicação da malária, assistência medicamentosa às populações rurais, aquisição de material de dragagem e equipamentos diversos. A navegação do São Francisco mereceu atenção do Governo, estando em exame a unificação das empresas de transporte nas águas do grande Rio.

Aproveitamento de
Paulo
Afonso

Menção especial deve ser feita às obras relativas ao aproveitamento da Cachoeira de Paulo Afonso, a cargo do Ministério da Agricultura. Vão bem adiantadas a construção e a instalação da pequena usina de 5.000 quilowatts que tem como finalidades principais o fornecimento de energia ao Núcleo Agro-Industrial de Petrolândia e o auxílio à construção da grande usina a ser ali instalada.

Essa pequena usina compor-se-á de dois grupos de 2.500 kW, cada um, devendo o primeiro entrar em funcionamento nos próximos seis meses.

O Governo resolveu, ainda, organizar desde logo a Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco, com o objetivo de realizar, em grande escala, o aproveitamento progressivo da Cachoeira de Paulo Afonso, para dotar vasta extensão do Nordeste Brasileiro de energia elétrica abundante e a baixo preço, baseando-se em estudos técnicos e econômicos que vinham sendo feitos desde longo tempo e incentivados durante o curso do ano de 1947.

O seu manifesto de incorporação foi publicado a 11 de novembro desse ano. O capital inicial da Companhia, fixado no diploma legal que autorizou sua organização, é de Cr\$ 400.000.000,00, sendo Cr\$ 200.000.000,00 em ações ordinárias, tomadas pelo Governo federal, e Cr\$ 200.000.000,00 em ações preferenciais, oferecidas à subscrição pública.

Êxito da
subscrição
pública

Esta foi aberta em 1 de dezembro, tendo sido realizado o lançamento oficial da Companhia no próprio Palácio do Catete, em

cerimônia memorável em que me dirigi à Nação, assumindo com ela o compromisso de jamais permitir, nas atividades da Companhia, influências indevidas da política e do regionalismo.

Acorreram à subscrição, cujo lançamento teve intensa e jubilosa repercussão em todo o país, Governos estaduais e municipais, Institutos de Previdência e numerosos subscritores particulares.

Ao ser encerrada a subscrição pública em 15 de janeiro dêste ano, os Governos estaduais haviam subscrito um total de Cr\$ 77.000.000,00, assim distribuídos: Pernambuco Cr\$ 30.000.000,00; Alagoas Cr\$ 15.000.000,00; Sergipe Cr\$ 2.000.000,00 e Bahia Cr\$ 30.000.000,00. Além disso, a Assembléia Estadual de Pernambuco autorizou os Governos municipais do Estado a subscreverem, em conjunto, Cr\$ 20.000.000,00. Os Institutos de Previdência subscreveram um total de Cr\$ 80.000.000,00. A subscrição pública nos Estados mencionados e, mais, na Paraíba, Minas Gerais, São Paulo e Distrito Federal, ascendeu a Cr\$ 26.400.000,00. Êsses auspiciosos resultados demonstram, de maneira irrefutável, a confiança popular no sucesso do empreendimento em que o Governo se tem empenhado com energia, dedicando-lhe apoio irrestrito.

Dentro em breve, a Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco estará definitivamente organizada e apta para iniciar seus trabalhos, visando à redenção econômica dêsse largo trecho do território nacional.

Apesar das dificuldades financeiras do país, que atravessa um período de reconstituição de suas fôrças econômicas, o número de pessoas que acudiram à subscrição, principalmente as de modestos meios, e o aplauso unânime a essa iniciativa do Governo, mostram bem o desejo do povo de colaborar na solução dos grandes problemas nacionais.

A eletrificação rural constitui um meio poderoso de fomento e racionalização da produção agropecuária, ao mesmo tempo que proporciona ao homem do campo o conforto só encontrado nos centros populosos.

*Eletrificação
Rural*

Ela constituirá, sem dúvida, uma das utilizações importantes da energia elétrica a ser gerada em Paulo Afonso. Mas, para isso, será indispensável uma organização adequada da agricultura e da pecuária, na região, visto como a eletrificação rural só poderá ser

realizada economicamente, se houver certa densidade de propriedades rurais.

Serão oportunamente tomadas, para que se alcance aquele objetivo, as providências necessárias, que se conjugarão com outras visando à salubridade da região e transporte seguro e econômico das mercadorias que ali forem produzidas, tanto as resultantes de seu desenvolvimento agropecuário, como as de seu desenvolvimento industrial.

O aproveitamento de Paulo Afonso é, assim, um importante passo, dado pelo Governo federal, no sentido de colaborar diretamente no suprimento de energia elétrica a região que dela necessita com imperiosa urgência. Trata-se do início de uma política energética que visa, de acordo com os ditames da nossa Carta Magna, suprir as deficiências da iniciativa privada, concorrendo, assim, para melhoria das condições de vida do povo brasileiro e aumento de sua eficiência no trabalho.

VALORIZAÇÃO
ECONÔMICA
DA
AMAZÔNIA

Uma das preocupações do Governo tem sido a de obedecer, com o máximo empenho, aos dispositivos constitucionais que vinculam apreciáveis percentagens da renda tributária da União ao soerguimento ou valorização econômica, social e humana, dos Vales do São Francisco e do Amazonas.

A esse respeito, já na Mensagem que acompanhou a Proposta Orçamentária para 1948, ficou acentuado que o Governo federal se adiantará aos resultados finais dos trabalhos das Comissões parlamentares, ao empregar parte daquelas dotações, "deixando, porém, nos dois casos em foco, parcelas substanciais que foram colocadas em disponibilidade, aguardando a discriminação que lhes aproovessem dar as referidas Comissões do Congresso Nacional".

No caso da Amazônia, devem ser tomadas medidas preparatórias, indispensáveis ao início das obras, consistentes no levantamento de suas condições peculiares, inventário dos recursos existentes e elaboração do plano exigido expressamente pela Constituição.

São, pois, por todos aguardados os resultados das atividades da Comissão Especial da Câmara dos Deputados que chamou a si o encargo de enumerar os setores por onde deverão começar os esforços para a valorização da Amazônia. E' de salientar a necessidade urgente da criação do órgão que deve elaborar o plano de

valorização, propriamente dito, a que se refere o art. 199 e parágrafo único, da Constituição. Em conformidade com esse preceito constitucional, cabe ao Governo federal aplicar, durante pelo menos vinte anos consecutivos, na execução do aludido plano, quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária, à qual ainda se devem acrescentar três por cento, reservados, para o mesmo fim, da renda dos Estados, Territórios e Municípios da região amazônica. Quanto mais depressa fôr organizado o plano, selecionados e hierarquizados os projetos — em que se devem inverter os recursos previstos, oriundos dessas rendas especialmente afetadas — tanto maior terá sido a nossa contribuição para resgatar a dívida que a Nação contraiu para com os Estados do Extremo Norte, por tantos anos desamparados de assistência.

Cabe, assim, à Comissão Especial do Plano de Valorização Econômica da Amazônia o elevado encargo de indicar o roteiro a seguir — delimitando a área em que se aplicarão os recursos; desdobrando a cláusula constitucional da “valorização econômica”, de sorte a fixar-lhe o entendimento e, desse modo, os objetivos do plano; criando o órgão capaz de elaborá-lo, nas suas linhas gerais e nas suas especificações técnicas, e de superintender-lhe a execução. Essa é uma função legislativa de mais alta importância, quer nos seus aspectos de orientação política, quer na função fiscalizadora da atuação administrativa que o Congresso naturalmente exerce. Só então poderá o Governo federal, sem ultrapassar os limites de sua esfera de ação e com resultados satisfatórios, dar integral cumprimento aos dispositivos constitucionais relativos à Amazônia, através do órgão técnico — pois, na verdade, a sua existência se impõe — que fôr criado para elaborar e executar, em definitivo, o plano de soerguimento que se tem em vista.

Tanto mais urgente se afigura a necessidade de uma solução adequada para os imensos problemas da Amazônia, quanto é certo que, dia a dia, se agravam suas difíceis condições de vida. Os esforçados habitantes dessa longínqua região se vêem a braços com dificuldades sem paralelo, oriundas de uma multiplicidade de fatores negativos, tais como escassez demográfica; vastidão territorial; afastamento em relação aos grandes centros de produção e consumo do país, o que suscita o encarecimento do custo de produção; economia primária e irracional, de pura destruição de reservas naturais; precárias condições de crédito; estrutura econômica incerta, à mercê das oscilações dos preços das matérias-primas.

Os dispositivos do art. 199 e parágrafo único, embora, à primeira vista, comprometam a latitude da ação dos administradores nos orçamentos federais, estaduais, territoriais e municipais, com percentagens de aplicação predeterminada, facilitam, de fato, os meios que a Amazônia reclama para progredir. Necessário se torna, porém, que sua aplicação seja técnica e organicamente efetuada, visando aos problemas fundamentais de uma região, na realidade pouco conhecida e cuja superfície abrange território equivalente a cerca da metade do país.

Por enquanto, além dos benefícios à conta da ação executiva dos Ministérios, foram empregados todos os esforços a fim de resolver o problema do financiamento dos excedentes da borracha, produto que ainda polariza a vida econômica das unidades integradas na região Norte.

Cresem, destarte, as exigências de esforços coordenados entre o Legislativo e os órgãos administrativos responsáveis, no sentido de atenuar ou conjurar as vicissitudes de sua extrema vulnerabilidade econômica e social, sobretudo quando já existem recursos especialmente reservados, devendo a contribuição federal ultrapassar anualmente a importância de 400 milhões de cruzeiros, tomadas por base as previsões da receita constantes do Orçamento de 1948.

OBRAS CONTRA
AS SÊCAS

O combate aos efeitos das prolongadas estiagens na vasta área do *Polígono das Sêcas* é outro problema de relevância nacional, cuja solução definitiva se encontra na regulamentação do art. 198, e seus parágrafos, da Constituição federal. A defesa contra os efeitos da calamidade que tantos prejuízos causa a diversos Estados da Federação — reduzindo-lhes a capacidade produtiva e fomentando o despovoamento dos respectivos territórios — também deve obedecer, sem dúvida, às linhas gerais de um plano sistemático, cuja elaboração é de encarecer por se tratar de providência inadiável. Para esse caso, já existe uma experiência valiosa a aproveitar, pois há longos anos exerce o Governo federal, nessa região, atividade profícua, embora sem obedecer a qualquer plano de conjunto, que daria aos seus esforços a unidade que até hoje lhes faltou.

Além dos trabalhos de conservação e exploração das obras já construídas na região, prosseguiu o Governo na execução de várias obras de açudagem, rês de irrigação, perfuração de poços tubulares, conclusão e entrega ao tráfego de 240 quilômetros de estra-

das de rodagem. Foram tomadas providências para instalação de uma usina hidrelétrica de 5.000 C.V., com o aproveitamento das águas do açude público *Curema*, no Estado da Paraíba.

Convém, todavia, ampliar e ativar os trabalhos do órgão especializado incumbido de planejar e executar a defesa do Nordeste contra os efeitos das estiagens prolongadas. Urge mesmo reestruturá-lo e reaparelhá-lo, a fim de que possa ser o fiel executor do elevado pensamento que anima os dispositivos constitucionais referentes ao Nordeste.

Necessidade
de um plano
de defesa do
Nordeste

Ao Departamento Nacional de Obras contra as Sêcas incumbe, efetivamente, a grande responsabilidade de promover a recuperação e o desenvolvimento de vasta área do território nacional. As inversões que o Governo federal deve efetuar nessa região exigem, porém, um plano elaborado com rigor técnico e que atenda, simultaneamente, aos diversos problemas de conservação, exploração e fomento dos recursos naturais da terra, sem prejuízo, todavia, dos serviços de assistência econômica e social, destinados à valorização de seus habitantes. Há, portanto, toda conveniência em que se apliquem esses recursos, de modo a obter um máximo de rendimento para cada cruzeiro invertido em obras, bem coordenadas, de açudagem, irrigação, reflorestamento e organização de núcleos agro-industriais.

No discurso que proferi em Petrolândia, no ano passado, frisei que, na luta contra as sêcas, teremos de cuidar, imediatamente, da obra urgente da utilização das grandes massas d'água represadas.

Cumprir a efeito uma política prática de irrigação, pois que a grande açudagem não visava nem visa à simples acumulação do líquido, senão dar-lhe serventia e socializar o seu uso, repartindo-o pela agricultura.

O seu emprêgo racional, com o aproveitamento progressivo de suas múltiplas finalidades úteis, poderá fazer surgir, futuramente, em vastos setores fisiográficos do Nordeste, uma fartura até hoje desconhecida, que permitirá elevar o padrão de vida médio, o que é do maior interesse para a economia nacional.

Ao lado de consideráveis esforços para dar vida aos preceitos constitucionais relativos à valorização econômica de extensas áreas fisiográficas do país — procurou o Governo intensificar a ação do Estado na ordem econômica, a fim de que o Brasil possua, em condições de funcionamento regular, as indústrias de base indispensáveis.

Ação do Estado na
ordem
econômica
SOCIEDADES
DE
ECONOMIA
MISTA

Apesar de obstáculos de toda espécie, oriundos, em parte, da insuficiência de recursos que restringe as nossas iniciativas, impugna-se imprimir maior rapidez ao ritmo da nossa industrialização.

Na Mensagem que acompanhou a Proposta Orçamentária para o corrente exercício, ficou assinalado o fato de que a iniciativa privada ainda não atingira, entre nós, o grau de adiantamento que se observa nas nações altamente industrializadas. Nem cabia tampouco discutir teses acadêmicas acerca das vantagens ou desvantagens da ação do Estado na esfera econômica.

A verdade é que em países como o nosso, a braços com dificuldades de toda ordem — não obstante suas riquezas potenciais e possibilidades de desenvolvimento futuro — cumpre que a ação do Estado se dilate, a despeito da sobrecarga financeira e das responsabilidades que acarreta um ataque coordenado aos mais diversos problemas. Tanto maiores são essas responsabilidades, quanto mais escassos são os capitais disponíveis para investimentos, a curto e a longo prazo, o que prefixa, de maneira inexorável, a necessidade de planejar as inversões, segundo rigorosos critérios seletivos, hierarquização das necessidades públicas e ordem de urgência.

Conforme salientava aquêle documento orçamentário, “há que orientar, acoroçoar, corrigir e, muitas vezes, chamar resolutamente a si a iniciativa dos grandes empreendimentos, de vez que o interesse particular não se aventura até êsse ponto. Passar, no entanto, da atividade de guia e animador para a de empresário nem sempre é aconselhável ou exequível”.

E' de notar que as crescentes necessidades de máquinas, equipamentos, combustíveis e mão-de-obra especializada são índices de desenvolvimento econômico seguro, embora lento, que já se manifesta por uma produção agro-industrial auspiciosamente diversificada. As vantagens de uma descentralização, por outro lado, far-se-iam sentir nas regiões até agora à margem do nosso progresso industrial, proporcionando-lhes, através do aproveitamento local de suas matérias-primas, maior capacidade aquisitiva. Obter-se-ia a ampliação do mercado interno e ao mesmo tempo seria atendida a conveniência de descongestionamento dos nossos parques industriais, o que viria reforçar, por outro lado, os índices da própria segurança nacional.

Dentre os maiores obstáculos aos nossos propósitos de ação mais enérgica, no setor econômico, merece registro, em primeiro lugar, a insuficiência do atual sistema de transportes — ainda desarticulado e desaparelhado, em condições técnicas precárias e incapacitado para atender ao escoamento da produção em qualquer das grandes regiões geográficas do país.

As nossas matérias-primas ainda se ressentem, por sua vez, de custo de produção elevado, devido à coexistência de múltiplos fatores negativos: predominância de práticas rotineiras refratárias à mecanização, baixo rendimento do nosso trabalhador, ausência de um aparelho de crédito especializado e capaz de atender, com presteza, às necessidades de financiamento da produção. A esses fatores negativos há que acrescentar permanente crise de mão-de-obra qualificada, aliada à falta de tradição industrial, surtos de especulação, e desperdícios de toda sorte. Nada, entretanto, conseguirá afastar-nos do objetivo de remover semelhantes obstáculos e dotar o país de meios de produção satisfatórios — hoje, mais do que nunca, imperativo da própria segurança nacional.

Daí o caráter de urgência e o grau de prioridade que merecem quaisquer iniciativas de amparo às empresas mistas, que já se apresentam como um conjunto orgânico de empreendimentos, destinados a consolidar o equilíbrio de nossa estrutura econômica e social.

EMPRESAS
MISTAS

Apesar de erros de origem, cujas conseqüências esperamos eliminar com providências oportunas deve reconhecer-se que esse conjunto de empresas — Companhia Siderúrgica Nacional, Fábrica Nacional de Motores, Companhia Vale do Rio Doce, Companhia Nacional de Alcalis, Banco de Crédito da Borracha e a projetada Refinaria Nacional de Petróleo — constitui fator apreciável no quadro da economia brasileira. Elas se ligam diretamente ao desenvolvimento do país, pela instalação da siderurgia pesada, da indústria mecânica e química, da exploração racional dos nossos recursos minerais, florestais e agropecuários. Além disso, o estímulo a essas empresas e a sua organização contribuirão forçosamente para soerguimento das áreas onde elas se localizam, aumento da renda nacional, reforço ao comércio exterior e apreciável economia de divisas, com a produção local de produtos normalmente obtidos no estrangeiro.

Mas o fortalecimento dessas empresas não faz perder de vista a obrigação que lhes assiste de operar em bases estritamente indus-

triais, cobrindo as suas despesas com recursos advindos das próprias receitas, de maneira que os saldos obtidos compensem os vultosos investimentos efetuados e assegurem melhores índices de capitalização e rentabilidade. Urge, portanto, prosseguir na execução de um programa de saneamento administrativo e financeiro, a fim de aumentar o rendimento de tais entidades, e reduzir-lhes o custo de produção, obtendo assim coeficientes mais elevados de economia e eficiência.

Companhia
Siderúrgica
Nacional

Fato de extraordinário alcance para a economia nacional foi a conclusão, no ano findo, das instalações industriais de Volta Redonda. Os vários departamentos da linha de produção prevista já se encontram em funcionamento regular: coqueria; instalação de recuperação de subprodutos; usina de alcatrão e benzol; alto forno; aciaria (três fornos com capacidade de 270.000 toneladas anuais); laminadores desbastador, de trilhos e perfis, de chapas grossas, de tiras a quente e a frio; instalações de fôlhas-de-zinco e de flandres. Já pode assim a usina abastecer o mercado interno com produtos de consumo garantido, tais como chapas finas e fôlhas-de-flandres. De agora em diante, a produção de Volta Redonda fará melhor sentir os seus benéficos efeitos, contribuindo, cada vez mais, para o fortalecimento da estrutura econômica do país.

Atividades
industriais

Alguns dados numéricos revelam a crescente capacidade produtiva da empresa. No ano transato, o alto forno produziu 175.673 toneladas de gusa; a aciaria, 146.544 toneladas de aço; o laminador-desbastador, 121.708 toneladas de blocos, tarugos e placas; o laminador de trilhos e perfis, 61.579 toneladas de perfilados; o laminador de chapas grossas, 18.435 toneladas; o laminador de chapas finas a quente, 11.481 toneladas; o laminador de chapas finas a frio, 2.847 toneladas. Apreciável foi a produção de subprodutos da coqueria: benzol, tuluol, xilol, nafta solvente, combustível para motor, sulfato de amônio, alcatrão, pixe para pavimentação, naftaleno, óleos diversos, tintas e solventes. Cumpre salientar que da produção total do laminador de trilhos e perfis, 15.354 toneladas correspondem a trilhos entregues às estradas de ferro brasileiras.

Por outro lado, as minas de Santa Catarina produziram, em 1947, 1.030.200 toneladas de carvão; 190.600 toneladas da Companhia Siderúrgica Nacional e 839.600 toneladas das demais.

A Usina de Beneficiamento de Carvão de Capivari beneficiou 827.200 toneladas, produzindo um total de 515.600 toneladas de carvão de tipos diversos. No que se refere aos minérios, as minas da Companhia Siderúrgica Nacional, no Estado de Minas Gerais, produziram 222.700 toneladas de minério de ferro e 9.825 toneladas de minério de manganês.

No setor de navegação, a frota marítima da Companhia transportou 290.469 toneladas de carvão e 15.155 toneladas de carga em geral, contribuindo, dêsse modo, para incrementar a navegação de cabotagem no país.

À medida que os diversos departamentos da Usina entravam em funcionamento, seus produtos eram entregues ao mercado. O volume das vendas no mercado interno atingiu a importância de Cr\$ 183.596.243,20, relativa à venda de produtos de ferro e aço e subprodutos de carvão. A êsse total poder-se-ia acrescentar a venda de carvão beneficiado pela Companhia no total de Cr\$ 69.542.641,50, o que elevaria o valor total da produção da Companhia Siderúrgica Nacional a Cr\$ 253.138.884,70. Entretanto, a renda do carvão beneficiado foi apenas escriturada, à vista da decisão tomada pela Companhia de fazer encontro de contas com a Estrada de Ferro Central do Brasil para pagamento de fretes.

*Atividades
comerciais*

Quanto à exportação de produtos de Volta Redonda para o estrangeiro, é auspicioso o fato de ter sido a Companhia Siderúrgica Nacional consultada por países americanos e europeus interessados em sua produção. Com o intuito de facilitar a importação de trigo, o Governo autorizou a ida a Buenos Aires de um emissário para examinar a possibilidade de colocação de produtos de ferro e aço no mercado argentino. Dêsses entendimentos resultou o fechamento de encomendas no valor aproximado de Cr\$ 106.000.000,00. Outras encomendas, de valor equivalente, estão sendo consideradas, estudando a Companhia o seu atendimento no ano em curso, sem prejuízo do abastecimento do mercado interno.

São animadoras as perspectivas de Volta Redonda. O objetivo primordial da Companhia Siderúrgica Nacional é obter, em 1948, o máximo rendimento possível de suas instalações. O programa para o corrente ano, baseado num acurado estudo das necessidades do mercado, prevê uma produção de 197.400 a 221.400 toneladas de aço, com uma sobra de 39.200 toneladas de ferro gusa

Perspectivas

para venda, além de quantidades notáveis de subprodutos do carvão.

O carvão beneficiado na usina de Capivari, no Estado de Santa Catarina, a ser pôsto à venda para fins industriais, tem, no ano em curso, sua produção calculada em 175.000 toneladas.

A Companhia Siderúrgica Nacional deverá obter em 1948 — calculado o valor de sua produção pelos preços médios de venda vigentes no mercado — uma renda bruta no valor de Cr\$ 790.000.000,00. Grande parte dessa produção já está vendida, como sejam as chapas finas e os trilhos. Para diversos outros produtos, existem mercado garantido e pedidos superiores à própria capacidade da usina, tais como fôlhas-de-zinco e de flandres. No concernente aos perfilados pesados, pretende a Companhia Siderúrgica Nacional incrementar o seu consumo, pela instalação de uma fábrica de estruturas, com os respectivos projetos e orçamento já em elaboração nos Estados Unidos.

Volta Redonda corresponde, portanto, às esperanças dos brasileiros. Com a maior satisfação podemos considerar o Brasil dotado de siderurgia pesada a carvão mineral — fato consumado de incomensurável alcance para o nosso país.

Trata-se, agora, de operar êsse conjunto industrial em condições vantajosas para a nossa economia, objetivo que a Companhia Siderúrgica Nacional se propõe atingir.

Fábrica
Nacional
de
Motores

No decorrer de 1947, tomou o Govêno várias providências para organização definitiva da Fábrica Nacional de Motores, visando suprir as necessidades do país em máquinas e equipamentos para mecanização da lavoura, renovação e desenvolvimento do nosso parque industrial e melhoria do atual sistema de transportes, principalmente rodoviário.

O capital da sociedade é de Cr\$ 400.000.000,00, dividido em dois milhões de ações; um milhão e quinhentas mil ações ordinárias e quinhentas mil ações preferenciais, do valor nominal de Cr\$ 200,00 cada uma. Das ações ordinárias, 875.000 foram integralizadas em bens, pela União, isto é, terrenos, construções e equipamentos da Fábrica Nacional de Motores. Êsses bens tiveram o seu valor fixado em Cr\$ 175.000.000,00 (art. 2.º do Decreto n.º 8.699, de 16 de janeiro de 1946) correspondendo, portanto, àquele número de ações.

Os terrenos que passaram ao patrimônio da Fábrica, situados no quilômetro 37 da estrada Rio-Petrópolis, perfazem uma área de 5,142 hectares. Nessa área foram levantados vários edifícios, alguns deles ainda em construção, e realizadas benfeitorias diversas. A área coberta pelas construções já terminadas é de aproximadamente 50.000 metros quadrados, compreendendo pavilhões, residências, hangar, hotel, aviário, olaria, fábrica de manilhas e refeitório dos operários.

A subscrição pública das ações atingiu o total de 9.220, sendo as demais tomadas pelo Tesouro Nacional. Assim, o Estado supriu a falta da iniciativa privada, subscrevendo a parte do capital que não encontrou tomadores particulares.

A Fábrica Nacional de Motores terá como objetivo essencial a fabricação e reparação de motores, sobretudo os destinados à indústria de veículos, tais como, tratores, caminhões e equipamentos diversos. Trata-se, por isso mesmo, de iniciativa de grande significação para a economia nacional e do maior interesse para a segurança do país.

Dispondo de magníficas instalações em fase de conclusão, de um equipamento moderno e eficiente, é de esperar que a nova indústria possa iniciar a produção, dentro de breve prazo, dos motores de que tanto carece o país, contribuindo, assim, para poupar divisas preciosas e melhorar a situação da nossa balança de pagamentos.

Durante o ano de 1947, a Fábrica Nacional de Motores procedeu à revisão de apreciável número de motores de aviação, serviço esse que vem prosseguindo sem solução de continuidade. Garante-se, deste modo, à aviação comercial do país uma assistência técnica que, via de regra, teria de ser obtida no estrangeiro.

Estão sendo, também, produzidos fusos para a indústria têxtil e, em estágio experimental, equipamentos mecânicos para abastecimento do mercado interno.

A exploração industrial da Estrada de Ferro Vitória a Minas e das jazidas de minério de ferro de Itabira constituem o principal objetivo das atividades da Companhia Vale do Rio Doce.

Para atender a essa finalidade, prosseguiu a Companhia na execução de um programa de obras e melhoramentos, ao qual não foi dado o andamento que seria de desejar por força de vicissitudes de ordem financeira. Esse o motivo que levou o Governo federal a

Companhia
Vale do
Rio Doce

tomar providências decisivas, a fim de evitar o malôgro de um empreendimento destinado a fomentar surto industrial de grande importância para extensa área do território brasileiro.

*Estrada de
Ferro
Vitória
a Minas*

Com a remodelação do traçado, aliada a uma política de compressão de despesas, pôde a Estrada de Ferro Vitória a Minas obter, como resultado financeiro, um saldo de Cr\$ 1.495.432,20. A receita e a despesa da Estrada foram, respectivamente, Cr\$ 58.540.977,50 e Cr\$ 57.045.545,20.

As mercadorias transportadas em tráfego remunerado atingiram 521.915 toneladas, incluídas nesse total 169.485 toneladas de minério de ferro.

*Exploração
das minas
de Itabira*

Apesar de não ultimada a mecanização dos serviços das minas, foi aumentada a produção do minério de ferro, no decorrer de 1947, apresentando os seguintes resultados: minério com 68% de ferro, para exportação, 177.636 toneladas; minério *ganga* para consumo nacional, 10.154 toneladas, ou seja, um total de 187.790 toneladas.

Durante o ano foram vendidas 184.651 toneladas métricas de minério, das quais 175.961 foram exportadas para o estrangeiro através do pôrto de Vitória e 8.690 toneladas para usinas nacionais.

Essas exportações, comparadas com as de 1946, que foram apenas de 40.973 toneladas, representam um aumento de 450%.

Tem havido grande procura do minério de Itabira por diversos países da Europa e da América, o que constitui expectativa favorável para o êxito dos negócios da Vale do Rio Doce.

Obras

No tocante à realização das obras programadas, houve necessidade de limitação drástica, pelo fato de se terem esgotado os recursos financeiros da Companhia. Entretanto, o Governo assegurou a continuidade na execução daquelas que tinham caráter urgente, necessárias à segurança do tráfego da estrada de ferro e à melhoria das condições de trabalho nas minas. Assim, entre outras providências, foram entregues ao tráfego 35 quilômetros entre Treviso e Colatina — o trecho mais precário do velho traçado — e 10 quilômetros entre esta última estação e Santa Joana, ou seja um total de 45 quilômetros de linha. Foi, ainda, concluído o assentamento definitivo de dois compressores elétricos de ar nas minas de Itabira e prolongado o cais em Vitória, o que veio permitir o aproveitamento de uma bôca de carregamento

de minério, do silo para os navios, através da transportadora mecânica.

Para o corrente ano foi elaborado um programa de trabalho cuja execução se tornou possível à vista de se haver aprovado novo aumento de capital da Companhia. O Tesouro Nacional foi autorizado a subscrever a totalidade das novas ações da Vale do Rio Doce, no montante de Cr\$ 350.000.000,00, e dar garantia ao empréstimo de 7,5 milhões de dólares, a realizar com o Banco de Exportação e Importação, de Washington. Os recursos assim assegurados à Companhia, para prosseguimento da sua atividade, serão entregues em 30 cotas mensais. Dentro desse prazo, serão executadas as obras previstas; e a exportação do minério de ferro far-se-á, então, na escala de 1.500.000 a 2.000.000 de toneladas, proporcionando divisas no valor de 10 a 12 milhões de dólares, anualmente.

*Aumento de
capital*

Com o seu capital elevado de Cr\$ 300.000.000,00 para Cr\$ 650.000.000,00, deverá a Vale do Rio Doce levar a cabo todo o seu programa de obras. Para tal fim, serão fornecidos recursos pelo Tesouro Nacional estimados no corrente exercício em Cr\$ 180.000.000,00 dos quais Cr\$ 110.000.000,00 para saldar dívidas, e Cr\$ 70.000.000,00 para obras. Além desses Cr\$ 70.000.000,00 em moeda nacional, a Companhia contará com igual quantia no corrente ano, em dólares, proveniente do referido empréstimo, destinado à aquisição de equipamento e material nos Estados Unidos. Cabe à Companhia, portanto, a responsabilidade de levar avante um empreendimento, iniciado sob os melhores auspícios.

A Companhia Nacional de Alcalis foi constituída em janeiro de 1944 para instalação dessa indústria, mediante a construção, em Cabo Frio, de uma usina destinada à fabricação de barrilha e soda cáustica. A constituição dessa empresa decorreu de estudos, efetuados desde 1942, pelo Instituto Nacional do Sal e Conselho Federal de Comércio Exterior, cujas recomendações acentuaram a conveniência da pronta implantação de uma indústria química de base, imprescindível ao desenvolvimento econômico do país. Conforme foi acentuado na Mensagem anterior, há toda conveniência em fabricarmos tais produtos, indispensáveis às indústrias da metalurgia do alumínio, da extração e preparação de produtos de celulose, do vidro, da saponificação, de tecidos, da refinação do petróleo e várias outras.

*Companhia
Nacional
de Alcalis*

*Importação
de barrilha e
soda cáustica*

Além disso, o consumo de barrilha e soda cáustica tende a crescer paralelamente ao desenvolvimento dessas indústrias; sua produção no país teria repercussões vantajosas no equilíbrio da nossa balança de pagamentos, pelas sensíveis economias oriundas da supressão das importações que ora se fazem em ritmo crescente.

Em 1946, por exemplo, a importação de barrilha atingiu 25.444 toneladas no valor de Cr\$ 23.012.000,00; em 1947, 26.587 toneladas no valor de Cr\$ 41.821.000,00. Quanto à soda cáustica, importamos, em 1946, 26.945 toneladas no valor de Cr\$ 42.382.000,00, e, em 1947, 31.415 toneladas no valor de Cr\$ 148.822.000,00.

Cumpra, pois, encerrar definitivamente o ciclo dos estudos e projetos que se arrastam desde longa data. Assim, decidiu o Governo tomar providências, no ano transato, destinadas à reorganização da Companhia Nacional de Álcalis e afastamento dos obstáculos que embaraçavam suas atividades.

*Reajustamen-
to adminis-
trativo e
financeiro*

O reajustamento administrativo e financeiro dessa empresa compreende medidas preliminares de reorganização interna e compressão de despesas, além de operações destinadas ao aumento do capital. Tal aumento é da ordem de Cr\$ 50.000.000,00, elevando-se, assim, o capital social da Companhia para Cr\$ 100.000.000,00. Ao mesmo tempo, prosseguem as negociações para a realização do empréstimo de 7,5 milhões de dólares, a ser utilizado, principalmente, na compra de maquinaria para a usina.

Simultaneamente com essas providências, diversos serviços estão sendo executados — alguns já concluídos — e que são dignos de nota: estudo do regime das águas subterrâneas na Restinga do Cabo Frio; sondagem geológica do Pôrto do Forno; prospeção dos depósitos de conchas na Lagoa de Araruama, para delimitar a área necessária à extração de 10.000.000 de toneladas; construção de duas salinas-piloto, para experimentação de novos processos com a finalidade de aumentar a produção do sal.

Espera o Governo federal, ainda no corrente ano, ter em pleno andamento a construção da usina para fabricação de barrilha e soda cáustica, cuja localização em Cabo Frio prende-se à ocorrência, nesse local, das matérias-primas essenciais — sal e calcário — a par de outras condições favoráveis.

*Banco de
Crédito da
Borracha*

As atividades do Banco de Crédito da Borracha se encontram intimamente ligadas aos problemas de valorização da Amazônia. Por força das condições econômicas da região a que deve prestar

assistência, mediante criteriosa aplicação dos recursos financeiros disponíveis, essa instituição tem procurado ampliar o seu campo de operações e intensificar esforços em prol da economia dos nossos grandes vales equatoriais.

A produção da borracha brasileira, antes da última guerra, se limitava ao suprimento das necessidades da indústria nacional e de alguns mercados da Europa e dos Estados Unidos.

Borracha

Aquela época, a produção alcançava a média de 16.000 toneladas. As reduzidas safras eram vendidas nas condições vigentes no mercado internacional, prejudicado pela superprodução da matéria-prima, cujos preços sofriam oscilação constante, o que deu margem ao estabelecimento do Plano Stevenson, e, posteriormente, à criação do Rubber Study Group. O extrator procurava compensar essa instabilidade através da exploração nas entressafras, de produtos florestais acessórios como, entre outros, castanha, balata, fibras, resinas, madeiras.

Em consequência da conquista pelo Japão, em 1942, das fontes produtoras de borracha do Extremo Oriente, volveram-se as vistas para a Amazônia, julgada com suficiente capacidade para o abastecimento das indústrias bélicas. Daí os Acórdos de Washington, cuja principal finalidade consistia no aumento da produção e compra da borracha brasileira e produtos manufaturados, como contribuição ao esforço de guerra. Em face das graves circunstâncias defrontadas e da ausência de interesse e de mercado para outros produtos, que não os materiais considerados estratégicos (mesmo porque não havia transporte disponível para aquêles), a atividade da Amazônia se restringiu, por assim dizer, à exploração da borracha.

Aumentos de preços por parte dos nossos aliados, compradores da matéria-prima, tornaram possível ampliar consideravelmente a produção gomífera.

O acréscimo da produção, a par de beneficiamento cuidadoso e padronização do produto, obedeceu ao ritmo impôsto pelas circunstâncias, expresso nas seguintes toneladas: 1943, 22.369 toneladas; 1944, 28.477; 1945, 30.593; 1946, 30.073 toneladas.

Em 30 de junho de 1947, foi encerrada a vigência dos Acórdos de Washington, mas a produção não sofreu solução de continuidade, visto como a Lei n.º 86, de 8 de setembro do mesmo ano, assegurou aos produtores a manutenção dos preços em vigor até 31 de dezem-

bro de 1950. Esse fato contribuiu para que a safra de 1947 fôsse a maior desde os tempos áureos da borracha brasileira, alcançando a cifra de 32.930.525 quilos, principalmente de borracha fina extraída na região amazônica.

Entretanto, já se fazia sentir a influência dos baixos preços do produto no exterior, em consequência do restabelecimento da produção oriental e das comunicações internacionais, aliados à liberação dos estoques retidos, até então, pela dificuldade de levá-los aos centros de consumo.

De elevado custo e tendo um preço fixado de molde a amparar os interesses das regiões produtoras, a borracha brasileira não encontra possibilidades nos mercados internacionais; está, pois, fadada a suprir principalmente as necessidades do mercado interno. Embora a indústria nacional tenha efetuado sólidos progressos, quer na qualidade de seus artefatos, quer no volume da matéria-prima empregada, não chegou ainda no ano findo a absorver a totalidade da produção nacional de matéria-prima.

O valor da produção de pneumáticos e câmaras de ar, em 1947, foi estimado em Cr\$ 749.900.000,00, o que, por si só, justifica a atuação do Govêrno nesse setor da economia nacional. Para o corrente ano, estima-se a produção de pneumáticos, câmaras de ar e demais produtos de borracha em Cr\$ 1.200.000.000,00, representando considerável estímulo ao desenvolvimento das áreas produtoras e daquelas nas quais se processa a sua industrialização. Segundo os dados referentes a 1947, a indústria consumiu cerca de dois terços da borracha extraída no país, apresentando-se melhores as perspectivas para 1948.

Faz-se mister, com relação à borracha, manter uma política econômica capaz de incentivar o aumento da produção nacional de artefatos, o que vem sendo feito através da Comissão Executiva de Defesa da Borracha, criada nos termos da Lei n.º 86, de 8 de setembro de 1947.

Além dessas providências, no entanto, é preciso também reduzir, através da melhoria dos processos de produção, o custo da matéria-prima, elevar o padrão de vida local e eliminar das safras, por meio da seleção e da padronização, os tipos e qualidades inferiores, sem expressão econômica. Obter-se-á, assim, o equilíbrio entre a produção e o consumo industrial do país, evitada a superprodução da matéria-prima, política já preconizada na Mensagem do ano passado e que vem sendo seguida.

Ultrapassada essa fase, poderá o Governo dedicar-se ao estudo e execução de um programa de transformação da produção da borracha, de indústria extrativa em exploração de caráter agrário, dentro das possibilidades técnicas e econômicas das regiões produtoras.

As operações de crédito realizadas pelo Banco da Borracha, no exercício de suas finalidades na economia amazônica, atingiram, de janeiro a dezembro de 1947, a cifra de Cr\$ 217.704.513,00. Efetuou êle compras de borracha num total de 32.930.525 quilos, no valor de Cr\$ 514.594.410,10. Nesse mesmo ano, as vendas feitas à indústria nacional subiram a 15.370.786 quilos no valor de Cr\$ 350.740.520,30. A exportação de borracha para os Estados Unidos da América, em consequência dos Acôrdos de Washington, que vigoraram até 30 de junho de 1947, foi de 9.433.602 quilos no valor de Cr\$ 174.887.043,90. A 7 de agosto — data do último embarque — cessou a exportação.

*Aspectos
financeiros*

O estoque de borracha e látex, existente em 31 de dezembro de 1947, era de 9.287.393 quilos, incluída neste total a borracha que passou de 31 de dezembro de 1946 para o ano seguinte.

A par de suas atividades normais, como estabelecimento de crédito especializado, cabe ao Banco da Borracha colaborar num programa que se deve ampliar consideravelmente, sobretudo nos trabalhos em que se empenha o Instituto Agronômico do Norte, relativos à formação de seringais modernos, ensaios experimentais e estudos sôbre borracha da Amazônia; coleta de toras de madeiras para estudo do valor industrial das espécies locais, com provas tecnológicas de acabamento. O trabalho final, no que se refere às madeiras, será executado pela School of Forestry da Yale University e, tudo indica, despertará interêsse, nos Estados Unidos, pelas madeiras da Amazônia. Deve ainda merecer cuidado a organização de fazendas-modêlo para criação de gado e de pequenos animais, assunto de grande interêsse para o seringueiro, bem como a experimentação de culturas diversas nas praias do Baixo Amazonas, entre elas a do arroz em regime de contrôle de inundação; e ainda a organização e manutenção de trabalhos experimentais sôbre a cultura da juta na mesma zona.

*Atividades
complementares*

O Banco de Crédito da Borracha, aliás, será oportunamente reorganizado, para melhor coordenação com a projetada reforma

bancária — conservadas suas características de estabelecimento de crédito especializado — e com o plano de valorização econômica da Amazônia.

Transportes
e
comunicações

Os nossos meios de transporte e comunicações não correspondem às necessidades das diversas regiões do país, apesar dos esforços despendidos no sentido de elevar-lhes os índices de economia e eficiência. Não cabe reexaminar aqui as causas próximas e remotas da conhecida insuficiência das comunicações e transportes, cujas repercussões sobre a estrutura econômica contribuem para encarecer o custo de produção elevando assim o próprio custo de vida. Grandes distâncias, terrenos acidentados, traçados de condições técnicas precárias, aparelhamento obsoleto, carência de material e fretes elevados, a par de outros fatores de ordem financeira, técnica e econômica, são aspectos do problema que, nestes dois últimos anos, têm preocupado fundamentalmente a Administração. Diante da impossibilidade de resolver prontamente todos esses aspectos, decidiu o Governo levar a efeito um programa de emergência, determinando as providências que se impunham mais urgentemente para melhoria das condições técnicas dos traçados; aquisição de material rodante e de tração; reequipamento das oficinas ferroviárias; ampliação, aperfeiçoamento e conservação da rede rodoviária; aumento e renovação da frota mercante; descongestionamento dos portos; aproveitamento das vias fluviais; desenvolvimento da aeronáutica e, finalmente, expansão dos serviços postais e telegráficos. Com essas providências não se descurou, no entanto, a realização de estudos para um planejamento adequado dos problemas de transportes e comunicações, tendo em vista a solução dos aspectos básicos. De fato, tais problemas exigem soluções de acordo com planos rigorosamente elaborados, para melhor utilização dos recursos disponíveis. A esse respeito, cumpre, outrossim, levar em consideração os justos interesses das unidades federativas, cujo progresso se encontra indissolúvelmente vinculado à reorganização e modernização do nosso sistema de transportes terrestres, marítimos, fluviais e aéreos. Por tudo isso, é que o Governo promoveu a revisão do Plano Nacional de Viação de 1934, adaptando-o às necessidades atuais do país. Trata-se de medida de grande importância, porquanto prefixa os delineamentos gerais e as diretrizes da ação executiva, no tocante a um dos nossos

problemas crônicos, de cuja solução, entretanto, depende a expansão da riqueza nacional.

O ano de 1947 pode ser considerado como um ano de resultados positivos no setor dos transportes e comunicações, registrando-se melhorias sensíveis, com as encomendas feitas de material flutuante e rodante, com as obras e serviços em andamento, com o aumento substancial dos recursos orçamentários para levar a bom termo o programa estabelecido de reaparelhamento e modernização.

Fatos e dados estatísticos revelam realizações concretas no sentido de assegurar mais ampla circulação de pessoas e utilidades, no território nacional. E cumpre assinalar que se tem procurado solucionar o problema dos transportes terrestres — ferroviários e rodoviários — de acôrdo com as diretrizes de uma política de ampla coordenação com as nossas vias fluviais, até agora relegadas ao esquecimento. A par dessa orientação imposta pelos próprios dados de nossa geografia e de nossa história, não foi esquecida a necessidade de concentração de recursos nos empreendimentos de maior urgência, e os imperativos de continuidade da ação executiva.

TRANSPORTES
TERRESTRES

Com a revisão integral das condições em que se encontram as nossas ferrovias, pretende-se atacar, de preferência, os aspectos básicos que dizem respeito ao aperfeiçoamento da rede existente; à interligação dos sistemas regionais isolados; à modernização e reequipamento material. Assim, cogita-se de tornar cada vez mais rigorosas as condições técnicas dos traçados ferroviários, a fim de baixar o custo da tonelada-quilômetro, intensificar o tráfego e obter melhor aproveitamento do material rodante e de tração. A melhoria dos traçados, a eletrificação das linhas cuja intensidade de tráfego justifique essa providência, a substituição da tração a vapor pela Diesel-elétrica, a construção de variantes, a substituição de trilhos, a par de outras providências aconselháveis, proporcionarão maiores índices de rentabilidade, permitindo melhor utilização de cada locomotiva e de cada vagão, assim aumentando a capacidade de tráfego das nossas vias férreas.

Ferrovias

Por sua vez, a conclusão das ligações ferroviárias do Norte com o Centro e o Sul do país, além de constituir o mais importante encargo do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, estabe-

lecerá a vinculação de rédes regionais ainda isoladas, proporcionando continuidade ao sistema ferroviário brasileiro.

O reaparelhamento e a modernização das nossas ferrovias constituem necessidades decorrentes do próprio desenvolvimento geral da nação, tornadas ainda mais imperiosas pelo crescimento do mercado interno. Já em 1945, de acôrdo com os dados levantados nesse mesmo ano, o parque de tração das ferrovias brasileiras era insuficiente para atender às necessidades de escoamento da produção. Havia 35.280 quilômetros de vias férreas em tráfego sôbre as quais circulavam 3.698 locomotivas, 4.064 carros e 54.294 vagões. Para se ter uma idéia das condições dêsse material, basta mencionár que, com relação à bitola de 1,60m — 63,2% das locomotivas estavam fora do limite racional de aproveitamento, sendo que 34% eram inegavelmente sucata.

Com relação às 2.777 locomotivas de bitola estreita, 21,8% tinham mais de 40 anos de serviço; 30,6% entre 30 e 40 anos e 14,7% de 20 a 30 anos. Apesar de terem sido feitas, posteriormente, aquisições de locomotivas que modificaram êsse panorama sombrio, a situação continua precária.

Quanto aos vagões, de então para cá, foram adquiridos e encomendados mais de 8.000, embora as necessidades mais urgentes das várias estradas fôssem calculadas em 20.408 vagões. Essa carência de material decorre em parte das insuficiências e dificuldades de aquisição nos últimos anos, do aumento do tráfego, não substituição de tipos obsoletos, novos prolongamentos e ligações. No tocante às condições de lastro, dormentes, trilhos e oficinas, impõe-se a execução de ampla renovação. Calcula-se que as necessidades atuais de trilhos montam a cêrca de 1.000.000 de toneladas. A modernização das nossas ferrovias contribuirá para adaptá-las aos padrões modernos de exploração econômica de maneira que possam transportar, com mais rapidez, maior volume de carga.

Assinalam-se a seguir, apenas com relação às estradas mais importantes, alguns dados que demonstram resultados positivos das atividades do Governo no ano transato.

*Estrada de
Ferro
Central do
Brasil*

A Estrada de Ferro Central do Brasil, com a próxima inauguração das grandes obras de correção de traçado no ramal de São Paulo e na linha do Centro, terá grandemente aumentada sua capacidade de transporte. Prosseguiram os trabalhos de conclusão das variantes do ramal de São Paulo, cujas condições técnicas per-

mitirão triplicar a lotação das locomotivas ali empregadas e fazer o dôbro da velocidade atual. Pouco falta para conclusão das variantes da linha do Centro, especialmente na serra da Mantiqueira, onde as novas condições técnicas de 1% de rampa máxima, compensada, e 312 metros de raio mínimo, permitirão dobrar a capacidade das locomotivas e aumentar de muito a velocidade dos trens. Prosseguem os trabalhos de eletrificação, devendo ser inaugurado ainda este ano o trecho até Barra do Piraí. Também nos subúrbios de São Paulo, continuam intensos os trabalhos de eletrificação. Foram entregues ao tráfego, em setembro do ano findo, os últimos 90 km do trecho Montes Claros-Monte Azul, na extensão total de 238 km, que coube à Central construir como parte do tronco TM2 do Plano de Viação Nacional, para a ligação Norte-Sul do Brasil. Quanto ao reequipamento, a Estrada de Ferro Central do Brasil recebeu 9 locomotivas elétricas e, ainda no primeiro semestre do corrente ano, deverá receber mais 6, além de 12 locomotivas Diesel-elétricas, de 1.500 H.P. Para o tráfego dos subúrbios de Rio e São Paulo, foram adquiridas na Inglaterra 30 unidades elétricas, de três carros cada uma; no corrente ano, serão construídas no país 20 outras. Para o serviço do interior, foi contratada a construção de 56 carros de aço inoxidável. A fim de atender aos transportes de Volta Redonda, planejou-se a construção de 80 vagões especiais, já tendo sido concluída a dos 6 primeiros. A par de apreciável quantidade de equipamentos mecânicos, cerca de 200 vagões de diversos tipos foram adquiridos ou estão sendo construídos, para transporte de cereais, carne, leite, gado em pé e outras mercadorias. Por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, a Estrada de Ferro Central do Brasil recebeu ainda 50 vagões abertos e 20 fechados, todos para as linhas de 1,00 m de bitola. Em Belo Horizonte, acha-se em fase de conclusão uma grande oficina para reparação de carros e vagões.

O movimento de passageiros, na Estrada de Ferro Central do Brasil, cresceu de 167.928.361, no ano de 1946, para 175.467.593, no ano de 1947, registrando-se, assim, um aumento de 7.539.232, correspondente a 4,5%. A movimentação de mercadorias acusou maior aumento percentual. De 3.658.188 toneladas, em 1946, subiu a 4.083.353, em 1947, com um acréscimo, portanto, de 425.165 toneladas, correspondente a 11,6%. No transporte de matérias primas — minérios e fundentes — para a Companhia

Siderúrgica Nacional, foram utilizados, durante o ano findo, 13.311 vagões que transportaram 739.895 toneladas.

*Outras
ferrovias*

Na Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, depois de nela iniciada a administração brasileira, foram entregues ao tráfego 181 vagões metálicos abertos, e 200 cobertos, de 42 toneladas cada um. Estão para ser recebidos, da Inglaterra e dos Estados Unidos da América, mais 319 vagões metálicos. Entraram em serviço 4 locomotivas Diesel-elétricas, de 1.000 H.P., de procedência americana. Acham-se encomendadas mais 10 do mesmo tipo e potência. Está sendo executada a eletrificação do trecho de Jundiaí a Mooca, com 56 km de extensão, em linha dupla.

A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, recebeu 9 locomotivas tipo Texas e 136 vagões fechados, de 30 toneladas de lotação, além de equipamento para as oficinas centrais, em Bauru. A receita dessa estrada foi de Cr\$ 128.671.999,90, em 1947. A despesa de custeio foi de Cr\$ 127.280.810,90, resultando um saldo de Cr\$ 1.391.189,00.

Com relação à Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, foram realizados estudos para a eletrificação de 250 km, mediante aproveitamento do gás de Aratu. O Departamento Nacional de Estradas de Ferro conseguiu do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários um empréstimo de Cr\$ 130.000.000,00, para custeio do empreendimento, o qual será amortizado com a verba consignada para tal fim na lei orçamentária.

Nas estradas citadas, da mesma forma que nas outras, não se cuidou apenas do aumento do material rodante e de tração, mas de todos os problemas cuja solução lhes proporcionará melhores condições de funcionamento. Além da construção da linha Norte-Sul, o Governo prosseguiu na execução de vários prolongamentos, interligações e outros serviços ferroviários que seria longo enumerar. Realizaram-se estudos de eletrificação e outros projetos de interesse. Cuidou-se, portanto, com todo o empenho, de ampliar e aperfeiçoar a rede ferroviária existente, nos seus diversos aspectos. Na execução de seus encargos, o Departamento Nacional de Estradas de Ferro, investiu, em 1947, Cr\$ 183.850.885,10, pelas dotações orçamentárias; Cr\$ 29.294.968,30 por conta de créditos especiais e Cr\$ 5.812.401,10 pelos saldos dos "restos a pagar" dos extintos planos de obras e equipamentos — ao todo Cr\$ 218.958.254,50, durante o ano.

O Governo federal tem envidado os maiores esforços para recuperar o atraso em que se encontra o setor rodoviário, o qual, só muito recentemente começou a sentir os influxos de uma ação governamental mais enérgica, com a execução da política rodoviária introduzida pelo Decreto-lei n.º 8.463, de 27 de dezembro de 1945. A rigor, os dois últimos anos foram dedicados à implantação do novo sistema e preparação material para uma atividade mais intensa por parte da União. Em 1946, os Estados criaram suas repartições rodoviárias especializadas, organizaram planos regionais e elaboraram programas para o ano seguinte. A Constituição federal traçou as diretrizes gerais a ser observadas e assegurou os meios indispensáveis à continuidade e intensificação das obras nesse setor. O novo regime por ela estabelecido, aliado às medidas implantadas pelo diploma legal de 1945, fez recrudescer as atividades rodoviárias.

Em 1947, a receita total do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem atingiu Cr\$ 834.052.311,65. Para esse total, o Fundo Rodoviário Nacional contribuiu com Cr\$ 756.391.844,80; as dotações supletivas da União foram de Cr\$ 71.000.000,00; as demais fontes atingiram Cr\$ 6.660.466,85. De acôrdo com a Constituição Federal, foi entregue aos Estados e Territórios a importância de Cr\$ 453.835.106,88.

Para o corrente ano, está prevista uma receita total de Cr\$ 1.341.620.000,00, constituída pelo Fundo Rodoviário, dotações orçamentárias supletivas, saldo de exercícios anteriores e rendas patrimoniais diversas. A receita prevista para o Fundo Rodoviário foi calculada em Cr\$ 930.000.000,00, cabendo aos Estados e Municípios 60%, ou seja Cr\$ 558.000.000,00, e os restantes 40%, Cr\$ 372.000.000,00, caberão ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Nessas condições, tornou-se possível incrementar as atividades rodoviárias. Fizeram-se reconhecimentos gerais em 2.230 km e parciais em 500 km. Foram construídos, no decorrer do ano, 350 km. Merecem registro os trabalhos de construção que se estão realizando nas seguintes estradas: variante da Rio-Petrópolis; União e Indústria; Rio-Bahia; Itaipava-Teresópolis; Rio-São Paulo; Curitiba-Lajes; Pôrto Alegre-Uruguaiana; Pôrto Alegre-Jaguarão; Passo Fundo-Vacaria; Florianópolis-Joinville; Ponta Grossa-Foz do Iguaçu; São Paulo-Cuiabá; Aquidauana-Nioaque-Jardim-Bela Vista, com ramal para Pôrto Murtinho; Cuiabá-Vilhena; Rio-Niterói; Be-

lém-Miguel Pereira; e as vias de acesso ao Vale do São Francisco: Januária-Montes Claros; Brumado-Lapa; Itaberaba-Lençóis; Ipirá-Mundo Novo-Xique-Xique; Remanso-São Raimundo Nonato; Glória-Petrolândia e Parnamirim-Petrolina.

Os trabalhos de construção prosseguirão no corrente ano, tendo prioridade os que constam do programa de primeira urgência fixado no Decreto-lei n.º 8.463, de 7 de dezembro de 1945. Prevê-se a conclusão da Rio-Bahia, que se espera inaugurar nos primeiros meses de 1949 e que virá permitir a ligação da rede rodoviária do Sul com a do Nordeste. Aliás, a conclusão dessa estrada é exigência constitucional. Estão sendo intensificados os trabalhos relativos às demais estradas de primeira urgência, prevendo-se a conclusão da Itaipava-Teresópolis; do trecho Garganta Viúva Graça-Ponte Coberta, da Rio-São Paulo, que deverá ficar concluída, inclusive com a pavimentação de sua pista de rolamento; de alguns trechos da nova Rio-São Paulo, cuja pavimentação definitiva, possivelmente, só será feita em 1949; do trecho Curitiba-Rio Negro, da ligação Curitiba-Lajes, no estirão que atravessa o Estado do Paraná; e da pavimentação da atual Rio-São Paulo no trecho Rio-Barra Mansa.

Os serviços de conservação a cargo do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem vêm sendo executados com regularidade, numa rede de 2.500 km.

O serviço de pavimentação, que estivera paralisado em virtude de dificuldades de recursos e de outros obstáculos decorrentes da guerra, foi reiniciado em 1947, tendo sido intensificado nas rodovias Rio-São Paulo, Itaipava-Teresópolis, Porto Alegre-São Leopoldo, Rio-Petrópolis e União e Indústria. A pavimentação foi feita com asfalto, em virtude da crise na produção de cimento.

Foram, portanto, dignos de relevo os esforços do Governo no que se refere aos transportes terrestres. Não devemos, porém, incorrer no erro de exagerado otimismo. Impõe-se, inclusive no interesse da segurança nacional, o estabelecimento de novas e eficientes comunicações que incrementem o intercâmbio entre as diversas regiões geográficas do país e assegurem a continuidade dos transportes terrestres. Não nos devemos esquecer do que ocorreu durante a segunda guerra mundial, quando o intercâmbio se tornou incerto e quase impraticável pela via marítima, de que tem essencialmente dependido até o presente.

A Comissão de Marinha Mercante, levando em consideração o fato de já se encontrar regularizado o transporte de cargas em todos os portos do país, liberou o engajamento de praças, a partir de 10 do corrente mês. Cessou, assim, a distribuição de cargas por essa Comissão, respeitadas, porém, as linhas e viagens expressamente autorizadas, cujas escalas previstas continuam obrigatórias. Subsiste, porém, a obrigação de transportarem os armadores as cargas que forem distribuídas pela Comissão de Marinha Mercante, quando for requisitada praça para cargas do Governo ou de interesse público. O abastecimento público de gêneros alimentícios para os portos consumidores ou distribuidores ficará, entretanto, garantido com a obrigatoriedade de o armador, sempre que os houver, reservar 70% da praça dos navios para tais gêneros.

A renovação da frota mercante com a aquisição de novas unidades e a remodelação de outras — são fatores que contribuíram para corrigir a situação em que se achava a navegação, sem regularidade e sem capacidade de transporte, profundamente desfalcada de material flutuante. Por outro lado, foram bastante melhoradas as condições portuárias e já não ficam os navios, por tão longo tempo, à espera de atracação.

Em 1945, o Lóide Brasileiro possuía 63 navios, dos quais 43 cargueiros e 20 mistos, num total de 285.750 toneladas de carga.

Transportes
marítimos

De 1945 a 1947, o Lóide Brasileiro incorporou aos seus serviços 27 cargueiros, totalizando 157.900 toneladas de carga. Espera-se que, até meados do corrente ano, sejam recebidos os restantes navios já encomendados, em número de 15, num total de 96.300 toneladas de carga. Em 1948, a frota do Lóide deverá atingir 105 navios dos quais 85 cargueiros, deslocando, em conjunto, 539.950 toneladas. Verificar-se-á, portanto, em relação a 1945, um aumento de 42 navios e 254.200 toneladas.

O movimento total do Lóide, no ano transato proporcionou uma receita bruta de Cr\$ 544.311.819,00; foram transportados 68.149 passageiros e 1.289.266 toneladas de cargas.

Para atender os compromissos decorrentes da aquisição desses 42 cargueiros — dos quais já foram recebidas 27 unidades — pagou o Lóide, em 1947, Cr\$ 871.009.276,60: a) à Ingall's Shipbuilding, US\$ 31.607.750,00 ou Cr\$ 591.697.080,00; b) à Canadian Vickers, S/C 31.059.824,20 ou Cr\$ 240.300.765,40; c) à US Maritime

Comission, U\$S 2.083.944,00 ou Cr\$ 39.011.431,20. Com exceção dos pagamentos à Ingall's, que correram à conta do crédito de 38.000.000 de dólares aberto pelo Banco de Exportação e Importação de Washington em 1945, os demais foram feitos pelo Lóide, com seus próprios recursos.

Procurou-se evitar o encarecimento da estiva, bem como alterações nos fretes para transporte por cabotagem; apenas algumas taxas de utilização dos portos é que foram modificadas. Com base nas necessidades do comércio exportador, foram fixadas linhas regulares a ser executadas pelas principais empresas de navegação, através de melhor aproveitamento da tonelagem marítima. Um serviço de navegação com linhas e escalas fixas, além da regularidade do tráfego, assegura normalidade nas praças oferecidas ao comércio de cada porto.

Navegação
fluvial

O aproveitamento da nossa extensa rede fluvial é da maior importância nas regiões do país onde são precários os outros meios de comunicação. Trata-se de empreendimento a ser efetuado em articulação com a rede dos transportes terrestres, através de um planejamento a longo prazo. No caso das bacias do Amazonas e do São Francisco, os órgãos que forem incumbidos de aplicar os recursos reservados pela Constituição, para valorização desses vales, cuidarão de efetuar as obras julgadas necessárias. No caso especial do São Francisco, já se encontra em franca execução programa de melhoria de suas condições de navegabilidade, em caráter permanente.

Os serviços fluviais da Amazônia, do São Francisco e da Bacia do Prata dispõem de frotas obsoletas e inadequadas, de custeio oneroso. Entretanto, sua renovação depende de grandes investimentos e já está sendo devidamente estudada. Foi aprovado o plano do Serviço de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará, para aquisição de novas unidades. A realização desse plano permitirá a melhoria considerável dos transportes na bacia amazônica.

O Serviço de Navegação da Bacia do Prata apresentou um plano de renovação de sua frota, ora submetido ao Congresso Nacional. O programa de aquisição de novas unidades para esse Serviço está na dependência do crédito já solicitado de Cr\$. . . . 50.469.500,00, destinado à compra de 21 embarcações, das 35 cuja obtenção foi aprovada.

Também mereceu atenção do Governo a navegação do São Francisco, estando em exame a unificação das maiores empresas da região.

Tanto a navegação marítima como a fluvial têm sido auxiliadas pelo Governo, por intermédio da Comissão de Marinha Mercante, com financiamentos e empréstimos vários que atingiram, em 1947, Cr\$ 29.198.864,90.

Além de obras e melhoramentos diversos, nos serviços portuários propriamente ditos, cabe referência aos trabalhos de dragagem que o Governo acaba de determinar, por concorrência já realizada, para os portos de Belém, Camocim, Natal, Cabedelo, Recife, Maceió, Aracaju, Rio de Janeiro, Vitória, Niterói, Angra dos Reis, Santos, Paranaguá, Antoniná, Imbituba, Laguna, Pôrto Alegre, Rio Grande e canais interiores da Lagoa dos Patos.

PORTOS

Os portos, principalmente os dois mais importantes, Rio de Janeiro e Santos, se encontravam em estado de congestionamento, retardando a movimentação de mercadorias e retendo prejudicialmente os navios por prazos indeterminados. Por esse motivo, o Governo tomou providências que já começam a surtir os desejados efeitos.

Quanto ao pôrto do Rio de Janeiro, as principais medidas foram as seguintes: ampliação das instalações, mediante a construção, já em execução, do cais do Caju, e a de um pier, na praça Mauá, em ultimação de projeto; aquisição de 21 guindastes, 8 locomotivas, 20 pontes rolantes, 2 carregadeiras mecânicas, 6 caminhões e 10 máquinas de trabalhar ferro; dragagem do pôrto; revisão da tarifa, sem aumento de taxa; revisão dos convênios de tráfego mútuo com a Estrada de Ferro Central do Brasil e a Estrada de Ferro Leopoldina; obtenção de auxílio financeiro dos clientes para custear a execução de obras novas, estando já assegurado, por alguns dêsses, o de Cr\$ 55.000.000,00.

Pôrto de
Rio de
Janeiro

O movimento do pôrto tem sido considerável. Em 1947, a receita atingiu o total de Cr\$ 232.070.620,30 e a despesa... Cr\$ 189.250.434,70. O saldo de exploração do pôrto foi de... Cr\$ 42.820.185,60, com todos os pagamentos de pessoal e material rigorosamente em dia; em dezembro, foi paga aos portuários a percentagem de 10% dos lucros líquidos apurados, a que têm direito, — o que se fizera pela última vez em 1944. O programa

de ampliação das obras e melhoramentos do pôrto do Rio de Janeiro está orçado em Cr\$ 386.308.000,00, e procura-se executá-lo sem auxílio de recursos especiais do Tesouro Nacional.

Pôrto de Santos

Quanto ao pôrto de Santos, foi praticamente debelado o congestionamento, graças às medidas tomadas pelo Governo e à colaboração de tôdas as entidades que nêle interferem ou dêle se utilizam.

A Companhia Docas de Santos, concessionária do pôrto, apresentou um programa de obras que foi aprovado em julho de 1947 e cujo montante é de Cr\$ 489.160.000,00, excluída a dragagem da barra. Esse programa deverá ser realizado até fins de 1950. Por sua conta, foram adquiridos guindastes, empilhadeiras, locomotivas, vagões, tratores e trilhos, e prossegue a construção do cais do Saboó.

TRANSPORTES
AÉREOS

Os transportes aéreos adquirem importância cada vez maior em nosso país, cuja extensão territorial estimula essa tendência. As estatísticas do movimento do tráfego aéreo comercial das empresas brasileiras demonstram o progresso nesse importante setor do nosso sistema de transportes. O número de novas aeronaves matriculadas em 1947 foi superior ao dos anos anteriores: 81 mercantes, 413 de recreio e 3 administrativas.

O apoio governamental ao desenvolvimento da aeronáutica civil fêz-se sentir sem solução de continuidade, através principalmente do incentivo à formação de novos pilotos e do estímulo ao tráfego comercial. Foram preparados, e receberam a respectiva licença, 113 instrutores de pilotagem; expediram-se 759 cartas de piloto de turismo. Foram renovados os contratos para manutenção das linhas amazônicas. Estas, da mesma forma que outras linhas do interior — reconhecidamente deficitárias, mas indispensáveis como meio de intercâmbio entre localidades afastadas dos centros de maiores recursos — continuaram a ser subvencionadas pelo Governo.

No ano findo, a nossa rêde aérea passou a servir a maior número de localidades, em diversos Estados. Por outro lado — além das linhas existentes entre o Brasil e os Estados Unidos, e das que ligam o Rio de Janeiro às Capitais da Argentina, Uruguai, Paraguai, Venezuela e Equador — foram inauguradas novas extensões para Istambul e Cairo.

As atividades dos 286 aeroclubes aumentaram, estimando-se em 120.000 o número de horas de vôo, durante o ano findo. O Ministério da Aeronáutica distribuiu subvenções a 122 entidades, num total de Cr\$ 3.999.500,00, para habilitação de 57 instrutores, 620 pilotos civis e 23 mecânicos.

No campo das comunicações postais e telegráficas, é também notório o melhoramento dos serviços, não obstante o crescimento vertiginoso da correspondência, com o surto inegável das atividades econômicas e aspirações culturais do povo brasileiro.

COMUNICA-
ÇÕES

Com as 16 novas agências criadas em 1947, o Correio mantém hoje 4.803 agências, servidas por 823 linhas postais. Com a melhoria dos serviços, as rendas têm aumentado.

No âmbito das telecomunicações, é de assinalar a construção de mais 762 km de linhas telegráficas, com o desenvolvimento de 1.194 km, servindo localidades dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Estima-se o crescimento do tráfego telegráfico em cerca de 90% sobre o do ano de 1942. Restabeleceram-se as comunicações radiotelefônicas entre Rio e Recife, e Rio e Pôrto Alegre, que estavam suspensas desde julho de 1945.

O Plano Telegráfico Nacional tem já em execução, nas Capitais dos Estados do Rio Grande do Sul, S. Paulo, Bahia, Pernambuco, Pará, Amazonas, bem como no Distrito Federal e Campo Grande (Mato Grosso), linhas de dutos e construção das estações rádio-receptoras e transmissoras para sua nova rede rádio-telegráfica.

A concorrência para execução das duas primeiras etapas (Rio-São-Paulo-Santos e Rio-Vitória-Salvador) da linha tronco telegráfica já foi realizada e o respectivo contrato aguarda apenas a verba cujo andamento está dependendo da aprovação, pelo Senado, do Plano Postal-Telegráfico, votado pela Câmara e vinculado ao aumento de tarifas pleiteado pelo Poder Executivo.

A política que o Governo procura manter, relativamente ao nosso comércio exterior, tem guardado, sempre que possível, justo equilíbrio entre as necessidades internas e as injunções da vida econômica internacional. Se, por um lado, se envidaram esforços no

Comércio
Exterior
DIRETRIZES
GOVERNAMENTAIS

sentido de assegurar à produção pleno desenvolvimento, a fim de abastecer satisfatoriamente o mercado interno; por outro, procurou-se resguardar o comércio brasileiro da concorrência internacional, permitindo-se paralelamente que os excessos exportáveis de gêneros alimentícios ou matérias-primas essenciais melhorassem a situação de nossa balança de pagamentos. Não bastava, porém, adotar essa política, que até certo ponto foi imposta pelas circunstâncias. Cumpria vitalizá-la administrativamente, isto é, tomar providências para que ela se convertesse em fatos e produzisse os frutos desejados.

Coerente com tais pontos de vista, o Governo, antes mesmo de findar a segunda guerra mundial, tomou a iniciativa de realizar estudos sobre as condições gerais do nosso comércio de exportação, perscrutando-lhe as possibilidades no período do após-guerra. Era uma tomada de contato com a vida econômica internacional, no propósito de defender as riquezas brasileiras, em face das repercussões que a reconversão da economia de guerra forçosamente traria ao período de paz. Procuramos, destarte, aparelhar-nos para que, cessadas as hostilidades, tivéssemos razoável conhecimento da conjuntura, podendo estabelecer medidas oportunas em conformidade com os interesses nacionais.

Promoveu o Governo, por essas razões, a organização de várias comissões especiais, constituídas de técnicos e especialistas da administração pública e de organizações particulares, com o objetivo de sugerir as providências mais indicadas. Nem sempre êsses estudos e trabalhos produziram os efeitos antecipados, mas ainda que às vezes se dispersassem ou perdessem, pensa o Governo que não lhe era possível agir diferentemente; a administração não pode mais sujeitar-se à improvisação ou ao empirismo e gradativamente precisa ajustar-se ao que a pesquisa social e econômica apurarem como aconselhável.

Assim, realizaram-se estudos visando à melhor utilização de nossos minerais estratégicos e, dentro desta orientação, através de seus órgãos técnicos, o Governo examinou a questão da industrialização do tungstênio, dos vidros especiais, de óleos vegetais, do quartzo.

Seis anos de privações, impostas pela guerra, exigiam que a satisfação de necessidades, há tanto tempo retardada, fôsse logo atendida pelos países industriais, mormente os Estados Unidos,

cujo esforço de reconversão não pôde, porém, corresponder às ilimitadas esperanças que nêle se haviam depositado. Daí o período do após-guerra ter surpreendido a muitos, pois que se esperava um ímpeto construtivo semelhante ao destrutivo, que o antecederá. O Brasil, mesmo três anos depois de terminadas as hostilidades, sofre com os outros países das deficiências gerais que salteiam a produção mundial.

Não poderia êle fugir, porém, à contingência ditada pelas condições econômicas em que se achava: em virtude da procura acumulada e graças às reservas de que dispunha, iniciou um movimento importador sem discriminação, a fim de abastecer o seu mercado interno. Não havendo, a princípio, critério seletivo nessa importação, ao invés de nos concentrarmos em artigos que fôsem bens de produção, despendemos parte apreciável de nossos créditos em bens de consumo. Não há dúvida que a importação de farinha de trigo e de trigo em grão constitui um índice do próprio desenvolvimento a que chegamos, mas se a sua compra é um imperativo de civilização a que no momento não nos podemos forrar, o mesmo não acontece com outros artigos que figuram em nossa pauta de importações. Inverteram-se, pois, as condições de nosso comércio exterior: a balança comercial que, em 1946, ainda apresentava saldo considerável a nosso favor na importância de Cr\$ 5.200.798.000,00. tornou-se desfavorável em 1947, acusando o *deficit* de Cr\$. 1.609.878.000,00.

Essa situação, que se delineara em meados de 1947, forçou-nos a abandonar a política de livre movimentação de mercadorias e capitais e a adotar medidas de restrição, em defesa dos saldos que ainda conservávamos no exterior, a fim de os aplicar oportunamente em bens de produção e artigos essenciais ao nosso desenvolvimento econômico, no que êle ainda depende de suprimento do exterior.

Desejo assinalar, a êste propósito, a larga compreensão revelada pelo Congresso de quanto era grave a situação que atravessávamos, e os vossos esforços procurando dotar o Governo de instrumentos legais, indispensáveis à sua interferência no domínio das permutas de mercadorias com o exterior. Sem dúvida, graças ao amparo legal, poderá o Governo agora exercer tal ação intervencionista com maior segurança, livre dos sobressaltos que resultariam de recursos judiciá-

rios, intentados com a finalidade de perturbar a execução da sua política econômico-financeira, num setor de incontestável importância, pelos efeitos imediatos que tem sobre a própria situação cambial. As medidas adotadas com o objetivo de orientar as transações do comércio importador certamente produzirão os frutos desejados no ano que se inicia.

O problema do nosso comércio exterior resume-se essencialmente, todavia, no fato de que, para assegurarmos uma regular corrente de exportações para a Europa e para a Ásia, precisamos contar com o recebimento de moeda arbitrável. Na verdade, só essa moeda nos habilitará a utilizar os saldos que obtemos na Europa, pagando as importações e serviços nos Estados Unidos. O Brasil ainda é um país que tem de atender a compromissos decorrentes da aplicação de capitais em seu território, e não pode prescindir, por outro lado, de equipamentos, combustíveis e matérias-primas, necessários à preservação de sua própria exportação. Eis por que se fez o Governo advogar a consecução de créditos em moeda arbitrável, a fim de que cessasse o desequilíbrio de que se ressentia o nosso comércio exterior.

Balança
Comercial

Embora não sejam definitivos os dados da estatística econômica relativos ao ano de 1947, já é possível formular algumas conclusões seguras sobre o comércio exterior do Brasil. Importamos 7.154.174 toneladas, no valor de Cr\$ 22.789.291.000,00, contra uma exportação de 3.781.453 toneladas, na importância de Cr\$ 21.179.413.000,00. Verifica-se, portanto, que o nosso intercâmbio com os demais países se assinalou pela aceleração do movimento importador — fato único na história econômica do país — apesar de a política de comércio exterior, adotada pelo Governo, haver-se baseado na deliberação de condicionar as saídas de mercadorias para o estrangeiro ao prévio atendimento das necessidades do mercado interno.

O desequilíbrio no desenvolvimento da exportação e da importação, se atendermos ao aspecto do valor, deu como resultado a transformação brusca de nossa balança comercial no breve espaço de dois anos. No que diz respeito ao volume, porém, acentuou-se apenas, embora em ritmo acelerado, a tendência que já estava firmada. Em 1946, se o *deficit* quantitativo atingiu 1.398.259 toneladas, em 1947 êle se avolumou tanto que passou para 3.372.721

toneladas, o que explica, aliás, a grande produtividade revelada pelo imposto de importação.

Caracterizava-se o comércio externo do Brasil, em geral, por esse *deficit* quantitativo que se verificava simultaneamente com o *superavit* em cruzeiros. Importávamos uma tonelagem sempre maior do que a que exportávamos, pois preponderavam, no conjunto das compras do Brasil ao estrangeiro, mercadorias de grande peso e de valor unitário moderado, enquanto os artigos de exportação eram de valor médio sensivelmente mais alto.

Registre-se que, em média, no ano de 1947, uma tonelada exportada valeu Cr\$ 5.684,00, ao passo que a tonelada importada chegou a Cr\$ 3.129,00. Todavia, porque a tonelagem importada avultasse desmesuradamente, nem mesmo o excedente do poder de compra da tonelada de exportação conseguiu evitar a ocorrência de uma situação deficitária na balança mercantil.

Acentue-se ainda que a tonelagem importada acusa crescimento pouco inferior a 50%, feito o confronto no biênio de 1946-1947; quanto ao valor, a alta é muito mais sensível, expressando-se em cerca de 80% nos termos do mesmo cotejo.

Dar ao movimento importador maior espírito discriminativo e desenvolver diversificadamente a produção, de modo que possamos exportar muito, sem sacrificar o consumo interno, tal deve ser o lema da política de comércio exterior do Brasil, sobretudo nas atuais circunstâncias. Infelizmente o Brasil passou a ser uma nação deficitária na sua balança comercial. É urgente que se diligencie por libertá-lo dessa condição, atenuando-se progressivamente tal desequilíbrio e o conseqüente *deficit* da balança de pagamentos.

Há, porém, fragilidades inegáveis em nosso intercâmbio e é imperioso que o país se acautele antecipadamente contra o que elas têm de pernicioso. Os recursos de nossa exportação, com efeito, são insuficientes. Não há como fugir ao dilema: ou procuramos novas fontes de exportação ou incrementamos a produção nacional, suprindo o mercado interno com os bens que usualmente importamos. Não pode, porém, perdurar a situação presente, em que o Brasil anualmente se enfraquece com as compras de trigo, por exemplo, para não falar em outros artigos de consumo, deixando de adquirir as máquinas e o equipamento que dia a dia se fazem mais indispensáveis ao seu progresso.

MOVIMENTO
DO COMÉRCIO
EXTERIOR
Exportação

Não há como negar que, fugindo à tendência que lhe foi tradicional de assentar o comércio exterior sobre um número limitado de mercadorias, o Brasil vem realizando nos últimos anos progressos sensíveis no sentido de diversificar a sua pauta exportadora. O café não representa mais a metade, como acontecera até 1939, às vezes até dois terços, do volume de mercadorias destinadas ao consumo externo. Incentivamos o desenvolvimento de outros produtos de exportação, que se constituíram em fontes de produção até certo ponto regulares, conquanto as que já nos eram costumeiras não tenham sofrido quantitativamente com esse progresso. As circunstâncias posteriores ao término da guerra vieram, por outro lado, improvisar novas correntes de comércio, em virtude da necessidade generalizada de abastecimento que se observa em tantos povos.

Reflexos dessa procura de caráter transitório são as vendas de arroz ao estrangeiro, as quais, no biênio de 1946-1947, acusaram aumento preponderante. Na verdade, a uma exportação, em 1946, de 152.051 toneladas, no valor de Cr\$ 385.478.000,00, sucedeu, em 1947, um movimento de 385.478 toneladas que chegou a Cr\$ 682.524.000,00.

Numa exportação global, equivalente a..... Cr\$ 21.179.413.000,00 figura o café com Cr\$ 7.755.099.000,00, o que corresponde a pouco mais da terça parte de todo o valor da exportação do Brasil, no último ano. Atente-se, porém, em que as nossas vendas vêm decrescendo em volume — 1946:..... 15.504.581 sacas; 1947: 14.830.060 sacas — o que foi compensado, no entanto, por um *superavit* de Cr\$ 1.313.636.000,00 a favor do ano findo.

Nossa exportação estruturou-se também sobre o algodão em rama e os tecidos de algodão. Só com estes produtos conseguimos um total de Cr\$ 4.328.792.000,00, ou seja cerca de 20% de toda a importância que o país recebeu, em cruzeiros, pela sua produção exportável.

Café, algodão e tecidos de algodão respondem, assim, por mais da metade do valor da exportação brasileira. Urge prosseguir, contudo, na exportação diversificada para que não sejamos colhidos nas fases adversas dos ciclos econômicos.

Se a tonelagem exportada pelo Brasil aumentou fracamente (118.331 toneladas), quando se consideram os algarismos rela-

tivos a 1946 e a 1947 — em compensação os valores médios flutuaram sempre no sentido da alta.

Recebemos, em média, por tonelada exportada Cr\$ 763,00 a mais, culminando o aumento do valor médio da tonelada nas vendas de cacau e mamona. Subseqüentemente, foram muito favorecidos os tecidos de algodão. No café, a alta do valor médio da saca atingiu a Cr\$ 166,00, ou quase 29%; na tonelada de algodão em rama, a Cr\$ 2.582,00, ou 32%; nos tecidos de algodão, a Cr\$ 27.441,00, ou 55%.

Além do mais, a recuperação dos mercados externos vai influenciando gradativamente no sentido de assegurar melhor distribuição geográfica ao movimento exportador do Brasil. A pouco e pouco, retoma a Europa os seus níveis do poder de compra: enquanto o valor de nossas vendas à América, no biênio considerado subiu de 10%, as aquisições feitas pela Europa se elevaram de 25%. Os dois continentes absorveram cerca de 90% do volume do valor da produção destinada pelo Brasil ao consumo externo.

Tornaram-se evidentes no ano findo os efeitos do descontrôle do movimento importador. Na história do nosso intercâmbio mercantil com o estrangeiro, o surto da importação em 1947 constitui episódio excepcional, sobretudo se atentarmos nas proporções em que se verificou. Enquanto o volume subiu de 2.092.792 toneladas, ou seja quase 50% — no tocante ao valor, o crescimento importou em Cr\$ 9.760.557.000,00, ou seja cerca de 80%.

Importação

Trata-se, com efeito, de uma progressão nas entradas de produtos estrangeiros que teria de determinar profundas repercussões sobre as disponibilidades do país em moeda internacional, com reflexos naturais sobre o câmbio. Ora, para precaver os próprios interesses do povo, é necessário firmar a noção de que o Brasil precisa importar, mas com a finalidade de equipar-se convenientemente, para incrementar a sua indústria e aparelhá-la do que ainda lhe falta. Uma importação, orientada conforme êsse programa, exige a fixação de justos critérios de oportunidade, seleção da natureza e da qualidade dos artigos; exige, em suma, uma hierarquização para que se obtenha a máxima utilidade social com as aquisições. O impôsto de importação, cujas tarifas estão sendo estudadas para oportuna reforma, poderá ser usado como corretivo desse descontrôle na procura nacional.

A importação em 1947, se originou *magna pars* do continente americano, na proporção de 88% do volume global e 77% do conjunto do valor. Cabem aos Estados Unidos 47% do total da tonelagem, correspondendo-lhe 62% da importância em cruzeiros. É digno de nota que o valor da importação originária dos Estados Unidos quase duplicou; o volume subiu de 47%. Depois dos Estados Unidos é a Argentina o segundo mercado supridor do Brasil, com 6% do volume total da importação e 7% do valor global. Embora os mercados europeus estejam recuperando sua capacidade de suprimento, só forneceram 10% da tonelagem e 22% do valor da importação do Brasil. Contribuíram decisivamente para os aumentos na tonelagem e no valor o grupo de importações representado pelas máquinas, aparelhos, ferramentas e utensílios, quanto ao valor; o carvão de pedra, a gasolina e a farinha de trigo, no que se refere à quantidade.

É de esperar que a industrialização do Brasil, que se vem processando em vários setores de modo tão auspicioso, determine novos deslocamentos nas correntes importadoras, passando o mercado interno a ser abastecido pela produção nacional, apesar de esta exigir, para a sua própria expansão, que as aquisições no estrangeiro se diversifiquem à medida que a nossa indústria se torna mais perfeita.

Uma referência final cabe às nossas aquisições de farinha de trigo e trigo em grão, sobre as quais, de resto, já houve ensejo de notar, em outro passo desta Mensagem, alguns fatos expressivos. No conjunto, essas mercadorias representaram uma importação de 826.449 toneladas, no valor de Cr\$ 2.489.570.000,00. O simples registro destes dados de estatística do comércio externo revela a posição crítica em que se encontra a balança de pagamentos do país. A redenção econômica brasileira terá, forçosamente, de partir do incremento à produção tritícola, a fim de que uma parte tão ponderável da renda nacional não se encaminhe para o exterior, deixando de incorporar ao patrimônio da Nação qualquer elemento reprodutivo.

Balança de
pagamentos

A idéia diretriz dos planos econômicos, que se vêm elaborando nos países economicamente mais evoluídos, consiste no soerguimento do comércio internacional, já que a estagnação do intercâmbio redundaria em inflação e depressão econômica para qualquer país exportador. Não foi outra a tese que o Governo brasileiro sustentou na recente Assembléia das Nações Unidas, em favor

da moeda arbitrável para os países exportadores, contrapondo-a como solução econômica ao congelamento de moeda. Se insistimos nessa orientação é porque o Brasil sempre foi um país deficitário na balança de pagamentos: os créditos resultantes da exportação não representam recursos bastantes para atender aos débitos correspondentes à importação e à transferência de capitais estrangeiros ou de seus juros.

Alguns anos atrás generalizara-se a crença de que as nossas contínuas exportações durante o período de guerra haveriam de preparar uma perfeita estabilidade para as nossas importações no futuro. Tratava-se, por certo, de uma conclusão insuficientemente apoiada pelos fatos ou por uma análise atenta de nossa balança de pagamentos.

Tendo em vista estas circunstâncias o Governo vem procurando insistir numa política de retração de exportações a crédito indefinido.

Ainda assim, porque não fôsse aconselhável seguir uma política unilateral e movidos de boa vontade para com países em crise aguda, assinamos tratados dos quais alguns agora nenhuma vantagem representam para o Brasil. Pensa o Governo em denunciá-los oportunamente, já que não mais subsistem as circunstâncias que presidiram a celebração desses acórdos.

Os mais antigos desses atos internacionais são o Acôrdo de Pagamentos e o Acôrdo de Resgate, concluídos no Rio de Janeiro, a 8 de março de 1946, por troca de notas, com a França, cujo prazo de dois anos (vencido a 8 de março) possibilitou que as liquidações fôssem efetuadas por intermédio de duas contas em francos franceses.

Das disponibilidades da primeira conta, no fim de cada mês, transferiam-se até 60% para crédito do "Fundo de Liquidação". O saldo era creditado na segunda conta, mas uma vez que o Banco do Brasil só pode solicitar o reembolso deste saldo credor, quando êle utrapassar o equivalente, em francos franceses, de vinte cinco milhões de dólares, e somente quando o Fundo de Liquidação estiver integralizado (no total de US\$ 19.320.000), infere-se que o Governo do Brasil concedeu ao da França um crédito de igual valor, cuja utilização, porém, depende essencialmente da capacidade exportadora da França.

Cabe, ainda ressaltar o Acôrdo Provisório entre o Banco do Brasil e o Banco de Inglaterra, firmado em Londres, a 29 de abril

de 1947, até que se ultimem as negociações reiniciadas pela Delegação Britânica, que chegou recentemente a nosso país.

Por êsse Acôrdo, o Banco do Brasil voltou a comprar esterlinos, provenientes de exportação de mercadorias brasileiras destinadas à Área da Libra. Em virtude dos entendimentos havidos naquela ocasião, ficou estabelecido que o valor dos nossos créditos congelados na Inglaterra ascendia, a 1.º de abril de 1947, a £ 61.500.000. A 30 de junho do mesmo ano, descia a £ 57.155.105, caindo para £ 54.943.646, a 31 de dezembro último.

Ainda como indício do esforço que estamos desenvolvendo no sentido de ajudar, dentro de nossas possibilidades, as nações vitimadas pela guerra, ressalta o Tratado de Comércio com a Tchecoslováquia, em que o Brasil dispensou àquele país tratamento incondicional e sem restrições, de nação mais favorecida. Foi o tratado firmado pelo prazo de dois anos, tendo início sua vigência provisória a partir de 15 de novembro de 1946.

Todos os pagamentos entre o Brasil e a Tchecoslováquia pelo Ajuste de Pagamentos, serão levados a uma conta em coroas tchecoslovacas, no Banco do Brasil e no Banco Nacional da Tchecoslováquia. Para a importação de produtos brasileiros, o Banco do Brasil abriu um crédito até o valor de U\$S 20.000.000, para utilização no prazo de dois anos (a vigência do Ajuste é indefinida, só podendo ser denunciado a partir de 15 de novembro de 1948). O reembolso do crédito utilizado, porém, só será iniciado a partir de 1.º de janeiro de 1951, em parcelas anuais de 1/5 do saldo da conta no Banco do Brasil, no fim do quinto ano da vigência do Ajuste, acrescido dos juros relativos ao ano imediatamente anterior.

Como a Tchecoslováquia nos tem remetido mercadorias em volume insatisfatório, o acôrdo corresponde, na realidade, a um empréstimo de U\$S 20.000.000, a prazo de onde anos, pagável à razão de 20% ao ano, a partir de 1.º de janeiro de 1952. O saldo credor do Banco do Brasil, em 31 de dezembro de 1947, era de 793.090.205 coroas tchecoslovacas.

A mesma política mantivemos com respeito à União Belgo-Luxemburguesa: o Acôrdo de Pagamentos e Ajuste Comercial que foram concluídos, por troca de notas, no Rio de Janeiro, a 17 de maio de 1946, estabeleceu que todos os pagamentos entre o Brasil e a Zona Monetária Belga seriam feitos somente em francos belgas. Assim que o saldo excedesse de 10 milhões de francos belgas, o credor (Banco do Brasil ou Banco Nacional da Bélgica) poderia

solicitar por parcelas mínimas de 5 milhões de francos belgas, a conversão e o pagamento do excedente, em ouro livre ou em dólares.

O Acôrdo estabelece ainda que, uma vez terminado ou expirado o prazo da denúncia, passará a vigorar uma tabela de amortização, que será do prazo máximo de 3 anos, para efeito de liquidação integral do saldo apurado por ocasião da denúncia. Como resultado, a 31 de dezembro de 1947, o Banco do Brasil era credor de 1.222.925.841 francos belgas.

O Governo estuda presentemente a situação desses acôrdos, ponderando a possibilidade de prorrogar uns e denunciar outros.

Apesar de todos os esforços, as limitações que cercam a produção brasileira exportável e as necessidades dos países assolados pela guerra levaram nossa balança de pagamentos a um forte desequilíbrio, de que decorriam, sem dúvida, sérios prejuízos para a situação cambial do país.

SITUAÇÃO
CAMBIAL

Cumprе salientar, no entanto, que as causas determinantes do desequilíbrio atual ainda se originam em parte da crise econômica de 1929. Tão graves foram as suas repercussões em nossas finanças naquela época, que determinaram a suspensão do pagamento dos juros e amortização de nossa dívida externa e a adoção de medidas de restrição, que culminaram com o estabelecimento do monopólio cambial do Estado.

As experiências de câmbio semi-livre, que tentamos em 1934 e 1937, não surtiram o efeito previsto, de forma que a situação corrente foi alterada com a superveniência do estado de guerra na Europa, que levou a uma quase completa paralisação o movimento de nossas importações.

Entramos, assim, num involuntário regime de economia forçada, que possibilitou o acúmulo de saldos apreciáveis no exterior, ocasionando esse fato a ilusória impressão, já antes mencionada, de que por muitos anos estaríamos a coberto de crises cambiais semelhantes às anteriores.

O período do após-guerra, no entanto, veio desmentir expectativa tão otimista, pois, em verdade, mais uma vez o desequilíbrio do comércio internacional atingiu diretamente o Brasil que, a exemplo de outros países, se vê a braços com a escassez de dólares ainda mais agravada com a inconvertibilidade da libra esterlina.

Eis por que fomos compelidos a medidas restritivas, convencidos da necessidade de disciplinar a importação para conservar nossas reservas em ouro.

Com êste objetivo, adotamos em 1947 as seguintes medidas saneadoras: suspensão do fornecimento de cobertura cambial aos bancos (2 de junho de 1947); sujeição das remessas de câmbio, de qualquer natureza e para qualquer fim, ao regime de visto prévio (3 de junho de 1947); restabelecimento da entrega compulsória ao Banco do Brasil de 30% das compras de câmbio, efetuadas pelos demais bancos do país, em moeda arbitrável (10 de junho de 1947).

Em consequência desta última medida, foram estabelecidas as seguintes condições para as operações cambiais:

— Atendidos os compromissos do Governo, o Banco do Brasil fornecerá coberturas, obedecendo ao seguinte regime de prioridade:

- a) importação de artigos essenciais e de interesse nacional;
- b) remessa de *royalties*, juros, lucros e retorno de capitais, nas condições estipuladas nos arts. 6.º e 8.º do Decreto-lei número 9.025, de 27 de fevereiro de 1946;
- c) despesas de manutenção, viagem e produto de venda de passagens;
- d) mercadorias não compreendidas na primeira categoria;
- e) auxílios, donativos e remessas para outros fins e excessos sobre as percentagens fixadas no Decreto-lei n.º 9.025 para juros e retorno de capitais invertidos no país.

Posteriormente, reconheceu-se que a percentagem de 30% era insuficiente para atender às necessidades do Governo e da importação cuja cobrança fôra confiada ao Banco do Brasil. Estudado convenientemente o assunto pela Superintendência da Moeda e do Crédito, foi resolvido elevar aquela percentagem para 75%, o que se fez a 8 de janeiro dêste ano. Em consequência das medidas citadas, atenuamos a evasão de nossos recursos, do que redundou fortalecimento de nossa situação cambial.

Segundo consta do balanço do Banco do Brasil, de 31 de dezembro de 1947, a posição da Carteira de Câmbio daquele instituto bancário apresenta resultados já promissores.

Montam a Cr\$ 7.096.396.435,50 as reservas correspondentes a ouro fino, depositados em nossos cofres e no Federal Reserve Bank.

Situação
Financeira

COMBATE À
INFLAÇÃO

O saldo orçamentário que o Governo alcançou, graças a regime de rigoroso cerceamento nos gastos, secundado por uma auspiciosa progressão nas rendas ordinárias, foi uma das forças mais ponderáveis no restabelecimento inicial da ordem financeira do

país. Sem dúvida há que enumerar outros fatores, nesse combate resoluto e sem tréguas à inflação. A absorção de parte das receitas da exportação, a disciplina do crédito bancário e, indiretamente, a própria importação — que drenou sem ordem nem sistema a grande abundância de cruzeiros que afluiu às mãos dos consumidores em 1946 — podem ser arroladas entre as outras forças que cooperaram no sentido de reerguer a vida econômica nacional.

Para que se faça, porém, um juízo acertado dos ingentes esforços do Governo ao pôr em execução essa política econômico-financeira, cumpre que se examine, primeiramente, a sua atuação estancando o surto emissivo, o que constituiu a fundamental medida para debelar a inflação. E tanto mais notável foi o fato quanto se sabe que, em outros países, notadamente nos Estados Unidos, o ano de 1947 se revelou fértil na ascensão dos preços, ao passo que o nível geral dos mesmos, entre nós, se é verdade que se não estabilizou uniformemente, pelo menos declinou em setores parciais, ou não cresceu segundo o ritmo que lhe fôra habitual em 1945 ou 1946.

A cessação da desvalorização interna do cruzeiro, a par do decréscimo do valor interno de outras moedas, dentre as quais o dólar, garantiu ainda que a nossa moeda alcançasse uma relação de poder de compra mais equilibrada no comércio internacional. A grave situação européia, todavia, que vem dificultando notavelmente o financiamento da produção nacional de mercadorias exportáveis, e a falta de um Banco Central, que permita discriminar com maiores possibilidades de êxito a política de crédito, são fatores que retardam a colheita abundante dêsse trabalho já encetado e que tem por fim neutralizar os males decorrentes da desproporção dos meios de pagamento em relação aos frutos da atividade produtiva.

Se as medidas de ordem financeira ou fiscal são o caminho que se abre naturalmente a um governo que deseja enfrentar o problema da inflação — providências de natureza econômica, destinadas a levantar o tónus da produção do país, têm de ser o seu complemento lógico. O excesso de meio circulante continuará pesando indefinidamente se não fôr absorvido, a pouco e pouco, pela expansão econômica — vale dizer, pelo aumento da produção — assistida pelas facilidades decorrentes da adoção de moeda arbitrável — medida que, em verdade, se impõe, pois é a única que dará estabilidade às nossas correntes exportadoras.

Já se observou, no entanto, que se em geral a inflação vai ganhando o organismo econômico lentamente, ainda mais vagarosa é a extirpação de suas conseqüências, máxime em um país, como o Brasil, onde as grandes iniciativas, ou os empreendimentos que só produzem dividendos depois de longos anos, precisam invariavelmente da assistência solícita do Governo, que não pode contar com a remuneração imediata do capital investido.

E' óbvio, portanto, que há necessidade de dotar o país de meios de produção mais fáceis, através do aumento do fornecimento de energia elétrica, do reaparelhamento dos transportes e da intensificação da exploração do petróleo. Não convém, todavia, que nos precipitemos. São essas questões de tal vulto e complexidade que se não compadecem com a primeira solução aventada. Trata-se de um plano de empreendimentos que exigiria a contribuição irrestrita de capitais estrangeiros, seja por meio de instituições como o Banco Internacional de Reconstruções, seja pela iniciativa puramente particular. Importa agora fixar as condições de aceitação desses capitais, que podem ser generosas, desde que fique provado à saciedade que os serviços dos capitais estrangeiros serão investidos na produção do país, ou que nêles permanecerá a maior parte do acréscimo da renda nacional proveniente dessa aplicação.

MOEDA

A importância de papel moeda em circulação, a 31 de dezembro de 1947, era de Cr\$ 20.394.535.765,50, o que representa uma redução, em relação ao montante que existia na mesma data, em 1946, de Cr\$ 94.836.515,50.

Dir-se-á que é uma diminuição de parca significação, se se considerar o valor total do meio circulante. Dir-se-á sobretudo que não se tendo alterado decisivamente as condições gerais dos transportes e comunicações e persistindo em muitos casos as dificuldades de produção, não é de espantar que os efeitos da inflação ainda perdurem, encontrando campo livre para seu desenvolvimento, sem que haja promessa de mudança na situação financeira. Continuar-se-ia, a juízo de muitos, nas mesmas dolorosas condições que nos paralisavam o progresso um ano atrás: as riquezas não se movimentam nem circulam, e a atividade produtiva da Nação se entibia na pleora dos meios de pagamentos.

Há, evidentemente, nessa crítica, elementos de verdade, que seria inútil e insincero tentar obscurecer, mas a maneira por que ela é apresentada não leva em conta as etapas iniciais, que já foram vencidas, no processo de saneamento financeiro do país.

A inflação em fins de 1946 atingira o auge e, embora durante o ano se tivesse acrescentado à circulação um volume de papel moeda inferior ao que se havia lançado em 1945, ainda assim êle importou em Cr\$ 2.959.000.000,00. O meio circulante passara, pois, de Cr\$ 17.530.000.000,00 para a enorme cifra que ainda hoje retarda o nosso desenvolvimento, conquanto se tenha promovido, com a pequena redução que de início se referiu, o primeiro movimento efetivo para fazer baixar a maré montante inflacionária.

A crítica não atenta, contudo, no fato positivo de que durante o ano findo foram sustadas as emissões de papel moeda de significação real, as quais eram a primeira e principal causa de nossa desorganização econômica e financeira. Não atende também ao fato de que, paralelamente à cessação do surto emissivo, também se procedeu à disciplina do crédito bancário, mediante cerceamento ainda mais severo da moeda bancária. As restrições de crédito, que se têm procurado fazer em conformidade com um critério seletivo, às vèzes porventura falho, não foram, porém, restrições inteiramente indiscriminadas e a própria ação da Caixa de Mobilização Bancária e da Superintendência da Moeda e do Crédito o comprova.

Reforçando essa política de auto-disciplina, a compressão das despesas públicas e a produtividade das Rendas Tributárias permitiram que o exercício de 1947 se encerrasse com um saldo orçamentário de quase meio bilhão de cruzeiros, desafogando, assim, o Tesouro Nacional no que tange a recursos financeiros.

Temos procurado fazer de nosso sistema bancário um instrumento do progresso econômico, assegurando-lhe, dentro da legislação vigente, disciplinadora da matéria, as facilidades que se tornem necessárias. Neste sentido, durante o ano de 1947, nossa política bancária continuou a merecer cuidados especiais, com o objetivo de preservar interesses de relevância para a Nação.

A Superintendência da Moeda e do Crédito tem sido o órgão controlador das atividades bancárias, competindo-lhe orientar, fiscalizar e inspecionar os estabelecimentos bancários, intervindo nos mesmos quando necessário, com poderes para lhes requerer a falência, promover a liquidação extra-judicial, substituir as respectivas diretorias ou promover quaisquer medidas aconselháveis pela

BANCOS

situação. Em suma, é o órgão que interpreta e vitaliza a política bancária.

Seus órgãos auxiliares são a Carteira de Redescontos e a Caixa de Mobilização Bancária, que agem como válvulas de segurança. Valem-se da primeira, os bancos que realizam operações a curto prazo sobre efeitos comerciais; da segunda, os que realizam operações a longo prazo ou que, por qualquer circunstância, imobilizaram ativos primitivamente de curto prazo, ou ainda os que, em épocas de crise, tendo sofrido prejuízos, necessitam de empréstimos e possuem valores ou bens para oferecer em garantia. Tanto a Carteira de Redescontos como a Caixa de Mobilização só operam em casos de emergência, embora seu trabalho saneador venha sendo contínuo e invariável.

Conseguimos através desses órgãos controladores reduzir a proporções mínimas, especialmente no correr do segundo semestre de 1947, uma crise bancária que se vinha agravando de longa data, a ponto de alguns dos seus sintomas indicarem a iminência de verdadeira catástrofe, que felizmente foi evitada a tempo.

As operações da Caixa de Mobilização Bancária que, em junho de 1947, atingiram a cerca de Cr\$ 793.006.000,00, elevaram-se, em dezembro, a Cr\$ 1.472.197.000,00. De junho a dezembro houve, portanto, um aumento de aplicações correspondente a Cr\$ 679.191.000,00. Essas operações têm, contudo, garantias diversas na importância de Cr\$ 2.584.476.991,60.

Ademais, logramos refrear essa tendência inflacionária, através da atuação da Caixa de Mobilização conjugada a medidas de retração, do que resultou um aumento considerável de depósitos. Registre-se que, segundo os dados que se enumeram em Relatório do Senhor Ministro da Fazenda, entre 31 de dezembro de 1946 e 31 de outubro de 1947 houve, no Brasil, um aumento geral dos depósitos bancários no valor de Cr\$ 1.537.706.000,00. A volta dessa apreciável importância às caixas dos bancos demonstra o sentimento de confiança que a ação do Governo vem inspirando à opinião pública.

REFORMA
BANCÁRIA

A evolução econômica no último século trouxe uma transformação substancial à organização dos bancos, por isto que o Estado não se limita apenas a discipliná-los, mas, a pouco e pouco, se tornou o maior interessado nessa modalidade de empresa. A expe-

riência vem demonstrando, com efeito, que o Governo Federal não pode continuar neutro ou mero espectador em questões bancárias. Sua participação é um imperativo que decorre do próprio desdobramento das funções estatais.

A reforma bancária, ora ainda em discussão na Câmara dos Deputados, interessa, na verdade, tanto à economia privada quanto às finanças públicas. Representa ela aspiração que, de longa data, se vem impondo a todos os espíritos seriamente preocupados com a freqüência das crises monetárias e a desorganização do crédito nacional.

Sem dúvida, o ponto cardeal da reforma é a criação de um Banco Central — banco dos bancos — empreendimento já várias vezes tentado entre nós, e que foi parcialmente coroado de êxito com a criação, em 1945, da Superintendência da Moeda e do Crédito, que vem prestando relevantes serviços, mas não tem as atribuições nem pode ter a amplitude de ação de um banco central. Seu fim é preparar a organização dêste e desempenhar-lhe outras funções até que seja instalado. A Carteira de Redescontos do Banco do Brasil vem suprindo também entre nós as falhas decorrentes da inexistência de um Banco Central — verdadeiro elemento catalizador da economia nacional.

A criação de um banco central não resolveria, contudo, tôdas as falhas de nosso incipiente sistema bancário. Cumpre que o desenvolvimento de nossas atividades econômicas também seja assistido de maneira mais eficaz pela ação de bancos especializados, já que até foram previstos no art. 150 da Constituição. O anteprojeto, além do Banco Central, que será a cúpula do sistema, prevê, com efeito, a criação dos seguintes bancos: Hipotecário, Rural, Industrial, de Investimentos, de Exportação e Importação. O Banco do Brasil será reformado e passará a exercer a sua função própria de banco de depósitos e descontos, que já é o seu objetivo pelos atuais estatutos. As suas Carteiras especializadas de crédito rural, crédito industrial, exportação e importação, que funcionam por conta do Tesouro Nacional e sob a responsabilidade dêste, serão transferidas para os respectivos bancos especializados. A Superintendência da Moeda e do Crédito, a Carteira de Redescontos, a Caixa de Mobilização Bancária e a Carteira de Câmbio serão absorvidas pelo Banco Central.

A reforma projetada teve ampla divulgação pela imprensa, a fim de sofrer a crítica dos interessados e estudiosos. Foram em

grande número as sugestões recebidas de todos os banqueiros do país, as quais muito contribuíram para melhorar o primitivo anteprojeto, que só depois foi encaminhado ao Congresso.

Urge que se dê celeridade maior ao estudo e à discussão a que vêm sendo submetidos não somente o Anteprojeto do Governo, mas também contribuições outras que se propõem aprimorar o sistema bancário a ser instalado no país. O surto da economia brasileira, em seus aspectos mais característicos, espera pela criação de uma cadeia de institutos especializados que corrija o empirismo e ponha um paradeiro à indisciplina de nosso sistema bancário.

DÍVIDA
PÚBLICA
EXTERNA

No concernente ao crédito público, temos envidado esforços para reduzir nossos compromissos externos e internos, de maneira a atenuar as responsabilidades do Tesouro. A dívida pública, porém, não representa mais, em nossos dias, a sobrecarga embaraçosa de que se vexavam os Governos. Desde que o crescimento da renda nacional seja regular e seguro, não há razões para que os países novos, como o Brasil, se preocupem absorventemente com o problema de sua dívida.

Caberia, ao revés, com maior acerto e oportunidade, reiterar-vos observações anteriormente feitas, acêrca da necessidade de criar, em nosso mercado de títulos, condições mais favoráveis para o lançamento de novos empréstimos. O Governo nem sempre logra alcançar os seus propósitos com essas operações de crédito — que são, afinal, meras antecipações de receitas tributárias — porque lhe tem faltado até hoje um mecanismo financeiro apropriado para a colocação dos títulos governamentais. O Banco Central, cuja necessidade se faz cada dia mais imperiosa, será o organismo capaz de preencher essa lacuna.

Assim, tendo-se em vista a conversão ao par, para efeito de registro contábil, o saldo da dívida pública externa atingiu Cr\$ 1.096.552.000,00, em 31 de dezembro de 1947, compreendidos nesse total os empréstimos em libras, dólares e francos, o que denota certo esforço de compressão, já que a situação do referido saldo, na mesma data em 1946, era expressa em..... Cr\$ 1.124.182.000,00, havendo, portanto, no tocante aos compromissos externos consolidados, uma diminuição de..... Cr\$ 27.630.000,00.

Fazendo-se a discriminação da dívida pública externa, segundo as moedas adotadas nos respectivos contratos, verifica-se que o saldo em circulação baixou de £ 85.290.745 para..... £ 83.434.460, quanto aos empréstimos ingleses. No tocante à circulação dos empréstimos americanos, os saldos oscilavam de U\$S 144.731.745,00, em 31 de dezembro de 1946, para..... U\$S 139.040.905,00, na mesma data, em 1947. A circulação dos empréstimos franceses manteve-se estacionária, equivalendo a Frs. ouro 229.185.500,00 e a Frs. papel 272.908.462,50. Foi, em tempo, assinado um acôrdo com a França, para o resgate dessa dívida, tendo o Governo depositado no Banco de França a quantia necessária para constituir o Fundo de liquidação.

* Houve, por conseguinte, a redução de £ 1.856.285 e de U\$S 5.690.840,00 na circulação da dívida pública externa da União, dos Estados e dos Municípios no biênio de 1946-47.

A dívida externa da União baixou de £ 74.104.045 para £ 72.660.033, no mesmo biênio, e de U\$S 110.074.045,00 para U\$S 106.179.105,00. Os compromissos da União em esterlinos ficaram, pois, reduzidos de £ 1.444.012 e de U\$S 3.894.940,00.

Infelizmente não podemos alinhar resultados semelhantes para nossa dívida interna, por isto que os compromissos decorrentes da guerra contribuíram decisivamente para agravar os encargos da nossa dívida consolidada. Por esta razão, o saldo elevou-se no último biênio de Cr\$ 9.965.458.000,00 para..... Cr\$ 10.133.845.000,00.

DÍVIDA
INTERNA

A dívida pública fundada está constituída por cinco grupos fundamentais: apólices, obrigações ferroviárias, obrigações de guerra, obrigações rodoviárias e obrigações do Tesouro, no total de.... Cr\$ 10.133.842.190,00, representativo do saldo de circulação de toda a dívida interna fundada, ao findar-se o ano de 1947. Figuram as apólices com Cr\$ 4.666.633.900,00 e as obrigações de guerra com Cr\$ 4.445.150.290,00. Em ordem subsequente, de conformidade com o montante das emissões feitas, vêm as obrigações do Tesouro com Cr\$ 828.867.000,00; as obrigações ferroviárias, com Cr\$ 125.191.000,00; as obrigações rodoviárias, com... Cr\$ 68.000.000,00.

Mantiveram-se no mesmo nível as obrigações ferroviárias e as obrigações rodoviárias, durante o biênio de 1946-47, bem como as obrigações do Tesouro. No montante das apólices houve um

aumento de Cr\$ 61.230.000,00, elevando-se êsse aumento a... Cr\$ 107.153.656,00, se considerarmos os saldos das Obrigações de Guerra em circulação, no mesmo período.

Dentro do exercício passado, o movimento das emissões de títulos da dívida pública interna atingiu Cr\$ 302.193.690,50, exprimindo-se em Cr\$ 133.810.034,50 o movimento de resgate como consequência da anulação da emissão, autorizada pelo Decreto-lei n.º 9.138, de 6 de abril de 1946.

A emissão de promissórias do Tesouro, nos termos do Decreto-lei n.º 7.213, de 30 de dezembro de 1944, cujo saldo atingiu Cr\$ 100.000.000,00, foi totalmente resgatada no exercício de 1947.

Relativamente às letras do Tesouro, o saldo em circulação elevou-se de Cr\$ 792.464.779,50, em 31 de dezembro de 1946, para Cr\$ 1.041.709,50, na mesma época do ano passado. O movimento das emissões das letras do Tesouro, no último exercício, foi de Cr\$ 3.391.449.000,00, ao passo que as operações de resgate montaram a Cr\$ 3.142.204.500,00.

Estas variações surgiram porque constituíram parcelas dominantes, no cômputo das letras do Tesouro lançadas em circulação em 1947, as emissões efetuadas nos termos do Decreto-lei número 9.524, de 26 de julho de 1946, por força do qual os exportadores são obrigados a aplicar nos referidos títulos importância correspondente a 20% do valor, em cruzeiros, das vendas de cambiais pelos mesmos realizadas.

Tributação
DIRETRIZES
GERAIS

Na primeira Mensagem que vos dirigi, afirmei que a reforma do nosso sistema tributário era assunto de inadiável execução. Nada contribuiu para modificar êsse ponto de vista, dada a necessidade de harmonizar tal sistema com a atual estrutura da despesa pública federal, que se vem diversificando sensivelmente, à medida que o país se desenvolve. Não é de desconhecer, porém, que a tributação repercute nos setores da economia privada que aparentemente mais se acham distanciados de sua influência. Além disso, toda modificação em leis fiscais é sempre recebida, de início, com prevenção, e reclama razoável período de implantação, até que produza os primeiros resultados. Daí a prudência com que o Governo procede ao estudo dessas reformas, que não

têm sido nem podem ser fundamentais, senão gradativas, a fim de que o país consiga vencer a crise decorrente da última guerra, sem maiores perturbações para a sua economia interna.

A regressividade como que intrínseca ao sistema tributário brasileiro, qualquer que seja o nível de Governo em consideração — fato que vos salientei na Mensagem com que foi encaminhada a proposta orçamentaria para o exercício corrente — não pode, por certo, ser atenuada de improviso, já que se torna pouco provável eliminá-la totalmente, à vista das condições econômicas gerais do país. O art. 202 da Constituição, no entanto, recomendando preferencia para os impostos pessoais e progressivos, constitui ideal que não nos é lícito esquecer, notadamente quando os Estados de maior civilização também nos apontam esse caminho em matéria fiscal e intervêm na ordem econômica e social para imprimir-lhe a regularidade disciplinada que lhe falta. Assim, ante o fenômeno generalizado do crescimento da despesa pública e a necessidade de acatar norma prescrita pela Constituição, criando, ao mesmo tempo, condições favoráveis à formação de capitais ao espírito de iniciativa e ao encorajamento da produção, — preferiu o Governo refrear severamente os gastos, ao invés de lançar uma reforma tributária geral.

Convém salientar, portanto, o critério realista e conciliador que o Governo julgou prudente manter no exercício de 1947: não transformar *ex-abrupto* a legislação tributária e confiar por algum tempo na produtividade natural dos impostos e taxas vigentes, tais como se acham regulamentados, já que se revelaram razoavelmente elásticos, mesmo durante o período de guerra.

A reforma da legislação fiscal sobre a renda constituiu, pois, um ponto de partida escolhido pelo Governo; não teve caráter radical e apenas consolidou tendências que já se tinham esboçado anteriormente. Nem mesmo certas inovações, como a proposta de aplicação aos salários do sistema de retenção nas fontes, que era iniciativa indiscutivelmente de grande alcance administrativo, logrou a vossa aprovação, o que demonstra não vos parecer aconselhável o distanciamento do quadro tributário em vigor. Outras reformas parciais, que se acham em estudo, hão de seguir-se, visando tôdas, porém, ao mesmo resultado: atender ao manda-

mento constitucional, sem ignorar as nossas necessidades econômicas.

Rendas
Tributárias

As Rendas Tributárias continuam ocupando a posição de relêvo que sempre tiveram em meio à Renda Ordinária (89 %) e à Receita Geral (84 %), embora talvez sua verdadeira importância ainda seja maior, dado que nas Diversas Rendas e até certo ponto na Renda Extraordinária estão capitulados elementos de caráter inegavelmente tributário.

Direitos de
importação
para consumo

O crescimento verificado, nos dois últimos anos, na arrecadação dos direitos de importação para consumo, não foi obtido por alterações substanciais na legislação específica, aumentando-lhe as taxas em vigor; decorreu antes do contínuo revigoramento dos transportes marítimos, da abolição de restrições (sistemas de prioridades e cotas) baixadas durante a guerra em todos os centros exportadores e da reconversão gradual das indústrias bélicas nos países com que mantemos mais ativo intercâmbio comercial.

Esse maior volume de arrecadação ocorreu precisamente no exercício de 1947; e explica-se, antes de tudo, pela procura acumulada, que ainda mais se acentuara com a maior abundância de cruzeiros que afluíram às mãos dos consumidores em 1946. Achar-se o mercado brasileiro sub-abastecido, assim, de bens de produção, que deixáramos de importar desde que a guerra se propagara ao Continente americano, como de bens de consumo, cuja falta transitória ou permanente se agravara de modo especial em relação a certos artigos de consumo direto (trigo, por exemplo). Conquanto o valor das importações tenha alcançado, em 1947, a Cr\$ 22.789.291.000,00, fato sem paralelo na história econômica brasileira, a arrecadação do imposto de importação foi de Cr\$ 1.876.436.469,70, não obedecendo, como no ano anterior já não obedecera, ao mesmo ritmo de crescimento daquela. Ocorre este fato porque as nossas taxas aduaneiras são essencialmente específicas, isto é, cobradas por quantidades; a arrecadação, por isto mesmo, não segue, de maneira regular, as flutuações de preços, e aumenta, em geral, em função do maior volume das importações.

Estuda-se presentemente a reforma de nossas tarifas, que realmente figuram entre as mais moderadas do mundo, já que, no Brasil, a imposição aduaneira média corresponde apenas a 10%

do valor da importação. E' imperativo um reajustamento, que será feito em harmonia com os compromissos assumidos pelo país nas várias conferências internacionais a que temos comparecido, desde as de Londres e Genebra até à última que se realizou em Havana. Visa êle, primordialmente, a repor, nos níveis de 1934, as relações entre os direitos aduaneiros e o valor das mercadorias, abandonando, pois, a base fiscal específica, que ainda enquadra a quase totalidade de nossas importações.

Esse reajustamento, que se fará na proporção de 40 %, não exercerá, segundo se espera, influência nociva quanto ao custo de vida, pois ficarão isentos não somente os gêneros alimentícios de primeira necessidade, mas também os lubrificantes, combustíveis e matérias primas essenciais. Além disto, cumpre observar que, em certos casos, há reduções que se negociam para determinados produtos, enquanto só relativamente a outros será aplicado o aumento, estabelecido o critério de não permitir que chegue a imposição abaixo do nível dos direitos vigentes em 1934. O Governo não cogita, destarte, de aumentar de 40 %, pura e simplesmente, as tarifas aduaneiras. Pretende apenas conformá-las a novas condições econômicas, atendo-se, estritamente, às negociações celebradas em Genebra.

A estimativa retificada do imposto de importação para 1948 consigna Cr\$ 1.994.000.000,00, o que constitui um cálculo reservado e prudente:

A política de não agravação de taxas pode ainda ser exemplificada com o imposto de consumo, a mais significativa fonte de renda da União. O aumento da produtividade desse tributo, durante o exercício de 1947, decorreu das modificações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 7.404, de 22 de março de 1945, o qual lhe deu feição diferente, evitando a complexidade do antigo regulamento, que resvalava por minúcias desnecessárias. Os novos dispositivos, com efeito, disciplinaram o tributo em quatro tabelas, reduzindo as 42 rubricas anteriores a 29, e elevando de 6 para 17 as sujeitas à tributação *ad-valorem* e *por preço tabelado*. Tão sensíveis modificações reclamavam tempo para produzir os primeiros resultados, já sendo agora possível conhecê-los e apreciá-los.

*Imposto de
consumo*

Essas modificações contribuíram, sem dúvida, automaticamente, para o aumento da arrecadação, embora também tal se

possa explicar pelo crescimento da produção, a par de uma elevação nos preços, outro fenômeno também sem precedentes em nossa história econômica. Eis por que o total do imposto alcançou em 1945, Cr\$ 2.832.000.000,00 arrecadação maior que a do ano anterior em Cr\$ 885.000.000,00, ou seja, cerca de 45 %. Daí por diante, contudo, até mesmo em virtude do regime de retração de crédito, que foi introduzido, êsse acréscimo não se poderia manter em ritmo tão forte: assim, em 1946, ainda tivemos uma arrecadação total de Cr\$ 4.009.000.000,00, superior à do período passado em Cr\$ 1.176.000.000,00, ou seja, cerca de 42 %; mas, em 1947, a arrecadação alcançou Cr\$ 4.462.971.067,30, superior apenas em cerca de 12 % à de 1946.

A estimativa retificada para 1948 consigna para o imposto de consumo a importância total de Cr\$ 4.824.000.000,00, e se lôr confirmada, superará a arrecadação de 1947 em cerca de 9 %, o que representa, ainda assim, um auspicioso índice de progressão fiscal.

*Imposto de
renda e
proventos
de qualquer
natureza*

As reformas por que o imposto de renda veio passando nos últimos anos têm sido menos significativas do que à primeira vista parecem. Se se atentar no que estabeleciam os Decretos-leis n.º 5.844, de 23 de setembro de 1943, e n.º 8.430, de 24 de dezembro de 1945, facilmente se verificará que foram pequenas as alterações introduzidas, ligando-se elas de preferência a isenções e formas de pagamento. Nem tiveram também influência apreciável sobre a produtividade do imposto, o que seria fácil de comprovar à luz da arrecadação.

Assim, o Decreto-lei n.º 8.430 elevou, quanto às pessoas físicas, de 12.000 cruzeiros para 24.000 o limite da renda não tributada, e revigorou para 1946 as taxas adicionais que tinham vigência limitada aos exercícios de 1944 e 1945. Quanto às pessoas jurídicas, tomou também a providência de estender para 1946 os adicionais que tinham sido cobrados nos dois anos anteriores. Já o imposto de lucros extraordinários, criado pelo Decreto-lei n.º 6.224, de 24 de janeiro de 1944, e regulamentado pelo Decreto n.º 15.028, de 13 de março de 1944, agravou a tributação das pessoas jurídicas que apresentassem lucros considerados extraordinários e superiores a 100.000 cruzeiros. Foi substituído posteriormente pelo Imposto Adicional de Rendas, criado pelo Decreto-lei n.º 9.154, de 10 de abril de 1946. Êste

se revelou mais produtivo do que aquêle, porque embora estabelecesse taxa igual (20%) à menor que se estipulava no Impôsto sôbre Lucros Extraordinários, não facultava a opção de aplicar o dôbro da importância do impôsto a pagar, na aquisição de "Certificados de Equipamento" ou "Depósitos em Garantia".

Analisando o regulamento agora em vigor, verifica-se que houve uma consolidação das tendências tributárias anteriores, em bases, porém, adaptadas às condições do após-guerra. Na verdade, a Lei n.º 154, de 25 de novembro de 1947, de que decorreu a regulamentação baixada pelo Decreto n.º 24.239, de 22 de dezembro de 1947, cujos efeitos se farão sentir na arrecadação de 1948, — introduziu modificações que não poderão ser computadas na sua totalidade como agravações do ônus tributário, pois que, na prática, elas se compensam reciprocamente. Assim, se o impôsto proporcional da cédula "B" (Juros) foi aumentado de 8 para 10% e foi criada uma nova cédula "H" para os rendimentos não classificados em outras, tendo como taxa 5% de impôsto proporcional, — por outro lado, no que diz respeito às pessoas jurídicas, aboliu-se o Impôsto Adicional de Renda, sucedâneo do Impôsto sôbre Lucros Extraordinários; no que se refere às pessoas físicas, foram aumentados os abatimentos de encargos de família que passaram de 8.000 para 12.000 cruzeiros, relativamente a cônjuge, e de 4.000 para 6.000, no que se refere a cada filho menor ou dependente.

No tocante às tabelas do Impôsto Progressivo, esforçou-se o Governo por não majorá-las substancialmente. Dêsse modo — e apenas para compensar a extinção do Impôsto sôbre Lucros Extraordinários — aquela tabela, até o rendimento de 1 milhão de cruzeiros, teve apenas os adicionais temporários incorporados permanentemente ao impôsto; os rendimentos entre 1 e 2 milhões de cruzeiros, que com o adicional eram taxados em 30%, passaram a sê-lo em 35%; os rendimentos entre 2 e 3 milhões, que eram taxados em 30%, passaram a 40%; os rendimentos superiores a 3 milhões, que também eram taxados em 30%, passaram a 50%.

No entanto, apesar da majoração das taxas nas grandes rendas, sobretudo quanto às pessoas jurídicas, a produtividade do tributo em 1948, que se estima em Cr\$ 3.932.000.000,00 não ultrapassará apreciavelmente a arrecadação de 1947, isto é, Cr\$ 3.901.807.972,90.

Decorre tal fenômeno das novas vantagens facultadas ao contribuinte. Em relação às pessoas jurídicas, por exemplo, podemos alinhar, entre outras, a dedução de prejuízos anteriores, no caso da não existência de fundo de reserva ou lucros suspensos; isenção da reavaliação do ativo, procedida na vigência da legislação anterior; não distribuição das reservas constituídas até 31 de dezembro de 1947, data até quando esteve suspensa a limitação do art. 130 da Lei das Sociedades por Ações.

Tais vantagens, somadas a outras relativas às pessoas físicas — como, por exemplo, a isenção dos lucros apurados nas vendas de imóveis rurais — manterão, ao que parece, a produtividade do imposto em ritmo evolutivo assaz lento.

Imposto de Sêlo e afins

O Imposto de Sêlo continuou em acentuada ascensão; decorridos apenas três anos, teve sua produtividade quase duplicada. Na verdade, os Cr\$ 865.602.000,00, arrecadados em 1945, passaram, em 1947, para Cr\$ 1.423.888.266,50. No entanto essa auspiciosa produtividade não decorreu de uma agravação imoderada de taxas, pois o Decreto-lei n.º 9.409, de 27 de junho de 1946, visou primariamente racionalizar o serviço de arrecadação do tributo. Entre outras inovações, o citado Decreto-lei permitiu, por exemplo, aos estabelecimentos bancários, o pagamento de quaisquer formas de Imposto de Sêlo por meio da verba bancária, medida simplificadora que avolumou automaticamente a arrecadação dessa modalidade do tributo.

Segundo a estimativa retificada para 1948, espera-se que o imposto produza Cr\$ 1.531.000.000,00. A reforma da Lei do Sêlo está sendo, porém cuidadosamente estudada, segundo o critério já mencionado e visando, sobretudo, tornar a imposição mais conveniente, tanto para o contribuinte como para o fisco.

Impostos que competem à União nos Territórios

O montante deste parágrafo das rendas tributárias continuou sendo, em 1947, do ponto de vista fiscal, insignificante, registrando-se mesmo acentuado decréscimo. Assim, se em 1946 atingia Cr\$ 8.320.000,00, em 1947 só alcançou Cr\$ 2.374.931,10. Tal fenômeno não proveio apenas da extinção dos prósperos e populosos Territórios de Ponta Porã e Iguazu, o que ocorreu em 1946, mas sim da política tributária do Governo, que tem procurado poupar tanto quanto possível essas áreas de vida econômica incipiente.

O ideal seria mesmo que se não retirasse à débil economia dessas regiões qualquer parcela financeira. No entanto, tal isenção viria chocar-se com o básico preceito da generalidade dos impostos e com dispositivos constitucionais categóricos.

Dos Territórios federais, o que concorre com maior parcela na arrecadação é o Território do Acre, que, em 1947, proporcionou cerca de 64 % do total e, segundo a estimativa retificada para 1948, fornecerá provavelmente 60 %. Seguem-se-lhe o Território do Guaporé, do Amapá e do Rio-Branco.

A execução do orçamento de 1947 se iniciara com apreensões gerais e sob maus augúrios.

Orçamento

A estimativa da receita, na lei de meios, era de..... Cr\$ 12.003.650.000,00 e a despesa foi fixada em..... Cr\$ 11.990.123.723,00, daí resultando o *superavit* de..... Cr\$ 13.526.277,00. Houve quem considerasse a Proposta do Executivo uma proposta equilibrada unicamente no papel e as críticas, que à época ela suscitou, tinham para muitos absoluto fundamento. A lei discriminativa e retificativa da Verba 4 — Obras e equipamentos, alterou, porém, de modo radical, êsse quadro orçamentário, à primeira vista róseo, por isto que elevou a despesa de Cr\$ 609.562.491,00, transformando o *superavit* em *deficit* de... Cr\$ 594.036.214,00.

No correr do ano, transferiram-se, de outros exercícios, créditos especiais na importância de Cr\$ 1.547.886.689,40 e créditos extraordinários no valor de Cr\$ 53.445.593,30. Simultaneamente, abriram-se créditos adicionais, que suplementaram as dotações orçamentárias em Cr\$ 132.943.394,80, e atenderam a despesas novas e extraordinárias com Cr\$ 263.483.736,30 e..... Cr\$ 25.925.000,00, respectivamente.

Impunha-se que o Executivo, responsável direto pela Administração e seu orientador, se prescrevesse a si mesmo uma regra de inflexível ascetismo orçamentário. Urgia comprimir as despesas ao mínimo, a fim de que se não anulassem os esforços do Governo abstendo-se de recorrer a emissões de papel-moeda. Daí as providências de vária natureza, que se adotaram, e que se recordam em outras partes desta Mensagem, já que só administrativa-mente seria possível completar e dar sentido à política econômico-financeira adotada pelo Governo. Embora duvidosos, de certo ponto de vista, foram, a outras aspectos, verdadeiramente excep-

cionais os resultados colhidos com essa política de restrição nos gastos, pois que se chegou à economia de Cr\$ 1.228.841.567,60, deixando-se de efetuar a despesa autorizada de..... Cr\$ 14.622.070.127,80 e circunscrevendo a realizada a..... Cr\$ 13.393.228.560,20.

A receita, porém, reservava surpresas, não obstante o otimismo de que se increpavam as previsões. Estimada em..... Cr\$ 12.003.650.000,00, foi ela excedida em..... Cr\$ 1.849.816.518,80 — de forma que apesar do vulto da despesa realizada, ainda se logrou o saldo real de Cr\$ 460.237.958,60.

Esse *superavit*, com que se encerrou o exercício de 1947, é um fato positivo e tranquilizador para a Nação e testemunha a favor do acêrto das medidas de combate à inflação que vêm sendo progressivamente adotadas.

Não faltarão, ainda assim, os que observem ser inteiramente antieconômica essa política de repressão de despesas. Não faltarão, sobretudo, os que registrem, mediante raciocínios e argumentação especiosos, que as despesas do Governo federal se caracterizam por ser improdutivas. Se se atentar, contudo, nos últimos orçamentos, na progressão das dotações atribuídas aos Ministérios da Viação e Obras Públicas, da Educação e Saúde e da Agricultura não haverá quem de boa-fé mantenha o reparo. A verdade é que se procurou distribuir as disponibilidades financeiras do Governo federal, nos orçamentos de 1947 e 1948, de maneira muito mais consentânea com os interesses sociais e econômicos do povo brasileiro do que em quaisquer outros orçamentos do passado.

POLÍTICA ADMINISTRATIVA

A política administrativa, delineada na primeira Mensagem anual, salientava as vantagens de submeter as atividades de administração geral a um tratamento permanente e de caráter uniforme; inspirado em orientação especializada, a cargo de órgãos próprios, criados precisamente para se desincumbirem dessas atividades institucionais.

Administração geral

Durante o ano que acaba de transcorrer, manteve o Governo esse mesmo propósito, aplicando-se a um programa de racionalização dos serviços públicos, que o não levou à hipertrofia daquelas atividades, nem à perturbação dos órgãos encarregados das atividades fins do Estado.

Assim, encerrado o período de instabilidade, em que o Governo federal tentou experimentações, nem sempre coroadas de êxito; concluída a fase de reformas por que tem passado, vem entrando o país em um regime de cooperação técnica ou financeira, no qual todas as atividades de administração geral e mesmo final se estão intensificando. e de que resultará, sem dúvida, sincero esforço em prol da racionalização dos serviços públicos, federais, estaduais e municipais, norteadas por diretrizes comuns, há tanto propugnadas: uniformidade de estrutura e funcionamento dos órgãos congêneres, nos diferentes níveis governamentais; homogeneidade nacional de normas e princípios; economia máxima e rendimento ótimo dos serviços; e, conseqüentemente, estreita coordenação dos esforços parciais das diversas funções executivas.

As atividades orçamentárias de um governo apresentam dois aspectos distintos, que se completam: o primeiro, eminentemente substantivo; o segundo, de caráter técnico ou adjetivo. O primeiro permite dar expressão à política desse governo, que, como já se observou, todo orçamento necessariamente traduz.

ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

No concernente ao aspecto adjetivo, que não interessa ao público, mas de preferência aos que estejam ligados às atividades administrativas, parece, à primeira vista, de importância secundária.

ria; o êxito de uma administração financeira, porém, depende muitas vezes das normas e dos métodos adotados.

Os resultados capitais da execução orçamentária de 1947, sobretudo do ponto de vista econômico-financeiro, já foram devidamente balanceados, salientando-se o significado que encerra para nossa vida administrativa o saldo apurado ao fim do exercício. Cabe agora examinar certos aspectos da elaboração e da execução orçamentárias, para que se forme, no assunto, um terreno de comum entendimento entre o Poder Executivo e o Legislativo, evitando-se mal-entendidos quanto à oportunidade ou conveniência de empreender certos serviços, ou de construir determinada obra.

A política orçamentária do Governo federal, em 1947, mais do que em qualquer outro ano do último decênio, distinguiu-se primariamente por uma série de medidas que se propunham reconduzir o país a um regime de equilíbrio financeiro de que tanto se afastara. Não era possível, com efeito, debelar a inflação sem tomar, na própria lei de meios, as providências iniciais que revigorassem aquêlê propósito. Daí as propostas orçamentárias, que vos têm sido encaminhadas, se subordinarem ao princípio de inflexível moderação nos gastos. Era uma daquelas medidas — talvez a mais elementar — graças à qual se poderia restabelecer a saúde das finanças do país, e creio que posso afirmar que dela já se começaram a colhêr os primeiros frutos.

Nem sempre, todavia, se torna possível realizar economia exata, que reprima o supérfluo sem prejudicar o essencial: a magnitude mesma dos empreendimentos do Governo federal embaraça essa diretriz financeira. Recapitulando agora o esforço despendido, verifico que os resultados obtidos, embora apreciáveis, ficaram, em alguns casos, aquém da expectativa.

A elaboração centralizada do orçamento, entre nós, ainda se ressentente de certos senões, que os créditos adicionais, sobretudo os suplementares, revelam indisfarçavelmente. É um velho mal que vem minando a administração financeira do país e contra êle, até agora, as medidas tomadas têm sido de pouca eficácia, nada obstante os esforços que se têm empregado e continuarão a empregar-se. Só mesmo o progressivo e paciente aperfeiçoamento na elaboração das propostas, conformando-as com critérios desapassionados e apolíticos, permitirá remediar parcialmente o mal.

Não se improvisa, porém, em meia dúzia de anos uma técnica orçamentária, consentânea com o arcabouço jurídico e adminis-

trativo de um país, nem se acomoda, sem atritos, a elaboração da proposta do Executivo a essa técnica. O orçamento brasileiro evoluiu de maneira notável nos últimos anos e os que conheceram intimamente os documentos passados não deixarão de reconhecê-lo.

Ainda restam, assim, dificuldades que não se removem prontamente, e a observância dos preceitos constitucionais da universalidade e da unidade, que exigem a incorporação de tôdas as receitas e de tôdas as despesas ao plano orçamentário, constituirá por alguns anos alvo que importa não perder de vista.

Quanto à especialização rigorosa da parte variável da despesa, cumpre ponderar que ela depende da classificação que se adotar, convindo que o Congresso, no interesse das suas próprias funções, acompanhe os trabalhos da Administração, por intermédio de suas Comissões especializadas, já que há agora o empenho de dotar o país de uma nova classificação de despesa.

Por outro lado, além dos defeitos que lealmente se apontam, muito do que foi planejado para 1947, e obteve dotação orçamentária específica, como já acontecera em outros exercícios, deixou de ter, por motivos fortuitos, a aplicação prevista. Essa impossibilidade de dar concretização integral ao que a lei de meios autoriza, em grande parte provém de deficiências técnicas, seja de pessoal, seja de material, cumprindo que o Congresso Nacional nelas atente, para que muitas vêzes não espere da Administração federal maiores empreendimentos do que a sua capacidade o permite. Daí essa modalidade de economia, oriunda de créditos orçamentários não utilizados, economia a um tempo real e aparente, que se não deve enaltecer, pois não há prática mais desaconselhável em administração orçamentária que a concessão de recursos para determinado fim, retardando o atendimento de outros, sem que no final se atinja o propósito colimado.

Isto pôsto, registre-se que, em 1947, a despesa autorizada pelo Legislativo: Cr\$ 12.598.385.714,00, que já ultrapassava sensivelmente a que figurava na proposta executiva, ainda mais se avolumou com os créditos adicionais que se transferiram do ano anterior e com os que se abriram durante o exercício:..... Cr\$ 14.622.070.127,80. Houve, porém, uma repressão nos gastos de Cr\$ 1.228.841.567,60, o que permitiu alcançar o *superavit* de Cr\$ 460.237.958,60, por isto que a despesa realizada ficou em Cr\$ 13.393.228.560,20. Certamente aquela despesa autorizada

trativo de um país, nem se acomoda, sem atritos, a elaboração da proposta do Executivo a essa técnica. O orçamento brasileiro evoluiu de maneira notável nos últimos anos e os que conheceram intimamente os documentos passados não deixarão de reconhecê-lo.

Ainda restam, assim, dificuldades que não se removem prontamente, e a observância dos preceitos constitucionais da universalidade e da unidade, que exigem a incorporação de tôdas as receitas e de tôdas as despesas ao plano orçamentário, constituirá por alguns anos alvo que importa não perder de vista.

Quanto à especialização rigorosa da parte variável da despesa, cumpre ponderar que ela depende da classificação que se adotar, convindo que o Congresso, no interesse das suas próprias funções, acompanhe os trabalhos da Administração, por intermédio de suas Comissões especializadas, já que há agora o empenho de dotar o país de uma nova classificação de despesa.

Por outro lado, além dos defeitos que lealmente se apontam, muito do que foi planejado para 1947, e obteve dotação orçamentária específica, como já acontecera em outros exercícios, deixou de ter, por motivos fortuitos, a aplicação prevista. Essa impossibilidade de dar concretização integral ao que a lei de meios autoriza, em grande parte provém de deficiências técnicas, seja de pessoal, seja de material, cumprindo que o Congresso Nacional nelas atente, para que muitas vêzes não espere da Administração federal maiores empreendimentos do que a sua capacidade o permite. Daí essa modalidade de economia, oriunda de créditos orçamentários não utilizados, economia a um tempo real e aparente, que se não deve enaltecer, pois não há prática mais desaconselhável em administração orçamentária que a concessão de recursos para determinado fim, retardando o atendimento de outros, sem que no final se atinja o propósito colimado.

Isto pôsto, registre-se que, em 1947, a despesa autorizada pelo Legislativo: Cr\$ 12.598.385.714,00, que já ultrapassava sensivelmente a que figurava na proposta executiva, ainda mais se avolumou com os créditos adicionais que se transferiram do ano anterior e com os que se abriram durante o exercício:..... Cr\$ 14.622.070.127,80. Houve, porém, uma repressão nos gastos de Cr\$ 1.228.841.567,60, o que permitiu alcançar o *superavit* de Cr\$ 460.237.958,60, por isto que a despesa realizada ficou em Cr\$ 13.393.228.560,20. Certamente aquela despesa autorizada

de 1947, que se recopilaram em circulares da Presidência aos principais órgãos administrativos e foram agora reiteradas, no começo deste exercício, a fim de que se consolidem seus efeitos. Bem sei que muitos consideraram tais circulares demasiadamente severas, mas até hoje elas foram o recurso mais indicado que se me deparou para dar exequibilidade ao propósito sincero de refrear o consumo público, especialmente neste setor da administração.

Conseguiu-se, destarte, manter um regime de parcimônia nas despesas de pessoal, sem, contudo, comprometer o fortalecimento do sistema do mérito, preconizado de maneira categórica na Mensagem do ano passado.

Mantiveram-se também à altura dos anos anteriores as atividades de seleção e aperfeiçoamento do servidor público, embora de início tivessem sido parcialmente perturbadas pela repressão de gastos. Promovendo o órgão central de seleção, no segundo semestre de 1947, apreciável número de concursos para renovação dos quadros de funcionalismo em geral, deu-se valor e conteúdo ao dispositivo constitucional que assegura a todos os brasileiros acesso ao serviço público. Tais concursos provocaram a movimentação em tôdas as capitais dos Estados do expressivo número de trinta mil candidatos, confirmando-se mais uma vez que o Governo federal é o maior e, talvez mesmo, o melhor empregador do país.

Como complemento do sistema de seleção em moldes democráticos, continuou o Governo o seu programa de aperfeiçoamento intensivo dos servidores públicos, mediante atividades culturais de natureza vária, convindo salientar que só no setor de administração geral os cursos básicos e de especialização lograram atrair cerca de 14.000 alunos. Foram êsses cursos freqüentados não somente por servidores federais, mas também por funcionários estaduais e municipais, alargando-se, destarte, o âmbito e a utilidade que a princípio apresentavam. Não cessou aí, todavia, a atividade do Governo federal no sentido de aprimorar a técnica de trabalho e formar especialistas; outros cursos também funcionaram em diferentes órgãos onde sua manutenção foi julgada imprescindível ao maior rendimento das atividades governamentais.

Insistiu-se também em outras medidas de poupança, que consistiram na revisão das lotações numéricas dos diversos órgãos, tendentes a efetivar, pelo descongestionamento de determinados

setores em benefício de outros, uma política de maior rendimento e equilíbrio quanto à movimentação do pessoal.

Convém ainda salientar outras medidas que podem ser encaradas como pontos de partida para a regulamentação geral das carreiras existentes, e mesmo como um plano fundamental de classificação de cargos e funções, talvez a mais sensível deficiência de que se ressentia a nossa administração de pessoal. Tal ocorreu, por exemplo, quando se efetuou a equiparação dos extranumerários aos funcionários, consoante os termos do art. 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, cuja regulamentação pelo Executivo veio encaminhar a solução de um dos problemas mais controvertidos da nossa administração, ou quando se proveu a situação dos funcionários que perderam cargos efetivos em virtude da Carta de 1937, e do Decreto-lei n.º 24, daquele mesmo ano.

Cumpramos finalmente assinalar que o Governo não perdeu de vista a melhoria do nível económico de seus servidores, havendo-se empenhado em estudos e pesquisas sobre a política de salários e problemas correlatos, com o fim de estabelecer justo equilíbrio entre os níveis de vencimentos adotados no serviço público, órgãos paraestatais e instituições privadas.

**SENHORES MEMBROS
DO CONGRESSO NACIONAL:**

Tenho por cumprido o meu dever constitucional neste momento. Já vos disse qual a orientação do Poder Executivo, e, para a sua política impessoal, solicito a vossa ajuda, também impessoal, as luzes do vosso patriotismo e da vossa experiência.

Detidas as emissões e conhecidos os resultados da execução do Orçamento de 1947, é chegado o momento de elaborar uma síntese que objetive um programa de trabalho, abarcando anos próximos e permitindo assim certa perspectiva no tempo. O período de um lustro parece suficiente para, dentro dêle, aquilatar da precisão do rumo tomado. Não se objete que êsse prazo ultrapassa o vigente período presidencial ou o tempo do vosso mandato. Os problemas e o quadro das providências não são das pessoas, nem dos mandatários da Nação, mas do Brasil que paira acima de todos e de tudo. Se, na pureza do vosso patriotismo, deliberardes assentir num programa de trabalho nacional que norteareis — pouco importa que tenhais providenciado para além do tempo de vigência dos vossos poderes, tanto mais quanto é sempre para o futuro que se legisla. Nada impede, além disso, que o próximo Congresso introduza no que aprovardes modificações ou retificações, ditadas pela experiência. Cabe-vos dizer se a aprovação dêsse programa de trabalho deve ser feita mediante uma lei de planificação, ou se é possível articulá-lo com o Orçamento da União.

Programa de
trabalho

Na Mensagem transata, como na presente — ligadas que estão pelo mesmo pensamento de política social — foram balanceados os problemas que afligem a nacionalidade. As soluções estão estudadas. Resta, em globo, e não mais parcialmente, enfrentar aquêles, e dar a estas a realidade que o país reclama. Essa tarefa nos é comum.

A prudência de quem só deseja pisar terreno firme e o sentido de não se perder no campo do demasiadamente grande — tudo nos aconselha a não incluir na pauta todos os problemas inventariados. A administração deve continuar o seu ritmo, nos diferentes setores ministeriais. Ao lado disso, ao programa — que não deve ser do Governo atual, mas do país — cumpre atender preferencialmente às mais prementes necessidades, e, dentre essas, as que, uma vez satisfeitas, passem a influir decisivamente na melhoria da situação econômico-financeira.

O esquema de execução do programa deve ater-se a período curto mas razoável, envolvendo o que é fundamental e de base, e limitado pelas nossas reais possibilidades.

Problemas
considerados

Já nas palavras que proferi no último dia do ano de 1947, nos "Estabelecimentos Mallet", tive ocasião de insistir:

"Os recursos da nossa exportação são insuficientes.

Ou procuramos outras fontes de exportação, ou havemos de substituir os nossos acréscimos de compra com produção nacional, evitando, desse modo, o aumento crescente da importação.

Não é possível escolher, com exclusividade, um ou outro caminho.

Não há dúvida, porém, sobre a conveniência e urgência de dotar o país de meios para incrementar a produção, através do reaparelhamento dos transportes, do aumento da produção de energia e da exploração do petróleo, cuidando simultaneamente da saúde e da alimentação do homem brasileiro.

Saúde, alimentação, transporte, energia e petróleo — são as balizas que devem orientar o nosso esforço de recuperação”.

Assim, urge valorizar o elemento humano, velando pela sua saúde ou lha restituindo. Isso aumentará a produção e criará automaticamente novas necessidades de consumo. O problema demográfico brasileiro é mais de qualidade que de quantidade. Teremos de aumentar o dividendo e não o divisor. E a forma de fazê-lo é amparar a infância e a maternidade, reduzir os índices de mortalidade, natimortalidade, morbosidade, criando um padrão satisfatório de higiene. O que agora falta é produtividade, porque há carência de saúde.

Saúde

Se precisamos produzir mais e melhor, elevando, ao mesmo tempo, o consumo interno, e exportando para atender às necessidades da balança de pagamentos — teremos de obter excedentes de produtos alimentares, para exportá-los em moeda arbitrável e, desse modo, fazer face à importação de bens de produção.

Alimentos
Produção
exportável.

É um círculo de ferro determinando a nossa evolução: sanear o homem e proteger o solo, de um lado, e, do outro, exportar para adquirir instrumentos de produção, aparelhando e fortificando a nossa economia, e, portanto, a nossa segurança.

Sem descurar a nossa industrialização — que deve ser apoiada firmemente como uma etapa necessária e bem sucedida — temos de praticar a política de volta à terra.

Transportes

Por outro lado, sem meios de transporte adequados, sem a construção, reforma e aparelhamento de estradas de ferro e de rodagem, sem o incremento do tráfego aero-viário e a extensão e equipamento da sua infraestrutura, sem a melhoria das condições de navegabilidade dos rios, remodelação dos portos e aquisição de navios para cabotagem e linhas transatlânticas — não é possível aspirar ao levantamento do nível de vida dos brasileiros.

Energia
e
Petróleo

Ainda representam termos essenciais de uma racional política de recuperação o aproveitamento do nosso potencial hidrelétrico, bem assim a exploração das nossas já concretas reservas petrolíferas.

Para tornar realidade êsses anseios do nosso povo, é mister trabalhar, e trabalhar muito, dentro de um programa exequível que não participe, por isso mesmo, se não de realidades.

Colaboração
da Comissão
Interparti-
dária

Após os estudos a que êsse programa está submetido e com a colaboração e os aperfeiçoamentos lembrados por técnicos estranhos ao Governo — da confiança dos partidos políticos — será essa iniciativa oferecida a vossa apreciação, dentro em breve, para merecer o vosso julgamento.

Então, conhecereis as linhas do seu projetado financiamento para verificardes que a sua realização cabe dentro do quadro da nossa pobreza, sem avultados empréstimos externos nem emissões.

É para o estudo, elaboração e execução dêsse programa de trabalho que convoco as vossas luzes, Senhores Membros do Congresso Nacional, sugerindo-vos, para isso, a nomeação de uma Comissão Mista que, em colaboração com o Poder Executivo, propicie todos os elementos informativos para o completo esclarecimento das vossas deliberações.

Ao encerrar o ano de 1947, dirigi aos brasileiros as seguintes palavras:

"Pedi a colaboração de todos. Promovi o apaziguamento na esfera política. A todos convoquei para uma obra impessoal, superior à contingência dos homens, dos partidos e das facções. O Governo não prometeu milagres, mas devoção ao trabalho, constância, zelo e vigilância nesta conjuntura da nossa História.

E assim tem o Governo cumprido o seu dever."

Senhores Membros do Congresso Nacional:

São essas mesmas palavras que vos dirijo, na solenidade dêste momento, com as minhas homenagens e o mais sincero apêlo de cooperação.

Rio de Janeiro, D.F., em 15 de março de 1948.